

O reverso da propaganda

O Governo PS aplica-se com especial propriedade aquele saboroso dito com que povo distingue os demagogos: «quem o ouve falar não o leva preso».

Na verdade, a vertente propagandística, que parece ter ficado dos tempos dos «estados gerais» e da «nova maioria» domina toda a actividade governamental, a tal ponto que já alguém disse que se ela fosse factor de desenvolvimento estaríamos à frente de todo o mundo quanto ao crescimento do PIB.

Infelizmente não é assim. Pior ainda, a realidade encarrega-se de desmistificar a propaganda, por vezes com uma evidência implacável. Foi o que aconteceu entre nós nos últimos dias.

Situações tão dolorosas para o nosso povo como as resultantes das tempestades que se abateram sobre várias regiões ou tão decepcionantes como os, mais uma vez, exíguos aumentos das reformas e pensões põem em evidência o reverso da propaganda do Governo.

Em relação às intempéries, a Comissão Política do PCP fez uma apreciação muito severa da actuação do Governo, na conferência de imprensa da passada terça-feira, conduzida pelo próprio Secretário-Geral, Carlos Carvalhas.

Rejeitando quaisquer «indecorosos jogos partidários» com a matéria e assumindo-se sobretudo numa atitude de solidariedade para com as populações, os comunistas entendem que «cumprir assinalar, em contraste com o aparato de propaganda do Governo e de governadores civis, a morosidade da resposta dos meios accionados pelos serviços centrais de Protecção Civil».

O PCP salienta também que as decisões agora anunciadas pelo Conselho de Ministros «não respondem à extrema gravidade que a situação comporta», pois, entre outras insuficiências, «o Governo responde com linhas de crédito, sempre morosas e muitas vezes ineficazes».

Quem acreditou nas declarações de há dias atrás do primeiro-ministro e do ministro da Administração Interna sobre o propósito governamental de cobrir os estragos e os prejuízos não pode deixar de ser tomado por uma grande decepção quando fizer contas ao significado concreto das decisões agora tomadas pelo Governo.

Em face da situação assim criada, o PCP propõe outras medidas e faz um conjunto de exigências como se pode ler no comunicado da Comissão Política que publicamos na íntegra noutra local desta edição.

Os recentes aumentos das reformas e pensões voltaram a defraudar, pela sua exiguidade, as expectativas gerais, em especial as dos mais directamente interessados.

As insistentes manifestações de optimismo governamental em relação à saúde da economia, das finanças públicas e até das finanças da segurança social tinham alimentado esperanças de aumentos muito mais significativos. Isso mesmo vinha a ser reclamado por diferentes partidos da oposição, com destaque para o PCP que há vários meses adiantou a proposta de um aumento extraordinário de 3 000\$00 para as pensões inferiores ao salário mínimo nacional.

A avareza do Governo contradita, também neste ponto, flagrantemente, a propaganda que o PS tem desenvolvido, antes e depois de chegar ao poder, acerca

das suas preocupações com os idosos e as suas condições de vida.

No início do seu mandato, em Dezembro de 1995, o Governo ainda decretou aumentos de 14,3% para a pensão social, de 7,1% para os trabalhadores rurais e de 5,1% para a pensão mínima do regime geral.

Os valores agora decretados são de 5,2%, 5% e 4%, respectivamente, para a pensão social, a dos rurais e a mínima do regime geral, pouco excedem a inflação verificada e têm que ser considerados como indicando o abandono do anunciado esforço para puxar as pensões mais degradadas para valores menos chocantemente injustos.

A exiguidade destes aumentos surge em toda a sua crueza quando se verifica que em números reais eles representam aumentos mensais de 1100 escudos, para a pensão social e a dos rurais, e 1200, para a mínima do regime geral, o que dá aumentos diários de 37\$00 e 40\$00, que mal chegam para pagar meia bica em qualquer café.

O PCP voltou, por isso, a reclamar, em nota do seu Gabinete de Imprensa, um aumento extraordinário de 3 000\$00 mensais e alerta contra «a política de acumulação de reservas financeiras na Segurança Social à custa de pensões de miséria, para suportar no futuro os prejuízos inerentes à operação de privatização parcial do sistema público que o Governo tem vindo a preparar».

O debate no Instituto de Defesa Nacional entre Álvaro Cunhal e Mário Soares foi incontestavelmente um acontecimento dominante da semana política. O tema era «A União Europeia e a crise da independência/ identidade nacional/ soberania: "finis Patriae"?» e foi seriamente abordado por parte de Álvaro Cunhal que

o considerou pertinente, enquanto Mário Soares lhe chamou uma formulação «abusiva e, mesmo, tendenciosa» porque no seu entender não há «qualquer crise de independência em Portugal». No desenvolvimento das suas posições Álvaro Cunhal refutou documentadamente esta tese, pôs naturalmente em causa a política comunitária do actual governo do PS e das anteriores do PSD mostrando as suas gravosas consequências para o país no plano económico - na agricultura, nas pescas, na indústria - bem como nos planos político e social e da própria independência nacional. Advertiu sobretudo em relação ao futuro: «Às políticas comuns, decididas por órgão supranacionais dominados pelos países mais desenvolvidos e poderosos, se devem submeter as respectivas políticas dos países membros. Trata-se de uma renúncia a que se chamou transferência de soberania dos Estados menos desenvolvidos.» Desmistificando a propaganda governamental sobre a marcha triunfal para a moeda única, observou: «Ao objectivo de alcançar a Moeda Única - que aliás é uma miragem armadilhada de consequências ainda imprevisíveis e incalculáveis - já o Governo, sem ter em conta a actual situação específica da economia portuguesa e a rigidez das imposições externas, submete Portugal a graves limitações do défice orçamental, da dívida pública e das taxas de inflação e de juros.»

Não são só preocupações dos comunistas. Pela mesma altura deste debate, Miguel Cadilhe, que foi ministro das Finanças de Cavaco Silva, declarava noutra instância: «a moeda única é uma ameaça que se vai tornar efectiva» e lamentou, segundo o «Público», «que Portugal não ficasse de fora mais alguns anos antes de aderir».

Faça-se sobre a matéria o amplo debate que Álvaro Cunhal recomendou e então aparecerá com plena nitidez perante o país, também neste ponto, todo o reverso da propaganda governamental.



Em Peso da Régua, Carvalhas inaugura a sede de candidatura da CDU

RESUMO

5 Quarta-feira

O Baixo Alentejo é assolado por uma forte tempestade, provocando dez mortos, 25 feridos; dez famílias desalojadas e elevados prejuízos materiais ■ Em comunicado, a Unita afirma que não abandonará o processo de paz angolano, criticando as sanções impostas pelo Conselho de Segurança da ONU ■ O Chefe da missão da Unesco afirma que o Iraque deslocou matérias-primas de armamentos proibidos nos locais vigiados pela ONU ■ Inicia-se, em Paris, as negociações entre os representantes dos camionistas e as organizações patronais.

6 Quinta-feira

O secretário-geral do PCP visita Sintra e Torres Novas ■ O Parlamento aprova o projecto de eliminação de portagens no ICI entre Torres Vedras e Leiria e do IP6 entre Peniche e Santarém ■ Realiza-se, em Lisboa, um debate entre Álvaro Cunhal e Mário Soares sobre «A UE e a crise da independência» ■ A polícia espanhola detém três dos sete portugueses que se evadiram da prisão da Covilhã na terça-feira ■ Inicia-se em Viseu o V Congresso dos Juizes ■ Em França, prosseguem as negociações entre os camionistas em greve, os patrões e o Governo ■ O Iraque bloqueia os inspectores da ONU, devido à presença de americanos entre eles.

7 Sexta-feira

Carlos Carvalhas desloca-se ao Porto e a Matosinhos ■ O ministro da Solidariedade e Segurança Social anuncia um aumento de 4,1 por cento para as pensões de reforma, medida criticada pelo PCP que afirma que esta subida «não chega para nada» ■ Um dos suspeitos de envolvimento na rede de pedofilia da Madeira é preso em Porto Santo ■ Dezenas de milhares de pessoas comemoram os 80 anos da Revolução de Outubro, em inúmeras localidades russas ■ Em França, o CFDT, um dos sindicatos de motoristas, e as federações patronais assinam um acordo ■ Mantendo a sua decisão de expulsar os peritos norte-americanos, o Iraque manifestou a sua vontade de encetar um «diálogo construtivo» com a ONU.

8 Sábado

Realiza-se, em Santo Tirso, um encontro da CDU sobre os trabalhadores têxteis, com a presença de Carlos Carvalhas, que visita igualmente Paredes, Penafiel, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Baião ■ Seis pessoas morrem na seqüên-

cia de um choque de dois comboios no Algarve ■ Os trabalhadores da Renault de Cacia terminam uma greve de 30 horas, reivindicando a reposição dos 180 postos de trabalho conforme foi firmado no acordo assinado em 1996 ■ Inicia-se, na Venezuela, a VII Cimeira Ibero-Americana.

9 Domingo

Carlos Carvalhas desloca-se a Peso da Régua, Bragança e Miranda ■ Jorge Sampaio anuncia que a próxima Cimeira Ibero-Americana se realizará em Portugal ■ O presidente iraquiano, Saddam Hussein, ameaça abater os aviões americanos que violem o seu espaço aéreo ■ Os massacres e os atentados bombistas regressam à Argélia, provocando mais de duas dezenas de mortos ■ Largos milhares de israelitas manifestam-se nas ruas de Telavive para assinalar o segundo aniversário do assassinato de Yitzhak Rabin, e exigem o reinício do processo de paz ■ O líder da oposição tailandesa, Chuan Leekpai, é designado primeiro-ministro.

10 Segunda-feira

Carlos Carvalhas manifesta-se a favor do alargamento da UE, no início da reunião do Grupo Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, realizada em Sesimbra, onde também é exigida uma reforma global da PAC ■ Portugal anuncia que não apresenta candidato à presidência do futuro Banco Central Europeu ■ Ministros da Defesa português, António Vitorino, e russo, Igor Sergueiev, assinam declaração conjunta de cooperação militar ■ China e Rússia assinam acordo fronteiriço ■ Surgem em França mais casos de doença das vacas loucas ■ Babysitter britânica, em 30 de Outubro condenada a prisão perpétua por assassinio, vê revista a pena e é posta em liberdade.

11 Terça-feira

Em conferência de imprensa, o PCP apresenta medidas urgentes para fazer face aos prejuízos provocados pelas recentes intempéries ■ Carlos Carvalhas visita o Seixal, o Pinhal Novo e a Baixa da Banheira ■ O Presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, recebe petição com mais de quatro mil assinaturas pedindo a elevação de Vila Praia de Âncora a cidade ■ Primeiro-ministro angolano, no 22º aniversário da independência, lança apelo à unidade ■ Inicia-se o julgamento do «unabomber», matemático que entre 1978 e 1995 enviou 16 cartas armadilhadas, causando três mortos e 28 feridos.

Avante!

Proprietários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sacro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sacro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 19390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 4705X.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Refúgio no inferno

O ainda líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, entre as muitas palavras que costuma lançar ao vento, ameaçou há dias que ia começar a reclamar a privatização da RTP.

O pretexto para a ameaça residia no tratamento privilegiado que televisão pública tem dado às iniciativas do Governo e do PS em comparação com o que tem feito com as iniciativas das oposições, nomeadamente no que respeita a pré-campanha eleitoral autárquica.

Há que dizer que a queixa é justíssima, mas quanto ao remédio proposto ele equivale a pedir refúgio no inferno para escapar ao diabo.

Mais televisões privadas? Era só o que faltava! Tal é o comentário muito comum de quem já se fartou da «guerra das audiências», do rebaixamento do nível da programação e da pior discriminação e facciosismo políticos de que as privadas têm dado tantas mostras.

O azar de Marcelo (mais um) foi que a sua ameaça privatizadora coincidiu com a polémica que oportunamente desabou sobre a SIC por causa do programa «filhos da nação» e da reportagem do canal por cabo

ARTE sobre os meandros da televisão de Carnaxide.

Até onde é que esta gente das privadas pode ir? Tornou-se uma legítima interrogação.

No primeiro caso, a SIC não hesitou em fabricar um falso candidato, cabeça de lista, a uma câmara municipal, para dar colorido ao programa e servir de isco à conquista de audiências. No documentário do canal ARTE vê-se desvendado como a guerra das audiências é, no fundo, a luta pelo máximo lucro ao qual tudo é sacrificado, desde a programação às prioridades editoriais, e onde os propósitos dominadores do dinheiro e dos espíritos parecem não ter limites.

A força denunciadora desta reportagem é tão certa que mais de três semanas passadas sobre a sua emissão, Balsemão, Rangel e os funcionários da casa ainda estrebucham sem encontrarem uma linha de resposta, como se vê nos artigos e entrevistas que produziram e até no facto de terem atirado para a alta madrugada, de terça-feira, quando o país dormia, a retransmissão do contundente documentário.

Um exemplo recente do facciosismo político da televisão de Carnaxide foi o programa de Margarida Marante sobre o debate de Álvaro Cunhal com Mário Soares, no Instituto de Defesa Nacional. A conhecida jornalista e mais três jornalistas convidados, não menos conhecidos, entregaram-se, uns mais que outros, a uma espécie de catarse anticomunista, por vezes no pior estilo da «noite da má-língua», parecendo programados por um único propósito: o denegrir a excelente prestação no debate e tudo que representa Álvaro Cunhal.

É igualmente lamentável o procedimento que a SIC adoptou em relação às autárquicas. O estilo de debates que instituiu nos jornais da noite parecem animados pelo propósito de reduzir a puras «peixeiradas» o processo democrático mais amplo e mais profundo que se realiza no nosso país, em que só os candidatos são centenas de milhares.

Não, srs. da SIC! Isto não incentiva as «capacidades de participação» das pessoas, pode criar, pelo contrário, o nojo pela intervenção política e cívica.

Só que a participação vai crescendo independentemente da SIC...

■ Carlos Brito

Calamidades

Um país comovido acompanhou nas últimas semanas a insustentável cadência das imagens e dos relatos. Um braço que emerge da lama. Uma vítima salva pelo impulso dramático dos socorristas. Os corpos alinhados para o último adeus. As casas destruídas. A desolação das perdas. A angústia dos rostos e das palavras.

Calamidades como aquelas que se abateram sobre os Açores, o Alentejo e o Algarve, e intempéries que semearam a intranquilidade e elevados prejuízos em muitas outras regiões do país, têm evidentemente causas naturais que não está (ainda?) ao alcance dos homens travar.

Outro problema é o de saber se a protecção civil às populações fez tudo (e no tempo) que devia ter sido feito - quer em matéria de prevenção, prevenção e aviso, quer na deslocação imediata e proporcionada de socorros.

Não estão minimamente em causa a abnegação dos bombeiros, a prontidão das autarquias locais, a infinita solidariedade dos vizinhos, a quem se deve o fundamental dos socorros prestados e o ter-se evitado que a tragédia tivesse atingido proporções ainda mais graves.

Mas os outros níveis da protecção civil - seja em matéria de prevenção e concentração de meios, seja da prontidão e suficiência das acções de socorro - não estiveram claramente à altura.

A recusa de obter dividendos políticos na hora que atravessamos, não significa que não se reclamem o apuramento de insuficiências e responsabilidades e, o que é fundamental, a muito melhor preparação para enfrentar eventuais ocorrências futuras.

Outro aspecto que as recentes calamidades patentearam são as pre-

caríssimas condições sociais em que continuam a viver tantos portugueses.

Observe-se a identidade social das vítimas e das populações mais atingidas: camponeses pobres, trabalhadores, reformados em situação de miséria, famílias numerosas. A pobreza e a fragilidade das casas e pertences. A desprotecção económica de tantos atingidos. A construção desprevenida em vales apertados ou em zonas de evidente risco. A urbanização sem requisitos. A falta de saneamento e de preparação e limpeza das linhas de escoamento de águas.

Como não ver nos rostos e dramas concretos que as calamidades e intempéries fizeram emergir do anonimato, o Portugal subdesenvolvido que continuamos em grande parte a ser? E a face concreta das crescentes desigualdades e injustiças sociais que, desmentindo a demagogia governamental, evidenciam a incontornável realidade de que as pessoas continuam a não vir primeiro?

Resta, como sinal oposto, o extraordinário movimento de apoio popular às vítimas e populações atingidas.

Como não ver - contra a ideologia reinante da competitividade, da mercantilização, do alheamento, do salve-se quem puder - o valor humano dos muitos e muitos milhares de gestos que, em poucas horas, começaram a fazer chegar às regiões atingidas o rio generoso e quente da solidariedade?

Não confirma ele que permanecem intocadas, no nosso povo, reservas humanas, sociais, culturais, morais, para a que a luta por um futuro melhor tenha de facto sentido?

■ Edgar Correia

IRAQUE
Fim do bloqueio!

Em torno do Iraque surgiu nos últimos dias uma nova «crise» político/militar - com os EUA a movimentarem o seu colossal dispositivo militar agressivo no Médio Oriente e a ameaçar utilizá-lo uma vez mais contra o martirizado povo iraquiano - cujo desenlace é ainda incerto no momento em que escrevemos. Entretanto, duas coisas devem ser particularmente sublinhadas: o Iraque (ao contrário, por exemplo, de Israel) não ocupa qualquer parcela de território alheio; o povo iraquiano está a sofrer há longos anos um bloqueio cínico e brutal que já provocou centenas de milhares de vítimas, particularmente crianças. Por isso, consideramos que é tempo de restabelecer o respeito pela soberania e a integridade territorial do Iraque e, sobretudo, que é urgente pôr fim ao criminoso bloqueio contra o povo iraquiano, acabando de vez com a farsa Saddam-ditador-justifica-piores-crimes.

As sanha dos EUA contra o Iraque (e num outro plano contra a Síria e o Irão) releva, antes do mais, da estratégia de tensão que, desde a guerra do Golfo, permitiu aos EUA ampliar as suas posições militares numa região de enorme importância estratégica e económica. Simultaneamente, visa subordinar, enfraquecer e eventualmente dividir um país que por muitas e variadas razões desempenhou no passado e pode voltar a desempenhar no futuro um papel particularmente relevante na luta pela emancipação nacional e social dos povos árabes e contra o imperialismo. Quanto aos problemas de fundo é aqui que bate o ponto. Tanto mais que o Iraque, um dos maiores países árabes, é (era) nada mais nada menos que o segundo maior produtor de petróleo do mundo.

Não é este o lugar de grandes digressões na história do Iraque, berço de grandes civilizações e donde irradiaram, a partir do Califado de Bagdad, algumas das maiores realizações da brilhante cultura árabe. Mas é útil recordar da sua história contemporânea que, com a rebelião contra a ocupação turco-otomana, o combate contra a tutela colonial britânica, a luta pela independência nacional e contra a monarquia feudal de Faiçal, o povo iraquiano esteve na primeira linha do movimento de libertação nacional dos povos árabes. Movimento que adquiriu um carácter fortemente anti-imperialista e, mais significativo ainda, um vincado conteúdo social e progressista devido ao papel dos comunistas e ao poder de atracção dos valores do socialismo sobre amplos sectores do nacionalismo árabe. A revolução de 1968, a formação da Frente Nacional Patriótica e Progressista, a participação dos comunistas e outros progressistas no governo, a nacionalização da Iraq Petroleum Company, a reforma agrária com a liquidação dos latifúndios, a saída do agressivo «Pacto de Bagdad», passos positivos na solução do problema curdo, o Tratado de Amizade e Cooperação com a URSS - tudo isto representou conquistas e avanços históricos que não devem ser esquecidos.

Como esquecido não deve ser o papel pessoal de Saddam Hussein na ruptura com aquele processo progressista, no afastamento do Presidente Al Bakr e dos militares revolucionários, no assassinato de milhares de comunistas e na ilegalização do PCI, nas perseguições dos patriotas curdos. E no plano externo a agressão a um Irão ainda revolucionário (revolução de Fevereiro de 1979) e o desencadeamento de uma carnificina que favoreceu o desenvolvimento das correntes mais obscurantistas e o avanço das posições do imperialismo na região. Avanço que a guerra do Golfo (a pretexto da invasão do Kuwait, entretanto comprovadamente instigada pelos EUA) consagrou e se pretende eternizar.

A diabolização de Saddam serve afinal para esconder que o verdadeiro adversário dos EUA é o próprio povo iraquiano que a ditadura de Saddam oprime e que o bloqueio imposto pelos EUA sangra. As «sanções contra Saddam» não é ao ditador mas ao povo que atingem. É a esse monstruoso crime que é urgente pôr fim.

■ Albano Nunes

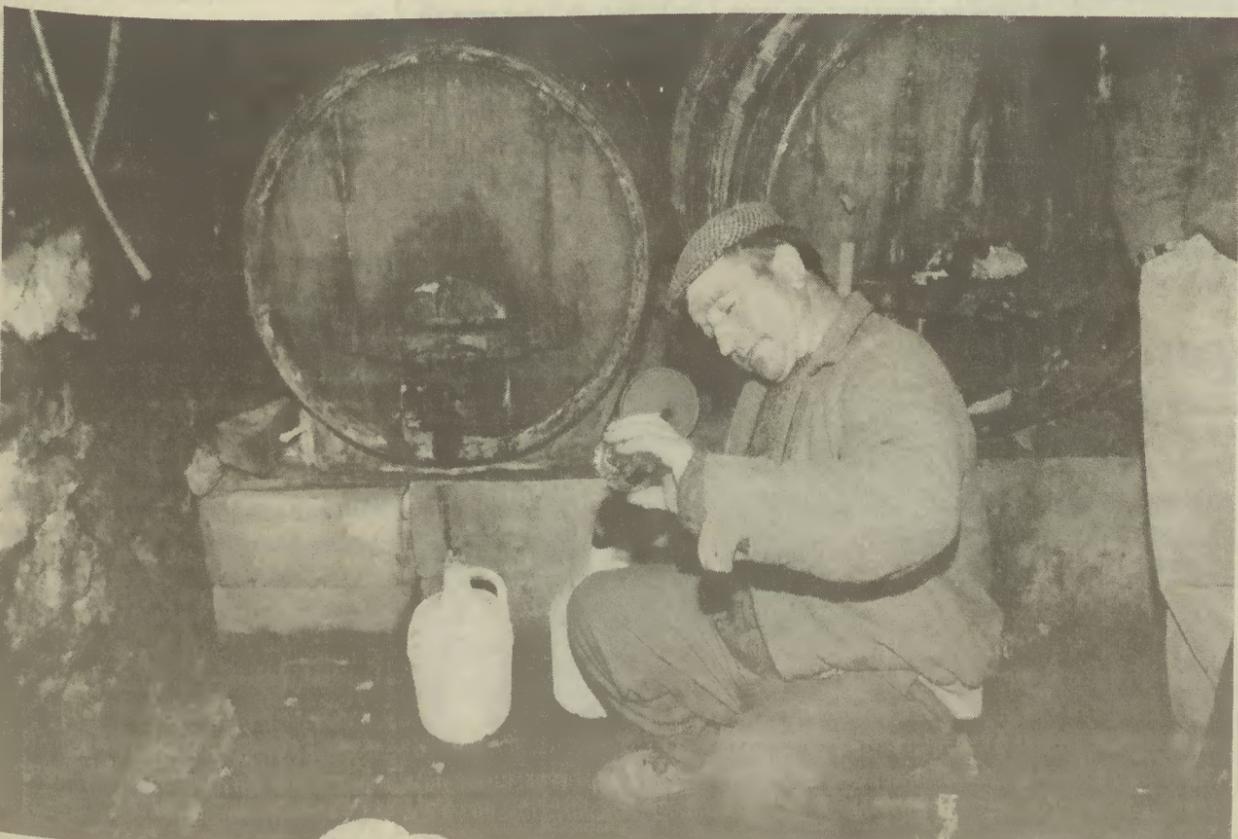


Foto Jorge Caria

VII Cimeira Ibero-Americana

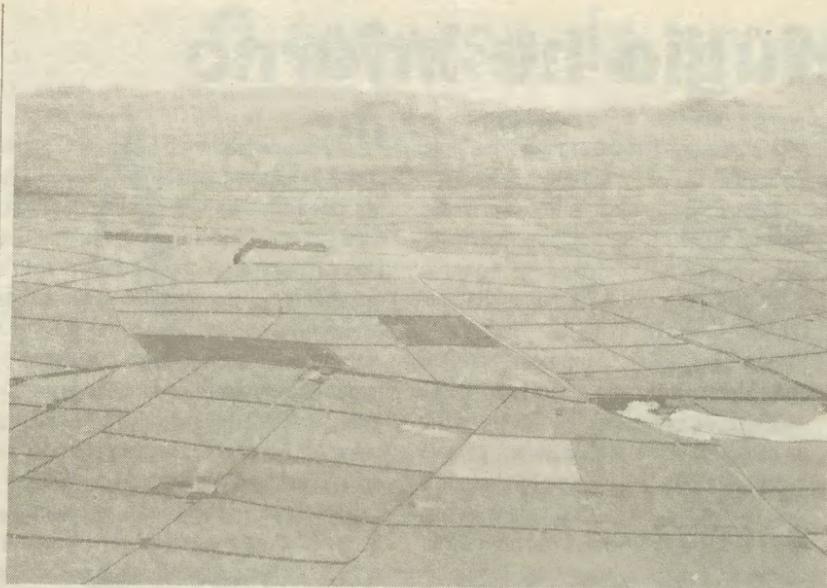
Realizou-se este fim-de-semana na ilha Margarita, na Venezuela, a VII Cimeira Ibero-Americana que contou com a presença de Chefes de Estado e de Governo de 21 países, entre eles Portugal. Na sua intervenção de abertura, o Presidente da República portuguesa, Jorge Sampaio, afirmou que «não há democracia sem igualdade, não há liberdade sem justiça, não há cidadania sem responsabilidades», considerando que uma comunidade como a Ibero-Americana tem a vocação de «rasgar caminhos no sentido de uma



cooperação mutuamente frutuosa». Segundo a Lusa, na véspera o Chefe de Estado português afirmou que iria insistir com os seus pares no combate à corrupção, à administração centralizada e à falta de vigor da sociedade civil na América Latina, acrescentando que Timor-Leste e Angola seriam temas do encontro a sós com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Ainda segundo a Lusa, Jorge Sampaio afirmou que as ligações da América Latina à União Europeia representam «uma forma

de reagir contra a globalização e contra tudo o que esta tem de mais negativo».

Jorge Sampaio anunciou nesta Cimeira que a Presidência da República portuguesa, com o apoio do Governo, vai organizar em Portugal, no próximo ano, uma reunião alargada de especialistas europeus e latino-americanos em questões de droga, iniciativa que, em certo sentido, se integra nos trabalhos preparatórios da próxima cimeira Ibero-Americana, a realizar no Porto em Outubro do próximo ano.



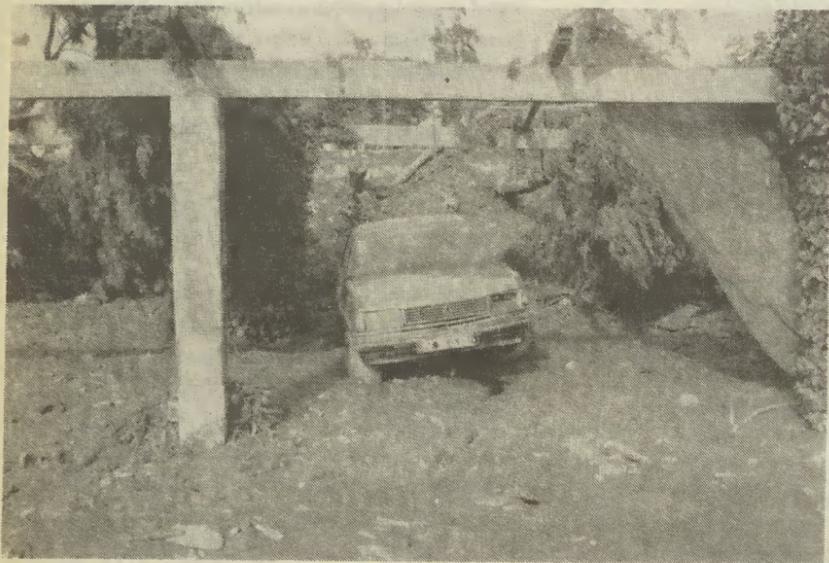
Agricultores açorianos defendem cooperativismo

Segundo o *Diário de Notícias*, reuniram-se em plenário em Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, cerca de 300 agricultores açorianos reivindicando do Governo Regional medidas mais fortes no apoio ao sector cooperati-

vo, no quadro do IX Congresso da Agricultura dos Açores. Para as principais associações agrícolas da Região ali representadas, o reforço às cooperativas «é essencial para a competição com o sector privado», já que «os industriais, devido à nova classificação do leite, não parecem dispostos a pagar a qualidade». Perante normas mais exigentes, os

produtores pretendem que os investimentos a que se vêem obrigados sejam correspondidos por um aumento do preço do leite, defendendo que devem ser reforçadas as verbas do próximo quadro comunitário de apoio «para o investimento na modernização e redução dos custos de produção das explorações, através do emparcelamento e da rede

eléctrica e de água». Outras exigências dos agricultores açorianos prendem-se com o melhoramento do transporte marítimo inter-ilhas e para o exterior, com uma rede regional de abate de gado e uma indústria transformadora dinâmica, que os agricultores açorianos consideram indispensável para que a lavoura local dê o tão reclamado salto



Governo recusa pedidos de declaração de calamidade

Apesar das reivindicações generalizadas, o Governo de António Guterres continua a recusar a declaração de calamidade pública para as graves situações vividas em Faro, Beja e alguns concelhos de Évora, onde os estragos provocados pelos temporais deixaram dezenas de pessoas literalmente sem nada e muitas outras arruinadas. As únicas medidas anunciadas pelo executivo do PS resumem-se a um reforço de 100 mil contos para a conta especial de emergência da Protecção Civil e algumas medidas pontuais, a saber: o Ministério da Agricultura vai pagar uma indemnização por cada cabeça de gado

perdida e cria duas linhas de crédito bonificado para as culturas destruídas; o Ministério da Economia estabelece duas linhas de crédito bonificado para empresas e serviços; o Ministério do Equipamento cria uma linha de crédito bonificado para a reposição de infra-estruturas por parte das autarquias e a Secretaria de Estado da Habitação vai «ajudar» na reconstrução de casas de primeira habitação.

Com tantas linhas de crédito bonificado, uma questão continua a angustiar as numerosas vítimas dos temporais: quem tudo perdeu, como pode contrair mais encargos, mesmo que «bonificados»?

Juiz da «Operação Mãos Limpas» eleito senador pela «Oliveira»

Antonio Di Pietro, o magistrado italiano que se tornou célebre ao conduzir os processos «Mãos Limpas» e «Tangentopolis» que levaram ao tribunal e à prisão muitos antigos dirigentes políticos italianos acusados de corrupção e

ligações à Mafia, foi eleito senador pela coligação «Oliveira», que governa actualmente a Itália num quadro em que o apoio da Refundação Comunista é essencial para a sua manutenção. Di Pietro obteve 68 por cento dos vo-

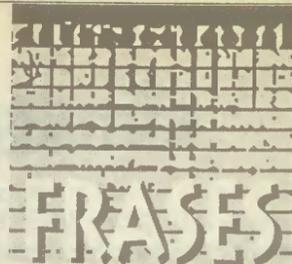
tos, enquanto o candidato da formação de Silvio Berlusconi não conseguiu atrair, sequer, o eleitorado de centro-direita. Di Pietro afirma que a sua acção como senador será em defesa da justiça, num momento em que o Parla-

mento italiano se prepara para debater reformas institucionais - magistratura e justiça - e quando Silvio Berlusconi está em vias de responder em mais de 20 processos por corrupção, tráfico ilegal e colaboração com a Mafia.

Doença «das vacas loucas» com demissão de peritos

A Comissão Portuguesa para o Estudo e Acompanhamento das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis - a chamada «doença das vacas loucas» - demitiu-se em bloco há três semanas e encarregou o seu coordenador de apresentar a cessação de funções à ministra da Saúde, como forma de pressionar a reestruturação. O coordenador, o neuropatologista Cortez Pimentel, afirmou ao *Diário de Notícias* que «há cerca de seis meses fizemos ver à ministra Maria de Belém a necessidade de uma reestruturação da Comissão mas, como não houve mudança, demitimo-nos para acelerar o processo», que considera «imprescindível». Cortez Pimentel recorda que a Comissão - que está a

funcionar desde Abril do ano passado, apesar de «nunca ter sido nomeada no papel» - «fez uma série de recomendações» mas necessitava agora de se abalançar «para novos rumos», o que requer «pessoas mais especializadas em outros ramos», já que a doença se estende a «áreas que nunca tínhamos pensado», como por exemplo na do sangue. Do conhecimento desta Comissão, registaram-se em Portugal cerca de 30 casos da forma esporádica da doença de Creutzfeldt-Jakob (DCJ), o equivalente nos humanos da «doença das vacas loucas» desde 1980 até finais de 1996, detectados em laboratórios de Lisboa, Porto e Coimbra, mas sem qualquer relação topográfica.



“António Guterres e Jorge Coelho consideraram que era uma situação perfeitamente compreensível, embora não elogiável, e, por isso, mantiveram a sua confiança em mim.”

(José Luís Judas - «Expresso», 08.11.97)

“Se houvesse uma operação (“mãos limpas”) como a que houve em Itália, alguns autarcas e governadores civis caíam na rede.”

(Carlos Carvalhas em Trás-os-Montes, dos jornais)

“Ferreira do Amaral simboliza o regresso à coligação de Abecasis.”

(Nunes da Silva - «Diário de Notícias», 11.11.97)

“A televisão não pode ser sinónimo de chatice, a televisão é essencialmente espectáculo. E isto é válido para todos os programas, sejam sobre natureza ou história, sobre a vida real ou a vida política.”

(Francisco Pinto Balsemão - «Notícias Magazine», 09.11.97)

“Acreditamos que o papel até agora desempenhado pela SIC está a contribuir para que o país se conheça melhor a si próprio, para que as pessoas se tornem agentes activos das mudanças sociais necessárias ao desenvolvimento.”

(António Borge, subdirector de programas da SIC - «Público», 10.11.97)

“Sendo certo que a televisão constitui, hoje em dia, o prato forte de que se alimenta o imaginário da grande maioria da população, é lícito perguntar como é possível a comunicação de valores entre ela e as minorias?”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 10.11.97)

“A televisão não deve substituir-se às famílias na educação das crianças nem arvorar-se em moralizadora do regime, mas era conveniente que não deseducasse, que se abstinésse de passar reportagens sobre filmes pornográficos no principal serviço noticioso ou de inserir promoções a filmes violentos ou eróticos no intervalo dos desenhos animados.”

(José Manuel Fernandes - «Público», 11.11.97)

“Tem havido uma violação da nossa identidade nacional, em particular na SIC.”

(Maria de Lourdes Pintasilgo, «O Mundo De...» - «RDP - Antena 1», 10.11.97)

“(...) quando os presidentes (dos clubes) falam das arbitragens é porque as coisas não estão bem noutros sectores.”

(Manuel Queiroz - «Público», 11.11.97)

Intempéries

Comissão Política do PCP defende medidas de carácter excepcional



Em nome do PCP, Carlos Carvalhas saudou o amplo movimento de solidariedade às vítimas das intempéries que em todo o país se desenvolveu

«1 - Desde o início e rejeitando posições marcadas por estreitos e indecorosos jogos partidários, o PCP assumiu uma posição pautada pela solidariedade às populações atingidas, postura evidenciada designadamente pela acção dos seus eleitos nas autarquias que desde a primeira hora desenvolveram no terreno uma intensa acção de apoio aos primeiros socorros, à promoção de medidas imediatas para minimizar os prejuízos causados às populações atingidas e, posteriormente, na inventariação dos estragos causados. Actuação na qual, cumpre assinalar, se destacaram igualmente as diversas corporações de bombeiros, trabalhadores das autarquias e forças da GNR.

2 - A Comissão Política do PCP sublinha e saúda o vasto e imediato movimento de solidariedade que se desenvolveu por todo o País para com as vítimas das intempéries, expresso nas toneladas de alimentos, vestuário, peças de mobiliário que prontamente chegaram e estão a chegar às zonas mais afectadas, numa acção conjugada com as autarquias e diversas associações com particular destaque para o papel desempenhado pela Casa do Alentejo.

Esta pronta, emocionante e solidária resposta exprime os profundos valores de solidariedade que permanecem no nosso povo como uma realidade que deveria ter inspirado o Governo na promoção de medidas de resposta à dramática situação vivida particularmente por gente que perdeu em minutos haveres e meios de subsistência.

3 - Os prejuízos causados pela intempérie são vastíssimos atingindo habitações, culturas, caminhos, estradas, pontes, estações de tratamento, cais, embarcações de pesca para além da destruição de bens pessoais de quem em geral já pouco dispunha. A lamentar estão, antes de mais, as mortes causadas.

Passados que são tão trágicos acontecimentos, a Comissão Política do PCP entende que é chegado o momento de avaliar

serenamente as respostas que foram dadas e igualmente pronunciar-se sobre o conteúdo das medidas que a grave situação exige.

Desde logo cumpre assinalar, em contraste com o aparato de propaganda do Governo e de governadores civis, a morosidade da resposta dos meios accionados pelos serviços centrais de Protecção Civil, estrutura que no entender do PCP necessita de ser reavaliada quanto ao seu funcionamento e operacionalidade. De facto, não fora a pronta acção das autarquias, serviços de bombeiros e dos populares e o número de vítimas a lamentar seria certamente muito mais elevado. À morosidade e à escassez dos meios empregues associou-se a descoordenação verificada entre os vários serviços dependentes da administração central numa demonstração de ineficácia que a presença de vários membros do Governo só serviu para tornar mais evidente.

Os vultuosíssimos prejuízos causados exigem respostas de carácter excepcional que o Governo, a avaliar pelos anúncios até agora feitos, não está disposto a adoptar. De facto, após promessas de disponibilidade de verbas que de um momento para outro passaram de 100.000 contos para um milhão, as decisões agora anunciadas não respondem à extrema gravidade que a situação comporta.

São quilómetros e quilómetros de caminhos e estradas que rapidamente urge reparar. Dezenas de habitações a repor. Milhares de hectares de culturas que têm de ser recuperadas. Pontes e cais que necessitam de ser erguidos. Economias que têm de ser repostas de pessoas a quem, se não for prestada uma assistência imediata, não terão nem meios económicos nem forças para reerguer o produto de uma vida inteira de trabalho e privações. A esta realidade, o Governo responde com linhas de crédito, sempre morosas e muitas vezes ineficazes, contratos-programas e um montante a fundo perdido de valor não só insignificante perante a tragédia como ofensivo perante quem mais sofreu com os seus efeitos. O seu conteúdo constitui uma clara demonstração do distanciamento, da insensibilidade, da incapacidade que este Governo revela para responder à difícil situação criada.»

As medidas necessárias

A Comissão Política do PCP considera que, ao invés das medidas propostas, a situação exige:

- que o Governo disponibilize a fundo perdido verbas que de acordo com a inventariação dos prejuízos permita responder às necessidades das autarquias para repor infra-estruturas destruídas; aos agricultores pelas culturas e gados perdidos e às populações pelos bens indispensáveis à sua sobrevivência designadamente as suas habitações. A situação não se compagina com a abertura de linhas de crédito a quem não possui recursos para os poder pagar.

- Nesse sentido, o PCP propõe que a cobertura das despesas deverá ser feita através do Orçamento do Estado, com a utilização da cláusula da reserva - que dispõe de uma dotação de 30 milhões de contos - de forma a cobrir as necessidades inventariadas;

- que se eliminem burocracias para que as autarquias possam responder rapidamente à recuperação de prejuízos causados, isentando-as da obrigação de recorrerem a concursos públicos para realizarem as obras de reconstrução que a situação exige, salvaguardando a transparência dos processos, recorrendo para tal à aprovação de legislação própria a exemplo do que se fez para a Câmara de Lisboa;

- que se crie um programa específico relativo à recuperação e construção das habitações destruídas;
- que a Junta Autónoma de Estradas inicie rapidamente a recuperação de vias de sua responsabilidade.

A Comissão Política afirma a disponibilidade do PCP para, através dos seus deputados, intervir junto da União Europeia no sentido de esta disponibilizar meios para acorrer à situação e na Assembleia da República para congregar os seus esforços, com outras forças políticas, no sentido de as respostas que urge dar se realizarem com eficácia e operacionalidade.

Em conferência de imprensa, na terça-feira realizada, a Comissão Política do PCP divulgou alguns aspectos da análise que na véspera efectuou, particularmente sobre os problemas criados com a situação provocada pelas intempéries que atingiram violentamente os Açores, Alentejo, Algarve, Zona Metropolitana de Lisboa e Vale de Santarém. Para além do Secretário-geral, encontravam-se na mesa Carlos Luís Figueira e José Soeiro, respectivamente, responsáveis pelas regiões do Algarve e Alentejo que, depois de Carlos Carvalhas ter apresentado o comunicado da Comissão Política, se puseram à disposição dos jornalistas para responder a questões que eventualmente lhes quisessem colocar. Assim, José Soeiro teve oportunidade de chamar a atenção para a necessidade de o Governo desburocratizar as medidas de apoio às vítimas das cheias e disponibilizar os meios para fazer face aos verdadeiros dramas humanos que estão criados, já que as autarquias não podem fazer face a situações de emergência com o recurso aos meios de que normalmente dispõe. Carlos Luís Figueira, por sua vez, lembrou que os contratos-programa anunciados pelo Governo implicam 50% de participação das autarquias que, sem capacidade financeira para se endividarem, não poderão dessa forma responder com eficácia aos problemas criados. «O Governo está a querer desobrigar-se e a alijar responsabilidades de uma situação extraordinária que exige medidas extraordinárias», afirmou este membro da Comissão Política. Entretanto, na avaliação efectuada, a Comissão Política destacou os seguintes aspectos:

LOURES CDU apresenta jovens candidatos



Para além da cidade de Lisboa, onde integra a coligação «Mais Lisboa», a CDU concorre, nas próximas eleições, a todos órgãos autárquicos do distrito, ou seja, a 14 Câmaras e Assembleias Municipais e 169 freguesias.

A demonstrar a «iniludível confiança» da CDU na juventude, destaca-se no conjunto dos seus 4.784 candidatos, a presença de 778 jovens com menos de 29 anos, 113 dos quais no concelho de Loures.

HORTA Câmara tem actuação inconsequente

«Urbanismo, Ordenamento do Território e Ambiente» foi o tema de uma sessão recentemente promovida pela CDU e que encheu completamente o Auditório da Caixa Geral de Depósitos, na Horta.

Na sessão, para além do candidato à Presidência da Câmara Municipal da Horta, José Decq Mota, e do engenheiro João Cláudio, também candidato da lista, participaram numerosos arquitectos e outros profissionais ligados a estas áreas. Após análise exaustiva, os participantes concluíram que a Câmara Municipal da Horta tem tido «uma actuação inconsequente e alheia das orientações dos técnicos e profissionais», revelando mesmo «um total desrespeito» pela legislação em vigor nestas matérias.

MARINHA GRANDE CDU denuncia «negociata»

«Onde acabam os interesses da Câmara Municipal e começam os do Partido Socialista» é uma questão que a Coordenadora da CDU da Marinha Grande coloca a propósito da «negociata» de uma loja «herdada» do anterior Executivo da CDU, onde agora aparece instalada a sede de campanha eleitoral do PS. Lembrando o que anteriormente aconteceu com o estudo da Challenge - que custou à Câmara 3 mil contos para ser apresentado em primeira mão na convenção concelhia do Partido Socialista -, a CDU considera existir um partido que instrumentaliza a autarquia e beneficia de dinheiros que são dos contribuintes marinhenses e vieirenses. Assim, exige saber qual o preço e em que condições foi feita a transacção e por que razão a Câmara promoveu a venda através de ajuste directo em vez de concurso público como manda a «transparência».

VALONGO Um esquecimento oportuno

Quando da discussão do Orçamento do Estado para 1997, o grupo parlamentar do PCP apresentou uma proposta, então rejeitada pelos votos do PS e PP, para a construção de uma nova escola de ensino secundário em Ermesinde. «Esperando que os ermesindeiros se esqueçam», vem agora o PS de Ermesinde congratular-se pelo facto de o governo considerar prioritária a construção de uma nova escola na cidade que, afinal, ainda não existe por responsabilidade sua. A denúncia pertence à Comissão Coordenadora de Valongo da Juventude CDU que, em relação ao aumento do consumo de droga que os socialistas dizem lamentar, lembra que esse aumento de consumo tende a continuar por força das políticas anti-sociais do PS.

CASTELO BRANCO Sondagens tendenciosas

Depois da tomada de posição pública da CDU de Cascais, criticando uma sondagem divulgada pela SIC a propósito das intenções de voto no concelho de Cascais, cujo oportunismo visava «disfarçar o indiferecível», é agora a vez da candidatura da CDU no concelho de Castelo Branco protestar junto da administração da SIC. O protesto incide sobre uma reportagem televisiva que, pela falta de isenção e igualdade de tratamento das diversas candidaturas do concelho, mostrou não ter como objectivo informar mas sim «formar opinião em torno de determinado candidato». A peça televisiva enferma ainda, na opinião da CDU, «pela ausência de ideias e propostas concretas» para os graves problemas do concelho de Castelo Branco, preteridos a favor de «imagens tecnicamente trabalhadas, que pervertem a real conjuntura nesta campanha eleitoral». Daí que a sondagem divulgada, tendo por base «os mesmos meios, critérios e objectivos», sirva obviamente a candidatura projectada.

Ciências Sociais

História é uma necessidade

«Crise e necessidade da História» foi o tema do debate promovido pelo novo organismo criado no Sector Intelectual da ORL do PCP - Ciências Sociais -, na sua primeira iniciativa pública.

Com o Espaço Cultural ocupado com a exposição do 80º aniversário da Revolução de Outubro que no dia seguinte se inaugurava, o debate que no passado dia 5 se realizou decorreu na sala de convívio onde dezenas de pessoas, sobretudo jovens, se repartiam pelas várias mesas dispostas em círculo.

Manuel Gusmão, docente da Faculdade de Letras da UL, João Luís Lisboa, docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, e Ricardo Pais Mamede, economista, foram os oradores de um debate fortemente marcado por um tom académico.

João Luís Lisboa, abordando a História de um ponto de vista global, distinguiu entre História como «acontecido» e História como «estudo do acontecido». A História deve ser «uma acção crítica sobre a memória» e «um campo de possibilidades abertas em que o acaso também intervé». E, defendendo a necessidade de uma relação entre o passado e o presente no estudo da História, disse: «quando falamos de acontecimentos passados, estamos a falar de algo que não nos é alheio mas que não pode ser visto com os valores do presente».

Para Ricardo Pais Mamede, a

Economia dominante é uma ciência sem História, porque ignora o estudo do acontecido. Uma ciência que se isola enquanto área disciplinar, ou impõe um determinismo completo. Que reduz tudo aos agentes económicos. Daí, Ricardo Mamede considerar a necessidade de se passar a fazer o seu relacionamento com a História, a Sociologia, a Antropologia.

Manuel Gusmão retomou o tema da diferença entre a História que se faz e a que se escreve. E, perguntando qual a relação entre as duas, ele próprio responde: «a História que se faz tem parte do que se escreve e a História que se escreve faz parte do que se faz».

Do séc. XIX para o séc. XX surgem críticas da história literária e da própria historicidade da literatura, dando origem a

novos modelos. Ao longo do século XX, o pensamento formal produziu concepções de natureza estrutural. Aliás - afirma Manuel Gusmão -, a literatura tem que ser entendida como um sistema aberto - que perde estruturas e adquire estruturas.

Questões como a actualidade do materialismo histórico, a relatividade das previsões históricas (onde entram factores tão complexos como a vontade humana), a questão sobre a possibilidade de se chegar à verdade e a temporalidade desta, a História como elemento que dá racionalidade aos comportamentos humanos, foram questões levantadas num debate onde também não faltou o alerta para eventuais falsificações da História e necessidade de «vigilância sobre as memórias».

PCP defende reformas dignas

Os valores das pensões de Segurança Social anunciados pelo Governo para 1998 revelam a sua «profunda indiferença perante as dificuldades e os dramas» que atingem os pensionistas que auferem prestações mais degradadas, acusa em comunicado o Gabinete de Imprensa do PCP.

«Com aumentos mensais para as pensões mínimas de mil e cem escudos (regimes não contributivos e equiparados) e de mil e duzentos escudos (regime geral), ou seja de trinta e sete escudos e de quarenta escudos por dia respectivamente, e um acréscimo não superior a 3,3% para as restantes pensões do regime geral, o Governo limitou-se fundamentalmente a actualizar o valor das pensões em relação à inflação verificada, defraudando dessa forma a

imperativa necessidade de crescimento efectivo das pensões mais degradadas».

Para o PCP, «o que é particularmente escandaloso» nesta decisão é que «ela tenha tido lugar numa conjuntura económica favorável e numa altura em que as contribuições para a Segurança Social têm sido muito superiores às despesas». É que isso, apesar da dívida do Estado e das empresas e de fenómenos de evasão contributiva, tem permitido acumular centenas de milhões de contos no sistema de reservas.

O PCP reafirma, por fim, a possibilidade de ser aprovado «um aumento extraordinário de três mil escudos para as pensões de velhice e de invalidez inferiores ao salário mínimo nacional», denunciando a injus-

tiça social que representa a simples actualização das pensões. E, ao mesmo tempo, manifesta-se contra a política de acumulação de reservas financeiras na Segurança Social «à custa de

pensões de miséria, para suportar no futuro os prejuízos inerentes à operação de privatização parcial do sistema público que o Governo tem vindo a preparar».

Autárquicas em Coimbra «Os dados estão lançados»

Quatro centenas de pessoas participaram, na passada sexta-feira, em Coimbra, numa grande noite de apoio à candidatura da CDU aos órgãos autárquicos do concelho. Um jantar e um belo espectáculo de música popular portuguesa com o grupo «Canções à Esquerda» deram conteúdo a esta iniciativa.

Durante a iniciativa, foram apresentados, pela primeira vez, os 31 candidatos às presidências das Juntas de Freguesia do concelho de Coimbra, tendo usado da palavra o Prof. Jorge Alarcão e Jorge Gouveia Monteiro, respectivamente, candidatos à presidência da Assembleia e da Câmara Municipais, e Sérgio Teixeira, membro da Comissão Política do PCP.

«Os dados estão lançados.» O PS dispôs da oportunidade de, com uma maioria absoluta de 8 anos, ter resolvido os problemas da cidade e do concelho e falhou, acusou Jorge Gouveia Monteiro, afirmando: «governou sozinho, sozinho tem que pagar a factura».

Quanto ao PSD, «viveu tanto à sombra dos governos de Cavaco» que perdeu a ligação com as pessoas e os seus problemas. Não há agora «rebuçados milagreiros» que resolvam isso.

A alternativa, prosseguiu Jorge Gouveia Monteiro, «está na CDU, na força que vem das reclamações populares, da crítica justa e frontal ao que está mal. Mas também da disponibilidade de construir».

CAMARADAS FALECIDOS

Joaquim da Silva Ribeiro

Vítima de doença prolongada, faleceu, no dia 24 de Outubro, com 54 anos de idade, o camarada Joaquim da Silva Ribeiro. Muito activo e dedicado, era membro da Comissão Concelhia do Cartaxo, tendo sido dirigente da Cooperativa de Consumo do Cartaxo e do Sindicato dos Rodoviários do Centro. Foi presidente da Junta de Freguesia da Valada no mandato 1989/93 e eleito na Assembleia Municipal do Cartaxo no presente mandato.

José Jerónimo Carrapita

Faleceu recentemente, com 59 anos de idade, o camarada José Jerónimo Carrapita, reformado Militar. Membro da Comissão de Freguesia da Póvoa de Santo Adrião, foi Presidente da Associação de Reformados da Póvoa de Santo Adrião.

Leandro Guilherme Franco Salvador

Com 48 anos, faleceu o camarada Leandro Guilherme Franco Salvador, natural de Arraiolos e trabalhador na Socarmar/Seixal. O camarada fazia parte da organização do Partido nesta empresa.

Maria de Lurdes Abreu da Graça

Com 59 anos, faleceu no passado dia 3 de Novembro, vítima de doença prolongada a camarada Maria de Lurdes Abreu da Graça. Membro do Partido desde 1964, pertenceu às Brigadas de Socorro aos Presos Políticos, tendo sido presa pela Pide devido à sua actividade clandestina. Foi candidata pelo PCP às diversas eleições autárquicas, na freguesia de Carcavelos. Pertencia à Comissão de Freguesia de Carcavelos do PCP.

O seu funeral, onde se integraram numerosos camaradas e amigos, constituiu uma profunda manifestação de pesar.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Pré-campanha em Loures

No passado fim-de-semana, realizaram-se em Loures numerosas iniciativas integradas na jornada de esclarecimento e na pré-campanha autárquica da CDU, com destaque para acções de rua, contactos porta-a-porta e debates e sessões.

Na Bobadela, num almoço com 70 participantes, em que intervieram o cabeça de lista à freguesia, José Marcelino, e o mandatário concelhio, Carlos Brito, tomou também a palavra o líder da Comissão de Moradores da Boavista, o conhecido socialista Francisco Romão, para anunciar o seu voto e o seu apoio aos candidatos da CDU, tanto a nível de freguesia, como a nível concelhio.

Mereceu também destaque o jantar de Moscaide, com cerca de uma centena de participantes; a sessão de Camarate, com 70; o jantar de Apelação, com 60; e o jantar de Loures, com mais de uma centena.

Carlos Carvalhas no Porto CDU marca a diferença

O Secretário-geral do PCP percorreu neste fim-de-semana vários concelhos do distrito do Porto, participando em iniciativas diversificadas de promoção das candidaturas CDU às próximas eleições autárquicas, contactando militantes e activistas.

A jornada de Carlos Carvalhas pelo distrito do Porto iniciou-se na passada sexta-feira com a abertura, no Centro de Trabalho da Boavista, de uma exposição colectiva de artes plásticas. Jorge Sarabando, da Direcção da Organização Regional do Porto, sublinhou o facto de esta ser a mais participada das exposições já ali realizadas, reunindo nomes consagrados e artistas das gerações mais jovens, num conjunto que ultrapassou as sete dezenas. Um lugar de encantamento, mas também um espaço de generosidade, pois a venda das obras representará uma significativa contribuição para a campanha eleitoral da CDU.

«Não recebemos dádivas dos banqueiros ou dos grandes capitalistas, nem as aceitaríamos», afirmou Carlos Carvalhas que considerou a exposição uma amostra das potencialidades culturais do Porto, onde falta uma política integrada por parte dos municípios e Governo e uma prática de auscultação e democrática de produtores e instituições culturais.

À noite, o Secretário-geral do PCP participou num jantar de apresentação de candidatos do concelho de Matosinhos, que contou com a presença de

todos os cabeças de lista às freguesias e município. No decorrer da iniciativa, a que presidiu António Graça (primeiro candidato à Assembleia Municipal), intervieram Renata Freitas, a jovem candidata de 26 anos, que é a aposta da CDU para recuperar posições na Freguesia de Lavra, e José Cavalheiro, professor universitário, independente, candidato à Câmara Municipal, que, numa intervenção carregada de ironia, disseceu a actuação da maioria PS que há vinte anos dirige o concelho, manifestando confiança na eleição de vozes da CDU para o próximo executivo.

No sábado de manhã, Carlos Carvalhas inaugurou, numa breve passagem, a sede de candidatura da CDU no centro da cidade de Santo Tirso e interveio num encontro com trabalhadores têxteis, onde a questão da redução do horário de trabalho para as 40 horas, a luta persistente dos trabalhadores e a hipocrisia do Governo (e a do presidente da Câmara PS que se recandidata) foi posta a nu nas diversas intervenções, designadamente dos candidatos à Câmara, José Alberto Ribeiro, e à Assembleia Municipal, Manuel Dias.

De seguida, após inaugura-

ção das sedes de candidatura em Paredes e Penafiel, Carlos Carvalhas participou nesta cidade num almoço com numerosos candidatos dos concelhos do Vale do Sousa e Baixo Tâmega. Na mesa da presidência dispuseram-se os cabeças de lista às Câmaras Municipais de Amarante (António Duarte), Felgueiras (Valdo Peres), Lousada (José Calçada), Marco de Canaveses (Rodrigo Pinto), Paços de Ferreira (Maria Manuela Silva), Paredes (Cristiano Ribeiro), Penafiel (Adrião Cunha) e, ainda, Emídio Ribeiro, da Comissão Política, e o Secretário-geral do PCP.

Helena Quinta, candidata à Assembleia Municipal do concelho anfitrião, fez as apresentações e deu início ao almoço-convívio, cumprindo um minuto de silêncio pelas vítimas dos temporais dos últimos dias. Breves palavras mas cheias de entusiasmo e determinação foram proferidas por todos os candidatos, lembrando promessas não cumpridas, prepotências, atrasos e intervenções contra o desenvolvimento harmonioso dos concelhos, actos de gestão pouco transparentes, ora do PS, ora do PSD e do PP.

Carlos Carvalhas interveio para saudar todos os presentes, sublinhando alguns dos traços das listas da CDU que também ali tinham sido salientados - mais jovens, mais mulheres, a grande disposição para o trabalho e a recusa de benefícios

personais, a diferença que marca o projecto e a obra da CDU, erguida nas autarquias onde a CDU é maioria e, designadamente, os atrasos brutais na construção das infra-estruturas básicas dos concelhos do Vale do Sousa e Baixo Tâmega.

O Secretário-geral do PCP voltaria ainda ao distrito do Porto, já a noite ia adiantada, para participar numa «Noite de Fado», promovida pela candidatura CDU de Baião. Recebido em ambiente de grande animação, o Secretário-geral e a candidata independente à Câmara Municipal, Manuela Pereira, proferiram ainda breves intervenções.

RQUIAS
97

CDU é obra!



Em Santo Tirso, no encontro com trabalhadores têxteis



Bragança

A força da solidariedade

Um almoço com candidatos e apoiantes da CDU, uma paragem em Carvalhais para visita e encontro com os dirigentes da Associação Cultural e uma festa Popular em Mirandela preencheram a visita do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, no passado domingo, ao distrito de Bragança.

No almoço, onde participaram 150 pessoas, o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Bragança, António Morais, teceu duras críticas à gestão autárquica do PS, apresentando a candidatura CDU como a única alternativa.

Entretanto, aproveitando o facto de Carlos Carvalhas fazer anos nesse dia, um grupo de jovens ofereceu-lhe, em nome da CDU, um cesto de «produtos da terra».

O almoço foi encerrado por Carlos Carvalhas que referiu a solidariedade da CDU de Bragança e do PCP às vítimas do mau tempo no Alentejo. E, depois de lamentar a insuficiência do apoio e verbas disponibilizadas pelo Governo, enalteceu a celeridade com que muitos portugueses e sobretudo a Casa do Alentejo enviaram bens de primeira necessidade para as zonas mais atingidas.

Carlos Carvalhas criticou ainda António Guterres que, em vez de repor Bragança no mapa, como havia prometido, aumentou as assimetrias regionais, e a interferência inaceitável do aparelho governamental na formação e apresentação das listas PS. Sobre o slogan eleitoral socialista «Gente que faz», o Secretário-geral do PCP considerou que ficaria mais real se fosse «Gente que faz... promessas».

Apesar de não estar previsto no programa, Carlos Carvalhas fez uma paragem em Carvalhais, a pedido dos seus dirigentes associativos, tendo tido a oportunidade de conhecer a vida e actividade da Associação

Cultural, as suas dificuldades e ausência de apoios institucionais, numa informação que lhe foi transmitida pelo seu presidente, Alexandre Camilo. De seguida, já no largo da freguesia, dirigiu-se à população num breve improvisado onde enalteceu as tradições democráticas de Carvalhais.

A Festa Popular em Mirandela, por motivo da realização nesse dia do funeral de um militante, sofreu alterações à sua programação. Mas, apesar do triste acontecimento, teve a presença de cerca de duas centenas de pessoas, tendo sido animada pelo Grupo de



Uma festa em Mirandela encerrou a visita de Carlos Carvalhas ao distrito de Bragança

Cavaquinhos do Rancho Folclórico de Santiago em Mirandela.

Depois de Fernando Pilão, candidato à Presidência da Câmara Municipal de Mirandela, ter apresentado as grandes propostas da CDU, Carlos Carvalhas encerrou a iniciativa. Muito aplaudido, Carvalhas destacou a importância da batalha eleitoral, a necessidade do empenhamento de todos para dar força à CDU e a obra altamente positiva que a CDU tem desenvolvido por todo o país em prol das populações, aliás reconhecida por todos os quadrantes políticos.

Vila Real

OE despreza agricultura

Também o distrito de Vila Real foi visitado por Carlos Carvalhas no passado fim-de-semana.

A visita iniciou-se com uma iniciativa em Vila Pouca de Aguiar, para apresentação dos candidatos da CDU aos órgãos autárquicos, onde participaram várias centenas de candidatos, militantes e simpatizantes da CDU, de muitas pessoas ligadas à Agricultura.

Virgílio Alves, engenheiro zootécnico e professor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, cabeça de lista à Câmara Municipal, fez a apresentação dos candida-

dos de candidatos CDU, que se candidatam não para se servirem dos cargos mas para resolverem os problemas das populações.

Depois de criticar a política do Governo no que respeita ao aumento de reformas, o Secretário-geral do PCP referiu-se à situação na agricultura, sector-chave da vida nacional e de Vila Pouca de Aguiar, para o qual em vez de aumentar têm diminuído as verbas no Orçamento do Estado, levantando crescentes dificuldades aos agricultores.

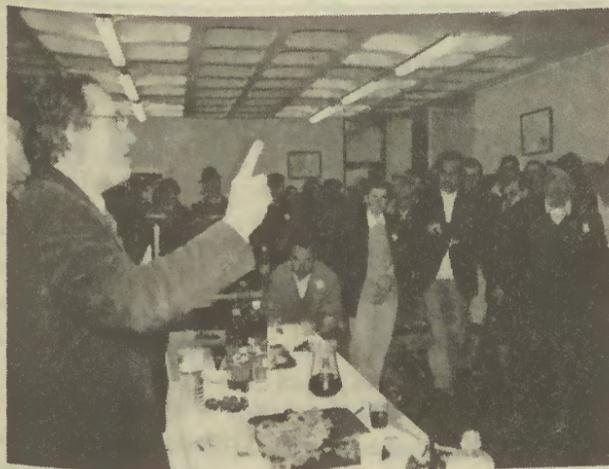
A noite, Carlos Carvalhas participou num jantar em Vila Real, com cerca de 200 candidatos da CDU.

Depois de Frederico Neves, médico, cabeça de lista à Câmara Municipal de Vila Real, ter saudado os presentes e apelado à participação activa na campanha eleitoral com vista a um bom resultado, falou Mário Costa, mandatário distrital e responsável da DOR-VIR do PCP que começou por realçar o aumento do número de listas apresentadas e a aberta composição das mesmas.

Mário Costa criticou ainda a gestão municipal que PSD, PS e PP há mais de 20 anos praticam no distrito, assim como a forma como o Governo ignora aquele distrito no PIDDAC.

Por fim, na sua intervenção, Carlos Carvalhas criticou as políticas do Governo em relação ao Orçamento do Estado e utilização pelo PS e seu Governo do aparelho do Estado no apoio e promoção das candidaturas socialistas.

Na manhã de sábado, Carlos Carvalhas inaugurou a sede da candidatura em Peso da Régua.



Em Vila Pouca de Aguiar, Carlos Carvalhas criticou a diminuição de verbas no OE para a Agricultura

tos, afirmando existirem condições para um bom resultado eleitoral.

Carlos Carvalhas, na sua intervenção, reafirmou a mesma convicção, considerando os benefícios da eleição



Exposição comemora 80.º aniversário da Revolução de Outubro

Com a participação de Carlos Carvalhas, a Direcção da Organização Regional de Lisboa, inaugurou no dia 6 de Novembro, no Espaço Cultural Vitória, uma exposição evocativa da Revolução de Outubro.

Orçamento do Estado para a Educação

Verbas aquém da necessidade

A Comissão Coordenadora da Área da Educação, Ciência e Tecnologia do PCP divulgou, no passado dia 10, as conclusões da análise que fez ao Orçamento do Estado para 1998 para a Educação (que a seguir se transcreve). Em sua opinião, a análise vem confirmar «que a "paixão" do PS se extinguiu antes de ter produzido resultados».

«Embora o orçamento da Educação atinja 1000 milhões de contos em 1998, tal está ainda longe do que o país e o nosso povo precisam.

Portugal é um país em que a despesa com a Educação permanece próxima de 5% do PIB, valor que está claramente aquém do esforço necessário para vencer o nosso atraso sobretudo se tivermos em conta a pequenez relativa do nosso produto quando comparado com o dos países desenvolvidos.

Desde o início desta década, o orçamento do Ministério da Educação tem crescido quase regularmente o modesto valor de 7% ao ano, em despesas tanto de funcionamento como de investimento. Se há "paixão", não se dá por ela; não há diferença objectiva entre este e o anterior governo.

Registam-se como intenções positivas a elevação em 60% do apoio à educação pré-escolar e em 17% do apoio à acção social escolar. Trata-se, porém, de domínios em que o nível de financiamento público anterior, tomado para a comparação, é extraordinariamente baixo e o nosso atraso é escandaloso, e em que a capacidade de execução do Estado ficou abaixo do programado para 1997: menos 0,8 milhões e menos 1,1 milhões de contos, respectivamente! Ainda a propósito da acção social escolar, não pode deixar de ser denunciado o nível miserabilista dos apoios concedidos aos jovens e às suas famílias bem como o facto de o seu financiamento manter, desde 1995, um crescimento anual de 18% na componente funcionamento e um decréscimo anual de 18% na componente investimento! Onde está a mudança? Outro domínio que merece denúncia é a formação profissional. Anuncia-se um decréscimo drástico de 55%, de 1997 para 1998, retomando-se o nível de apoio de 1995! A evocação do PRODEP em nota de pé de página constante da proposta de Orçamento do Estado não altera e realidade (como se o PRODEP fosse apoio específico do ensino profissional, que não é) e torna duvidosa a metodologia subjacente à elaboração dos mapas cuja interpretação não é, de facto, transparente e cuja comparação com os mapas de anos anteriores é, por essa razão, problemática.

Em relação ao Ensino Superior público, o seu financiamento tem tido um incremento médio anual de 10%, na componente funcionamento, mas não tem tido qualquer crescimento, na componente investimento, desde o início desta década, e assim vai continuar. A situação é ainda mais negativa no domínio da acção social: o financiamento do funcionamento continua a crescer 20% ao ano, mas o do inves-

timento a decrescer 20% ao ano, desde 1995! Isto quando quase 50% dos estudantes do ensino superior estão deslocados do distrito de origem e apenas 5% têm lugar em residências de estudantes! E, todavia, o número de

vagas de acesso ao ensino superior público oferecidas, continuando insuficientes, tem crescido 5% ao ano, desde o início da década, e a correspondente população escolar tem aumentado 8,6% ao ano, desde então. Apesar da estimativa do custo real do ensino avaliado com parâmetros de qualidade (orçamento padrão) ter aumentado à taxa anual de 14,5% no período 1993/1998 a verdade é que as transferências efectivamente realizadas do Orçamento do Estado para as Universidades públicas só cresceram à taxa anual de 5%, no mesmo período, o que significa que o esforço do Estado tem ficado muito aquém do necessário. O actual Governo não só tem continuado a política anterior, como a está a agravar com a nova lei-quadro do financiamento do ensino superior.

Em relação à proposta para 1998 de orçamento de funcionamento para as Universidades públicas o facto sem dúvida mais grave é que o seu montante, determinado a partir da fórmula de financiamento estabelecida há vários anos (que procura quantificar os custos reais do ensino em condições mínimas de qualidade e estabelecer o esforço financeiro do Estado para o assegurar), conduziu ao valor global de 114 milhões de contos, aos quais foram depois incompreensivelmente retirados 10,3 milhões de contos (8,4 milhões de contos correspondentes ao que o Ministério da Educação prevê que seja cobrado de propinas e 1,9 milhões de um corte adicional aleatório).

Desta forma e contrariamente ao que havia sido repetidamente afirmado e prometido pelo Governo aquando da discussão da "lei do financiamento", a verba a cobrar das propinas não surge como aditiva em relação ao financiamento do ensino superior público (com a função de investimento complementar na sua qualidade) mas pura e simplesmente como substitutiva do esforço do Estado, como aliás se receava.

A evocação pelo Governo do atraso do nosso sistema de Ensino e Formação para fundamentar a continuação do fluxo de fundos estruturais e de coesão da União Europeia para Portugal, num futuro Quadro Comunitário de Apoio, tem pertinência como argumento. Mas não tem credibilidade, quando está hoje patente a falta de empenho que este Governo tem na afectação de recursos e na resolução dos problemas da Educação. Repare-se que em Portugal, apenas 33% dos jovens obtêm formação escolar a nível secundário ou superior. E que ainda apenas 7% da população activa tem formação superior (contra 19% no conjunto da OCDE).»



Os trabalhadores mostram justo descontentamento pela forma como são tratados no Orçamento de Estado (foto da manifestação de 30 de Outubro)

Plenário amanhã à tarde em São Bento

Administração Pública

marca greve para dia 28

A modificação da proposta governamental de aumentos salariais, de 2,15 para 2,25 por cento, é «irrelevante e ridícula» - afirma a Frente Comum de Sindicatos, numa nota em que considera que «um processo negocial sério não é compatível com a respectiva submissão a timings eleitorais».

Ao comentar a proposta apresentada pelo Governo na semana passada, a Frente Comum sublinha que aquela alteração «não é mais do que um arredondamento», que representa uma subida de 54 escudos por mês no índice 100 do regime geral.

A estrutura sindical mais representativa dos trabalhadores do Estado critica ainda o calendário negocial proposto pelo executivo, que sugere reuniões a 25 de Novembro e 16 de Dezembro. «O Governo, ao mesmo tempo que se furta a cumprir compromissos assumidos quanto a carreiras e emprego precário, prepara-se para tentar aplicar em 1998 uma actualização salarial que terá o repúdio dos trabalhadores, defraudando as legítimas expectativas destes e, por isso, aponta o desfecho das negociações para data posterior às eleições autárquicas, para não ser penalizado» - acusa a Frente Comum de Sindicatos.

Nesta reacção, logo após a reunião com o Governo, a Frente Comum sublinhou que «as formas de luta já aprovadas e publicamente divulgadas assumem importância redobrada». Foi confirmada então a realização de um plenário de dirigentes e delegados sindicais no dia 14, às 15 horas, frente ao Parlamento (altura em que ali se procede à votação final global do Orçamento para 1998). Na sexta-feira a Frente Comum anunciou que ocorrerão greves no próximo dia 28.

Além dos aumentos salariais para o próximo ano, estão em jogo matérias como a revisão das carreiras, a equiparação do salário mínimo da Função Pública ao salário mínimo nacional e a regularização da situação dos trabalhadores com vínculos precários.

Professores

Culminando o crescente descontentamento face à falta de

propostas concretas do Ministério da Educação sobre as matérias de maior importância para a classe docente, a Federação Nacional dos Professores decidiu deixar de participar em quaisquer reuniões negociais sobre o Estatuto da Carreira Docente.

Uma resolução aprovada dia 7 no Conselho Nacional da Fenprof prevê que esta atitude se estenda «a todas as reuniões para as quais o ME não apresente previamente propostas concretas para negociação» e define «um plano de acção a levar a efeito pelos educadores e professores», no qual se inclui:

- uma greve nacional de professores no dia 28 de Novembro;

- um «tribunal de opinião pública», seguido de desfile, em defesa da vinculação dos professores contratados, no dia 21;

- uma vigília e um «cordão humano» junto ao Ministério, em Dezembro;

- um plenário nacional (descentralizado) em Janeiro.

Para ontem, estava marcada uma reunião do Secretariado Nacional da federação, que

deveria «avaliar a resposta do ME». No início do segundo período do ano lectivo, a persistir a falta de propostas do Governo, poderá ser aprovado «um calendário prolongado de greves», admite a Fenprof.

A resolução do Conselho Nacional conclui reconhecendo «a necessidade da intervenção de todos os trabalhadores na defesa das propostas apresentadas pela Frente Comum» e declarando que «mobilizará os docentes portugueses para o seu envolvimento nas acções que venham a ser aprovadas pela Frente Comum, no quadro da sua participação empenhada nas suas estruturas».

Enfermeiros

Para sexta-feira, dia 21, os sindicatos dos enfermeiros (SEP e SERAM) convocaram uma greve que tem por objectivo conseguir «o reatamento do processo negocial dos princípios enformadores para alterações pontuais à carreira de enfermagem». Ao anunciar a entrega do pré-aviso, a comissão negociadora sindical informa que a paralisação abrange o período das 8 às 24 horas e responsabiliza a ministra da Saúde pelas repercussões da luta.

PCP divulga «acordo secreto» na TAP

Em comunicado aos trabalhadores, a célula da TAP do PCP divulgou o conteúdo essencial do «memorando de entendimento» respeitante ao acordo entre a transportadora aérea portuguesa e a Swissair, considerando que é «uma tolice fechar a sete chaves o que será do conhecimento público e que deverá ser alvo de discussão alargada a todos os interessados».

Os comunistas, protestando contra o comportamento do Governo e da administração da empresa neste processo, alertam para «o risco de, a curto prazo, a Swissair dominar as reservas, as vendas (incluindo delegações no estrangeiro), a informática e as lojas francas da TAP». E notam que, para controlar a belga Sabena, a Swissair teve que adquirir 49 por cento do capital daquela, mas «pelo acordo assinado e que divulgamos, a TAP pode ser controlada gratuitamente».

TRABALHADORES

Quinzena de lutas decidida pela CGTP 40 horas em 1 de Dezembro

Vigília

Os trabalhadores da Polímeros do Ave, que na passada quinta-feira se manifestaram frente ao Governo Civil de Braga, exigindo que metade dos despedidos sejam integrados na Continental e que aos restantes sejam pagas as indemnizações a que têm direito, têm marcado para hoje o início de uma vigília, junto da Secretaria de Estado da Indústria, em Lisboa, que se manterá por tempo indeterminado.

Viável

A ameaça de falência da Gartextil levou à convocação de uma manifestação para anteontem, junto do Governo Civil e da Caixa Geral de Depósitos, para exigir a viabilização da fábrica. A interrupção do trabalho iria repetir-se ontem, para que os trabalhadores participassem na assembleia de credores - Estado, Caixa Geral de Depósitos e accionistas - no tribunal da Guarda. A Federação dos Têxteis refere, em comunicado citado pela Lusa, que, num plenário realizado sexta-feira, os trabalhadores concluíram não estarem asseguradas «as condições mínimas para que a assembleia de credores tenha presente uma proposta de viabilização credível, que garanta o emprego dos trabalhadores e reúna 75 por cento do volume de créditos emitidos pelos credores da empresa». A Fesete/CGTP acrescenta que os sindicatos do sector e os trabalhadores «garantem que a Gartextil é viável economicamente e importante para o tecido produtivo do distrito da Guarda e para o conjunto do sector têxtil português».

Sindicalizar

A União dos Sindicatos de Aveiro decidiu lançar uma campanha de sindicalização, com o objectivo de conseguir, até Outubro do próximo ano, a inscrição de mais 5 mil sócios de sindicatos, mil dos quais deverão ser jovens. A estrutura da CGTP no distrito onde irá realizar-se a Conferência Nacional da Interjovem propõe-se ainda alcançar a eleição de 200 novos delegados sindicais.

Solidários

A luta dos trabalhadores da Iberol/Copaz/Copisul foi saudada sexta-feira pela direcção regional de Lisboa do PCP, que manifestou a sua solidariedade na exigência de viabilização da empresa e pagamento dos salários em devido tempo.

Este final de Novembro, que antecede a entrada em vigor da redução obrigatória do período máximo de trabalho para 40 horas semanais, será preenchido com acções sindicais apontadas às empresas que não cumprem a lei e ao Governo e IGT que deixam impunes os violadores da legalidade.

O plenário nacional de sindicatos da CGTP decidiu no dia 5, quarta-feira, realizar na segunda metade deste mês uma «Quinzena pelas 40 horas, cumprir a lei e a contratação», propondo-se envolver milhares de trabalhadores em numerosas acções em empresas que não estão a cumprir a Lei 21/96 e em iniciativas de protesto com maior impacto, nomeadamente manifestações distritais e regionais.

Os sindicatos, federações e uniões estão a concretizar o calendário das lutas. No dia 22, em Guimarães, tem lugar um concerto com Sérgio Godinho, Vitorino e João Afonso, ao qual se seguirá um desfile nas ruas da cidade. Para dia 27, está marcada uma concentração em Lisboa.

O coordenador da CGTP lembrou aos jornalistas, no final do plenário, que centenas de milhares de trabalhadores tiveram já os seus horários de trabalho reduzidos, em resultado da luta dos últimos meses. No entanto, em muitas empresas, «apesar das lutas realizadas e em curso, muitos trabalhadores tiveram os horários reduzidos com base na violação de princípios legais e convencionais, como o direito

às pausas, ficando até com horários superiores aos estabelecidos na lei e nos contratos de trabalho», protestou Carvalho da Silva.

Recordando que 1 de Dezembro é a data fixada para a entrada em vigor da segunda fase de redução dos horários, de acordo com a lei, o sindicalista declarou que a central não está disposta a permitir que, a partir daquele dia, «continuem a existir pessoas a trabalhar mais de 40 horas por semana».

Melhorar o nível de vida

O plenário nacional de sindicatos responsabilizou o patronato e o Governo pelo bloqueamento verificado actualmente na contratação colectiva e decidiu desenvolver e dinamizar a contratação, a negociação e a acção reivindicativa a todos os níveis.

Para a CGTP, é inaceitável que os resultados do crescimento económico não beneficiem os trabalhadores nem melhorem o nível de vida da generalidade da população.

«Uma maior justiça distributiva, de que o Governo se recla-

ma, tem necessariamente de passar por uma elevação dos mais baixos salários, que constituem hoje um dos principais factores de pobreza, o que exige que o salário mínimo nacional seja fixado em 61 mil escudos em Janeiro próximo», defende-se numa moção aprovada pelo plenário.

Os sindicatos criticaram ainda a proposta de Orçamento de Estado para 1998, considerando que ela não corporiza as promessas feitas aos trabalha-

dores. De acordo com a resolução político-sindical aprovada pelo órgão máximo da CGTP entre congressos, o OE apresentado na AR prossegue a estratégia da moeda única, secundarizando os objectivos da coesão social e da convergência real, nomeadamente no que concerne à aproximação dos salários e do nível de vida dos trabalhadores portugueses à média europeia.

Esta «é uma política que não favorece a valorização do traba-

lho nem o crescimento do emprego, que não irá combater as desigualdades e as injustiças sociais, mas que satisfaz os interesses do capital», afirma-se no documento.

A Inter reclama uma política de rendimentos mais justa, que tenha em conta a promoção do emprego, a necessidade de crescimento dos salários e das pensões e uma reforma da política fiscal no sentido de despenalizar os trabalhadores por conta de outrem.

Menores salários maiores desigualdades

As desigualdades sociais em Portugal agravaram-se nos anos 90, por responsabilidade das políticas de contenção dos salários dos trabalhadores.

Um documento divulgado no plenário de sindicatos da CGTP indica que Portugal tem o maior nível de pobreza da Comunidade Europeia, com 29 por cento de famílias pobres e 55 por cento dos idosos isolados a viver abaixo do limiar de pobreza.

Segundo a Inter, na origem da situação está o facto de, nos últimos 12 anos, o crescimento dos salários não ter acompanhado os aumentos da produtividade e, nalguns casos, ter sido até inferior à taxa oficial de inflação.

Esta política de contenção dos salários, salienta a central, não se traduziu em ganhos de competitividade.

Tendo como base dados de um inquérito realizado pelo Eurostat, a CGTP afirma que Portugal apresenta os maiores desequilíbrios na repartição

do rendimento pela população, dado que os 20 por cento mais pobres só dispõem de seis por cento do rendimento nacional, enquanto os 20 por cento mais ricos dispõem de 46 por cento.

Quanto à concentração da riqueza, um por cento da população dispõe de 16,8 por cento do total, enquanto 10 por cento dispõem de 47,5 por cento.

Dos activos financeiros (depósitos, obrigações ou participações em empresas), 86 por cento estão nas mãos de 10 por cento da população, garante a CGTP, baseando-se em dados do INE.

A Inter considera que a situação do mercado de emprego tem contribuído também para o agravamento das desigualdades sociais. No documento, salienta-se que, entre 1992 e 1996, o desemprego passou de 4,1 para 7,3 por cento, enquanto o desemprego de longa duração disparou de 25,8 para 42 por cento. Naquele período foram eliminados 180 mil postos de trabalho e registou-se um aumento da precariedade de emprego.

Jerónimo de Sousa ao «Avante!»

A luta social não pode ficar à espera das eleições

«A luta social está a desenvolver-se porque não tem havido solução para graves problemas», salientou Jerónimo de Sousa, em depoimento ao «Avante!». Comentando a actual situação social e laboral, aquele membro da Comissão Política do PCP afirma que os trabalhadores não podem ficar à espera do resultado das eleições autárquicas.

Jerónimo de Sousa recorda que «o Governo insiste em manter baixos salários na Administração Pública, o patronato mantém em vários sectores um inaceitável bloqueamento da contratação colectiva, alguns patrões continuam a resistir, com o apoio cúmplice do Governo PS, à aplicação da lei que exige a redução dos horários e a semana máxima de 40 horas», realçando que «isto são questões concretas, que não são de agora e não podem esperar pelo resultado das eleições autárquicas».

«Avante!»: Ao fim de dois anos de Governo e maioria PS, nota-se alguma frustração das expectativas criadas pelas promessas eleitorais?

Jerónimo de Sousa: Claro. O desenvolvimento da consciência social pode ainda não estar elevado ao nível da consciência política e da opção eleitoral. Agora, sem dúvida, aumentou o descontentamento e o descrédito do Governo e da sua política, mesmo em zonas onde o PS teve maiorias absolutas. O caso mais paradigmático é o do Vale do Ave.

Nota-se frustração. Mas esta origina também descontentamento que resulta em luta. No ano passado, por esta altura, o Governo estava em negociações com os sin-



dicatos da Administração Pública, por exemplo; agora, os trabalhadores têm uma greve marcada para dia 28 e já fizeram manifestações.

Está convocada para segunda-feira uma greve nos CTT, o que não sucedia há alguns anos.

Tem sido notável, num quadro de grandes dificuldades que se colocam à organização e à intervenção dos trabalhadores, a luta travada em torno de objectivos concretos: pela redução do horário de trabalho, por aumentos salariais e para que os direitos sejam respeitados, contra as privatizações - e esta com influência já notada na opinião pública.

Com todas as especificidades destas eleições, é de esperar que nas autárquicas também se venha a reflectir esse descontentamento?

Para nós é claro que o PS conta muito com o resultado destas eleições para, caso saia delas reforçado, acentuar em 1998 a sua política injusta. Um caso concreto: estão congelados na Concertação Social 16 projectos de lei, remanescentes do chamado «acordo estratégico», que incluem peças muito perigosas no plano da contratação, das férias, da precarização... E não é por acaso que, depois de dois anos de cumplicidade com os sectores mais retrógrados do patronato, vem agora anunciar que prepara uma iniciativa legislativa para clarificar a questão das pausas. Isto é uma mistificação, porque, se o PS quisesse realmente clarificar o direito às pausas, tinha votado a favor do projecto que o PCP apresentou na AR.

O PS tem má consciência e receia que os trabalhadores façam reflectir no seu voto para as autarquias a condenação da política que o Governo tem conduzido nestes dois anos. E a verdade é que os trabalhadores têm razões profundas para, também por esta via, penalizar o PS.

CNA defende uma *outra* reforma da PAC

Uma análise evolutiva da situação da nossa agricultura e uma outra reforma da PAC, foram os principais temas de debate na Assembleia Geral da Confederação Nacional da Agricultura - CNA que reuniu, dia 8, em Évora, 250 delegados de todo o país.

Na análise da situação da agricultura nacional, a CNA destaca em particular a proposta de reforma da PAC-Política Agrícola Comum, apresentada pela Comissão Europeia, caracterizando-a como "uma perigosa ameaça para a agricultura familiar e para o mundo rural" e preconiza *uma outra reforma PAC*. A reforma que a CNA defende, "e pela qual se vão bater os agricultores", tem como objectivos:

- Que não haja mais baixas nos preços à produção;

- As ajudas à produção e ao rendimento não se desliguem da produção e se renegociem, para níveis mais elevados, os *tectos e quotas* actualmente em vigor;

- Sejam alterados, através da *modulação das ajudas*, os actuais critérios e fórmulas de distribuição dessas ajudas, de forma a canalizar para a agricultura familiar o grosso dos

apoios, ao contrário do que agora acontece.

Nesta perspectiva, a Assembleia Geral da CNA propõe a realização imediata de uma série de encontros de agricultores, para informação e debate em torno desta matéria e de uma grande iniciativa nacional, em Lisboa, para finais de Janeiro próximo.

No que respeita ao Orçamento de Estado para 1998, a CNA qualifica-o como "restritivo e penalizador para a lavoura nacional", abordando ainda algumas questões concretas, desde a linha de crédito para o desendividamento da lavoura, "que está a ser comida pela

agro-indústria, pelas grandes explorações e pela banca", aos preços da azeitona, ajudas para os cereais de sequeiro, e ao grande problema das prestações dos agricultores para a Segurança Social.

A assembleia da CNA aprovou ainda uma posição de solidariedade activa com as vítimas dos temporais do Alentejo e Açores e, por último, lançou um *apelo* à unidade e luta, como "única forma de não admitir retrocessos na evolução positiva do reconhecimento governamental da CNA" e de defender os interesses da lavoura e dos agricultores portugueses.



PAC penaliza agricultura familiar



Os problemas do ensino estão presentes em muitas manifestações

JCP analisa Ensino e política autárquica

A situação no ensino superior e a política autárquica no distrito são as questões analisadas pela JCP do Porto, em encontro de activistas realizado a semana passada. Temas igualmente abordados, de par de outras questões de ordem social, em conferência de imprensa pelo 18º aniversário da JCP.

Em relação ao ensino superior, a JCP começa por destacar que a nova Lei de Financiamento "apenas traz de novo a velha ideia das propinas, prosseguindo assim com a desresponsabilização do Estado para com o ensino superior público iniciada pelo PSD".

O comunicado da JCP sublinha ainda que a proposta de orçamento de Estado para o ensino superior, para 1998, "prevê um aumento em relação a este ano que *não consegue cobrir* a inflação e o aumento do número de vagas de acesso".

No quadro da política autárquica, a JCP do Porto critica, em particular, a não existência de "estruturas autárquicas da

juventude (CCJ, Pelouros da juventude, etc.) que possibilitem aos jovens uma maior intervenção não só a nível político como também cultural e desportivo".

A situação do ensino foi também tema principal da conferência de imprensa, onde se analisou os múltiplos problemas e carências que se fazem sentir, do pré-escolar ao ensino superior, passando pelo básico.

Os jovens comunistas do

Porto referem, no que se refere ao ensino básico, que "o total de jovens que abandonaram a escola antes da conclusão da escolaridade obrigatória elevou-se aos 40 mil, sendo a zona Norte a mais afectada, com 18.756 jovens e crianças a deixarem a escola".

As dificuldades dos jovens em aceder ao primeiro emprego, a discriminação sexista, o problema do aborto (em 1991, segundo a Associação para o Planeamento da Família, 15%

das mulheres que interromperam a gravidez tinham menos de 20 anos), são outros dos problemas referidos, de par da degradação das condições de vida e da necessidade de preservação do ambiente.

Na perspectiva das eleições autárquicas de Dezembro, a JCP do Porto defende a criação de Pelouros da Juventude e considera fundamental a criação de Casas da Juventude e de Conselhos Consultivos da Juventude.

Solidariedade com Timor-Leste

A invasão e ocupação de Timor-Leste pela Indonésia (7 de Dezembro de 1975) e o massacre do cemitério de Santa Cruz, em Dili (12 de Novembro de 1991) vão ser uma vez mais assinalados com diferentes iniciativas.

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), junto com a Câmara Municipal de Lisboa - Pelouro da Juventude, CGTP-IN e Associações de Estudantes do Ensino Superior, vai levar a cabo, nestes próximos dias, uma iniciativa de solidariedade para com o povo mau-bere e a causa timorense.

Entre os dias 11 e 16 de Novembro, das 10.30

às 19.30 horas, está aberto um espaço permanente na Praça da Figueira, em Lisboa. Dia 12, nesse mesmo espaço, decorreu um debate de sobre a realidade que hoje se vive em Timor.

No Algarve, a Juventude CDU realiza uma campanha de sensibilização e de apelo à solidariedade, com distribuição de um documento sobre estes 22 anos de repressão e de resistência e pintura de murais em várias vilas e cidades da região.

Neste momento, os jovens da CDU já pintaram dois murais - um na entrada de Lagos, outro no largo de Faro.

Barreiro Uma história da resistência

A história da resistência no Barreiro, entre 1926 e 1945, é o tema do livro de Armando Teixeira, editado pelas Edições "Avante!", que será lançado no próximo sábado, no auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, pelas 21.30h.

O livro inclui 10 diferentes contos, reflectindo a realidade e os processos de resistên-

cia e luta de uma fase particularmente difícil da nossa história.

Na sessão de lançamento, que conta com a presença de Blanqui Teixeira, pretende-se juntar amigos numa animação cultural em que haverá canções de resistência, e outras mais actuais, que de alguma forma irão também ilustrar o próprio conteúdo do livro.

Solidariedade com Açores e Alentejo

As grandes tempestades que, nestas últimas semanas, assolaram o Alentejo e os Açores, provocando dezenas de mortos, levaram a significativas iniciativas de solidariedade.

Em Lisboa, a Casa do Alentejo, numa acção conjunta com a Voz do Operário e a Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, lançou um apelo de solidariedade que teve resposta de milhares de pessoas que afluíram às instalações da sede transportando géneros alimentícios, dinheiro e roupas.

Quase três dezenas de camiões já saíram rumo ao Alentejo, essencialmente com roupas, mas também mobílias, loiças, géneros alimentícios e electrodomésticos.

As verbas depositadas nos nº 8361078/000/001 do Banco Fonseca e Burnay e nº 246-7 do Montepio Geral, já atingiram um montante de mais de 2.500 contos, e serão entregues à Associação dos Municípios do distrito de Beja, que abrirá uma linha para compra local de materiais para apoio às necessidades mais prementes das pessoas.

Entretanto, no Parlamento Europeu, os deputados do PCP decidiram apresentar uma proposta de resolução para solidariedade às vítimas da tragédia dos Açores e disponibilização de meios de apoio.

Os deputados pediram um *auxílio financeiro de emergência* para apoio às populações mais afectadas, recuperação de actividades económicas e medidas de prevenção prioritárias e ainda uma contribuição financeira *para apoio ao desenvolvimento de medidas estruturais*, no âmbito de um esforço de prevenção deste tipo de situações, com a elaboração de uma "carta de risco", estradas alternativas, reforço de barreiras, controlo de caudais, rede de telecomunicações e organização de um serviço de protecção civil com capacidade de resposta.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Abolição das portagens da Região Oeste

Sim a uma decisão justa

Não à chantagem do Governo

O Parlamento aprovou na especialidade e em votação final global o projecto de lei que acaba com as portagens do Oeste. O diploma recebeu os votos favoráveis dos seus subscritores (PSD, PP, PCP e PEV) e o "não" da bancada socialista. Ao repor o Itinerário Complementar 1 (IC-1), Torres Vedras/Leiria, e o Itinerário Principal 6 (IP-6), Peniche/Santarém, como vias sem portagens, a Assembleia da República, como sublinhou o deputado comunista António Filipe, adoptou uma "decisão justa" que é a que "melhor corresponde aos interesses do povo e do desenvolvimento e potencialidades da Região Oeste".

Assim o não entenderam, porém, nem o Governo nem a bancada parlamentar que o apoia. Perante uma decisão democrática e legítima, e pese embora o seu isolamento, insistiram em manter e prosseguir

todo o tipo de manobras, recorrendo designadamente à manipulação e à chantagem.

Derrotado democraticamente pelos votos, o ministro João Cravinho, por exemplo, reiterou não se conformar com a decisão,

enquanto o secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, António Costa, no final do debate, afirmava a vontade do Governo para utilizar "todos os meios jurídicos ao seu dispor" com vista a inviabilizar a entrada em vigor do projecto de lei de revogação das portagens no Oeste.

E um dos cenários que o Governo admite explorar é a apreciação preventiva da constitucionalidade, isto, claro, na hipótese de o Presidente da República remeter o diploma com esse fim para o Tribunal Constitucional.

António Filipe, a este propósito, afirmou estar-se perante uma "lamentável e desesperada manobra", lançando um apelo aos deputados socialis-

tas para que não envolvam o Presidente da República "em manobras de guerrilha institucional ao serviço do Governo e do PS".

"Se esta lei vos suscita dúvidas de constitucionalidade, recorram ao Tribunal Constitucional como é vosso direito. Resolvam os vossos problemas. Não queiram que seja o senhor Presidente da República a resolvê-los", concluiu o parlamentar do PCP.

Depois de aprovado pelo Parlamento, recorde-se, o diploma sobre as as portagens no Oeste seguiu para a Presidência da República, podendo Jorge Sampaio, no âmbito das suas competências, optar por um de três caminhos: promulgá-lo; remetê-lo ao Tribunal Constitucional

(TC), pedindo a fiscalização preventiva; ou vetá-lo politicamente.

Realçado no decorrer do debate pela bancada comunista foi ainda a "falta de seriedade" que, em sua opinião, caracterizou a actuação do Governo em todo este processo das portagens da região do Oeste. António Filipe chamou nomeadamente a atenção para a inadmissível chantagem exercida pelo Governo quando invoca, como retaliação, em consequência da abolição das portagens, eventuais aumentos de impostos ou o adiamento do plano rodoviário nacional, advertindo-o de que não deve "esconder atrás das portagens do Oeste as consequências das suas más políticas".

Serviço Público radiofónico



O deputado comunista António Filipe considerou urgente a realização de um debate sobre o que é hoje o serviço

público radiofónico. Esta posição foi tomada no decorrer da audição parlamentar em que foram ouvidos o presidente e director de informação da RDP, a propósito de um recente caso de interferência do primeiro na redacção da estação. O Partido Popular, por sua vez, entende que as declarações proferidas por aqueles responsáveis na audiência parlamentar foram "de tal forma graves" que considera que o membro do governo responsável pela tutela da RDP, Arons de Carvalho, "tem que ser politicamente ouvido".

Em causa está, recorde-se, a actuação de José Manuel Nunes no caso relacionado com um telefonema para a redacção da estação, interpretado como uma clara interferência na direcção de informação, mais exactamente como uma forma de censura à "posteriori". Registe-se que José Manuel Nunes assumiu esta interferência como necessária sempre que há motivos para questionar o rigor da informação posta no ar.

Ponte do Prado



A Comissão de Utentes da Ponte de Prado, Vila Verde, vai pedir aos partidos parlamentares o reforço da verba para a

construção da nova travessia do rio Cávado inscrita no PIDDAC. A comissão, formada maioritariamente por cidadãos quotidianamente obrigados a sofrer o calvário de longas filas para atravessar a velha ponte na estrada Braga-Ponte de Lima, considera "insuficiente" a verba de 400 mil contos proposta pelo Governo para 1998. "Vamos pedir aos deputados dos diferentes partidos que inscrevam, de uma vez por todas, a verba necessária no Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) para que se concretize a nova ponte de Prado e as variantes às estradas 101 e 801 prometidas pelo actual Governo", afirmou um membro da Comissão, citado pela Agência Lusa. A Comissão não aceita a decisão do Governo de fazer a obra - cujo concurso público foi aberto em 1997 - de forma faseada, já que, argumenta, "há 40 anos que se fala em fazer a nova ponte".

A Comissão, que realizou manifestações de rua contra o Governo em finais de 1996, insiste que "está em causa a resolução de um problema sério que afecta milhares de cidadãos de toda a região" e avisa que "o povo de Prado está farto de promessas". A Ponte de Prado é uma estrutura de cariz medieval com uma só faixa, o que dificulta o atravessamento do rio Cávado na estrada nacional 101 Braga-Ponte de Lima. Em hora de ponta, a entrada no tabuleiro da ponte implica uma espera de cerca de meia hora, período que se alonga para uma hora na época estival.

Auditoria às contas confirma Irregularidades em viagens de deputados

Muitos milhares de contos foram gastos entre 1980 e 1987 em viagens de deputados da Assembleia da República sem que existam todos os respectivos documentos justificativos e, em muitos casos, se saiba quem as fez e por que razão. Esta uma das conclusões a reter do relatório da auditoria realizada às viagens e deslocações dos deputados naquele período, tanto em Portugal como no estrangeiro, efectuado pela empresa "Coopers & Lybrand", mediante contrato celebrado com a Assembleia da República (AR), após concurso público, nos termos de uma resolução aprovada pelos parlamentares a 31 de Outubro de 1996.

De acordo com o relatório, divulgado nas suas linhas essenciais pela Agência Lusa, foram gastos 162.830 contos em viagens efectuadas por deputados entre 1980 e 1987, sem que a documentação encontrada permita identificar quem eles foram.

Um total de 482.494 contos foram nos mesmos anos dispendidos pelos deputados em viagens cujo destino e objectivo se ignora.

A ausência de requisições de viagem abrange um montante de 168.657 contos e 828.282 contos dizem respeito a deslocações para as quais não há boletins de itinerário, obrigatórios, mas que na sua maioria não existem "devidamente preenchidos e assinados pelos deputados".

No documento, os auditores descrevem o processo de auto-

rização e processamento das viagens dos deputados então existente, apontam-lhe os seus pontos fracos e afirmam que "alguns dos procedimentos estabelecidos não eram cumpridos, ou, pelo menos, não nos foi mostrada evidência de que tivessem sido efectuados".

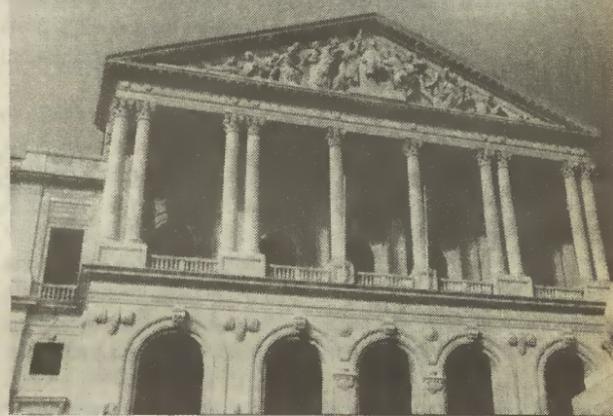
Assim sucedia, por exemplo, com a ausência de obrigatoriedade de apresentação do título de transporte junto dos serviços Administrativos/Financeiros após a efectivação da respectiva viagem, o que, recorde-se, deu origem a pretensas deslocações que já levaram à condenação de um ex-deputado em tribunal.

A "Coopers & Lybrand" sublinha ainda que no sistema

de viagens em vigor entre 1980 e 1987 "não existia qualquer tentativa de confirmação externa da presença do deputado nas reuniões ou comitivas".

No levantamento feito para aquele período, os relatores detectaram ainda 39.242 contos de despesas com viagens que não dizem directamente respeito a deputados e 5.616 contos gastos sem qualquer documentação de suporte.

Outras irregularidades englobam valores facturados diferentes dos das requisições de viagem, requisições com datas de aprovação posteriores à realização da viagem, "requisições de viagens cujo beneficiário não corresponde ao nome do deputado que consta



da lista fornecida pelos serviços da AR" e a "contabilização em duplicado da mesma viagem, com base no duplicado e triplicado da factura".

Nas suas recomendações, os relatores, além de proporem diversas medidas entretanto já introduzidas nos serviços da Assembleia da República, defendem "a criação de um Gabinete de Auditoria Interna, que reportaria directamente ao Presidente da AR ou ao Conse-

lho de Administração, o qual teria, entre outras funções, a missão de verificar o cumprimento das normas e regulamentos internos da Assembleia".

A "Coopers & Lybrand" advoga igualmente a instalação de uma agência de viagens no edifício de São Bento da AR, possibilitando a entrega de "vouchers" de viagem e alojamento directamente aos deputados.

Pesar pelas vítimas no Alentejo



Estrada interrompida em Quintos, Beja (foto gentilmente cedida pelo "Diário do Alentejo")

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, faz hoje oito dias, quatro votos de pesar pelas vítimas do temporal que durante a noite e madrugada se abateu sobre a região do Alentejo.

Os votos de pesar, da iniciativa do PS, PSD, PCP e PP, apresentam condolências às famílias enlutadas e apelam às populações para que confiem na solidariedade nacional.

Rodeia Machado, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, expressou o seu pesar pelas vítimas e apresentou sentidas condolências às famílias enlutadas, adiantando ainda ser este o momento para repensar o Serviço de Protecção Civil.

Reunião da Esquerda Unitária Europeia em Sesimbra Fazer luz sobre as zonas sombrias da Agenda 2000

Sesimbra foi o local escolhido pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL) do Parlamento Europeu, do qual os deputados do PCP fazem parte, para a realização das Jornadas de Estudo durante as quais discutiram as perspectivas financeiras da UE contidas no documento Agenda 2000.

Durante três dias, os deputados dissecaram questões relacionadas com o futuro dos fundos estruturais e do fundo de coesão, com o financiamento do alargamento da UE e a reforma da PAC.

A nota dominante foi a constatação e confirmação da falibilidade e falta de rigor com que a Comissão apresenta as novas perspectivas financeiras para o período de 2000 a 2006.

As novas perspectivas são calculadas sobre três pressupostos-base: um crescimento médio da UE de 2,5% ao ano, um crescimento médio dos países candidatos de 4% ao ano e uma taxa de inflação média de 2%. Tendo em conta estes valores (que são apenas previsões), a Comissão Europeia estima que até 2006 será suficiente que os recursos financeiros próprios da Comunidade sejam 1,27% do PNB dos Quinze. Além de parecerem excessivamente otimistas, os cálculos da Comissão não têm em consideração uma estimativa global e correcta de custos do alargamento da UE, nem as necessidades objectivas de reforço da coesão em relação aos países de Leste, cuja entrada se perfilha.

Naturalmente, este «rigor» da Comissão é mais compreensível

se se tiver em conta o contexto em que é apresentado: todos os Estados-membros da UE têm como objectivo declarado e assumido como prioritário o estabelecimento da União Económica e Monetária (UEM) que, essa sim, «resolverá todos os problemas». Esquecendo e omitindo que são precisamente os constrangimentos decorrentes da UEM que impedem que se encare o alargamento e o prosseguimento das políticas internas de coesão com os meios necessários e suficientes para dar resposta a todas as necessidades (actuais e futuras). Se a isto acrescentarmos a constatação de que a Comissão, nas previsões regularmente elaboradas ao longo dos últimos anos, sempre previu valores superiores aos obtidos na realidade, as razões para duvidar dos números agora apresentados ainda ganham mais consistência.

Refira-se que a manutenção do limite de 1,27% das perspectivas financeiras foi concebido no quadro macroeconómico atrás referido - crescimento médio do PNB comunitário de 2,5% e dos futuros Estados-membros de 4%. No entanto, caso o valor previsto seja inferior, tornar-se-á pura e sim-

plesmente insustentável manter o nível de compromissos assumidos na própria Agenda 2000. Se se admitir um crescimento de 2% (o que é perfeitamente plausível), a partir de 2002 o limite de 1,27% tornar-se-ia insuficiente: para que fossem cumpridos os compromissos da Agenda 2000, o limite das perspectivas financeiras teria que ser de 1,31%. E se, num exercício de previsão perfeitamente aceitável, tendo em conta a experiência dos últimos anos, tivermos um crescimento de 1,5%, o valor das contribuições dos Estados-membros teria que ascender a 1,36%!

A reforma da PAC

Um dos aspectos mais significativos da actual revisão das perspectivas financeiras da Comunidade é a sua articulação com a realização de uma reforma da Política Agrícola Comum (PAC). Reformulada em 1992, e com consequências tão desastrosas para tantos países, propõe-se agora, e com pertinência, a sua reforma. Uma justificação de peso é, precisamente, a entrada de novos países para a UE, nos quais a agricultura tem uma importância significativa. No entanto, as linhas propostas para esta reforma permitem pensar que, mais do que proceder a uma reforma responsável e equilibrada e correctora das orientações de 92, o que se pretende é responder às necessidades e imposições decorrentes das negociações no âmbito da Organi-



Carlos Carvalhas participou na abertura das Jornadas de Estudo

zação Mundial de Comércio (OMC).

É precisamente nesse sentido que vão as propostas de desvinculação das ajudas à produção com a consequente e crescente passagem dos encargos da PAC para os orçamentos nacionais, o que, objectivamente, representará uma renacionalização da PAC.

Quem paga o alargamento?

Não será necessária uma grande bagagem económica para se perceber que, numa situação de aumento dos Estados-membros da UE (diferentes teorias preconizam que o alargamento poderá abranger cinco ou onze novos países) pautada pela manutenção dos recursos financeiros disponíveis, a consequência lógica será a diminuição de verbas a usufruir por

cada país. Nomeadamente as verbas actualmente atribuídas aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão, dos quais Portugal é um dos principais beneficiários.

Uma análise mais cuidada dos dados da própria Comissão revela que, até 2006, as verbas disponíveis para os fundos estruturais para os actuais Quinze diminuirão cerca de 15%! Tendo em conta que são os países mais carenciados os principais usufrutuários destes fundos facilmente se entende quem será o principal prejudicado com a aplicação desta filosofia que, pela primeira vez, permite a realização de um alargamento da Comunidade sem o mínimo reforço dos recursos financeiros disponíveis. É caso para perguntar: afinal, quem está a pagar o alargamento da UE?

Na abertura dos trabalhos esteve presente o Secretário-Geral do PCP. Após saudar os presentes e valorizar a importância da

existência e intervenção do GUE/NGL, Carlos Carvalhas reafirmou a posição do PCP de ser «totalmente contra o facto de serem os países periféricos, com economias mais débeis como Portugal, a pagarem os custos do alargamento», pois tal atitude contraria o princípio da coesão económica e social.

Perante este cenário, coloca-se inevitavelmente a questão: apresentado como o cumprimento de um dever de solidariedade para com os países de Leste, a quem serve realmente o alargamento da União Europeia? Os povos dos actuais Quinze? Os povos dos futuros membros? Ou os interesses de quem, nos actuais Quinze como nos futuros membros, vê nos respectivos povos antes de mais nada potenciais consumidores e mercados a conquistar? À medida que a discussão avança e o tempo passa, as coisas vão-se clarificando.

Ameaças turcas

A Turquia está em guerra aberta com Bruxelas por Chipre ter sido escolhido como candidato à entrada na UE, e ameaça anexar o norte da ilha, que já ocupa militarmente.

Falando em Copenhaga, na sexta-feira, o dirigente turco Bulent Ecevit afirmou que «a adesão do Chipre à União Europeia (UE) seria ilegal», e ameaçou: «se a UE aceitar o Chipre no seu seio, a Turquia anexará a parte norte da ilha ao seu território».

Segundo a Lusa, o vice-primeiro-ministro turco declarou-se descontente com a recusa da UE de aceitar a Turquia como candidato à admissão à UE. «A Turquia faz parte da família europeia. As trocas com os países da UE são muito importantes para nós, ainda que pesem largamente a favor destes» (um «superavit» comercial de 11.000 milhões de dólares), sublinhou.

«Mas a UE não representa o mundo inteiro», disse Ecevit, observando que «o seu país atrai, por exemplo, grandes investidores japoneses e que empresários turcos investem na Rússia».

«Creio que a UE compreenderá num futuro próximo que precisa mais da Turquia que o contrário», concluiu o vice-primeiro-ministro turco.

UE-Rússia

A primeira reunião ministerial entre a União Europeia (UE) e a Rússia terá lugar em Bruxelas a 8 de Dezembro, esperando-se a participação do chefe da diplomacia russa, Evgueni Primakov.

A reunião foi tema de debate na reunião de segunda-feira dos ministros dos Negócios Estrangeiros, a pedido da Suécia. Segundo fontes da presidência rotativa da UE, exercida este semestre

pelo Luxemburgo, os ministros dos 15 procederão ainda a «uma aprofundada troca de pontos de vista» sobre as relações Rússia-UE na reunião que decorrerá em Bruxelas a 24 de Novembro.

O acordo de associação, assinado por Moscovo e Bruxelas em Corfu em Junho de 1994, entrará em vigor no próximo dia 1 de Dezembro.

Segundo dados da Comissão Europeia, a UE importou da Rússia em 1996 produtos num valor de 19.000 milhões de ecus e exportou bens avaliados em 16.000 milhões de ecus, o que supõe um défice de 3.000 milhões de ecus.

Visita ao Médio Oriente

Jacques Poos, presidente em exercício do Conselho de Ministros da União Europeia, iniciou anteontem uma viagem de quatro dias ao Médio Oriente.

Poos, acompanhado do enviado especial da UE ao Médio Oriente, Miguel Angel Moratinos, e do vice-presidente da Comissão Europeia, Manuel Marin, visita o Cairo (Egipto), Amã (Jordânia), Jerusalém e Gaza (Israel e territórios palestinianos), Damasco (Síria) e Beirute (Líbano), para conversações com responsáveis políticos.

A delegação europeia tem como objectivo reafirmar aos parceiros do Médio Oriente o seu «envolvimento em favor da paz e o papel político da União na região», bem como «apoiar os esforços de paz em curso, nomeadamente os desenvolvidos pelos Estados Unidos», referiu o porta-voz de Poos.

A UE deseja «contribuir para a finalização de um acordo de boa conduta entre Israel e a Autoridade Palestiniana bem como com a implementação de medidas de confiança», segundo a mesma fonte, citada pela Lusa.

Países ACP apostam na unidade para negociar com a União Europeia

Quando falta menos de um ano para a renegociação da Convenção de Lomé, a primeira Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) defende «o reforço absoluto e melhoria da capacidade do grupo ACP face aos desafios com que se defrontam no início do novo século».

A cimeira, cujos trabalhos terminaram sexta-feira na capital do Gabão, foi unânime quanto à necessidade de proceder à «adaptação necessária» para conseguir efectuar as negociações com a União Europeia.

Um documento divulgado no final dos trabalhos, designado por «Declaração de Libreville», destaca quatro questões importantes: «os preparativos para as negociações com a União Europeia tendo em vista a renegociação da Convenção de Lomé; o comércio; as questões financeiras e monetárias; e o quadro institucional e organizacional do grupo ACP».

Na decisão referente «aos preparativos para negociações com a UE», os chefes de Estado e de Governo mandataram o conselho de ministros (dos países ACP) para elaborar, o mais tardar em Janeiro de 1998, um programa de trabalho que integre «uma estratégia de negociações» e um «mecanismo que coordene essas negociações».

Relativamente à nova ordem das trocas comerciais, desencadeada pela OMC (Organização Mundial do Comércio), a cimeira solicitou aos ministros do Comércio para se reunirem o mais tardar no primeiro semestre de 1998.

Recorda-se que a Convenção do Lomé, que estabelece as relações comerciais entre os ACP e a União Europeia, e o apoio desta ao desenvolvimento dos ACP, expira em Fevereiro de 2000, na sua quarta e actual versão, Lomé IV.

Os trabalhos para a renegociação, considerada «imprescindível», começaram em Setembro de 1998.

Nesta primeira Cimeira dos ACP, presidida pelo presidente do Gabão, Omar Bongo, estiveram presentes trinta Chefes de Estado e primeiros-ministros, bem como outros representantes dos 71 países do grupo, e ainda o presidente da União Europeia, Jacques Santer, e o comissário europeu para a cooperação com o ACP, João de Deus Pinheiro. Yasser Arafat, presidente da Alta Autoridade Palestiniana, juntou-se aos trabalhos no último dia da cimeira.

França Camionistas e patronato chegam a acordo

A greve dos camionistas franceses terminou com a assinatura de um acordo entre as federações patronais de transporte rodoviário, UNOSTRA e UFT, e dois sindicatos do sector, a CFE-CGC e a CFDT.

O acordo, assinado na sexta-feira, prevê aumentos imediatos diferenciados segundo as diferentes categorias profissionais (nomeadamente seis por cento para os condutores de longa distância com efeitos retroactivos e quatro por cento para os sedentários); um calendário para aumentos posteriores até ao ano 2000 (10.000 francos brutos - cerca de 306 contos - por 200 horas de trabalho-base a partir de 1 de Julho de 2000); uma profunda reforma do sistema salarial em vigor na profissão, designadamente a fixação de um salário mensal garantido.

De acordo com o ministro dos Transportes francês, Jean-Claude Gayssot, o acordo «testemunha avanços sociais indiscutíveis», em particular o reconhecimento de um salário mínimo garantido, «mesmo que não resolva todos os problemas da profissão».

Gayssot, um dos três minis-

tros comunistas do governo de Lionel Jospin, empenhou-se pessoalmente na resolução do conflito que paralisou parcialmente o tráfego rodoviário em França durante quase uma semana.

A CFDT, o principal sindicato do sector, considera que «globalmente», os camionistas têm motivos para estar satisfeitos e pôr termo às barragens, embora subsistam «insuficiências», como a ausência de progressos em relação ao prémio de 3.000 francos prometidos no final do conflito do ano passado e só respeitado por um número reduzido de patrões. «Como todos os compromissos, este acordo tem aspectos positivos, mas também os seus limites», afirmou o dirigente da CFDT, Joel Le Coq.

Quem não ficou satisfeita com os resultados das negociações foi a CGT, que denunciou o acordo negociado e se recusou a assinar um texto com «insufici-



Camionistas franceses satisfeitos com o resultado do acordo com as organizações patronais

ências» sobre «os salários». Para Jean-Pierre Prou, da CGT, «10.000 francos no ano 2000, está muito longe».

A par da assinatura do acordo, a Assembleia Nacional francesa aprovou uma proposta de criação de 15 empregos de controladores de trabalho e de cinco

empregos de inspectores nos transportes.

A direita não participou na votação.

De referir, por outro lado, que pouco antes da assinatura do acordo o ministro dos Transportes anunciou que «de acordo com o prometido pelo

Governo, o acordo será aplicado por decisão ministerial a todas as empresas do sector rodoviário».

Para Jean-Claude Gayssot, a saída encontrada para o diferendo marca um avanço social no «reconhecimento do salário mínimo profissional garantido».

Referendo na Hungria Sim ou não à Nato

No próximo domingo realiza-se, na Hungria, o referendo sobre a integração do país na Nato. Os eleitores ainda demonstram uma grande indecisão, apesar da pressão do governo para a adesão.

Foram gastos quase cem mil contos numa campanha publicitária que nos últimos dias levou até junto do eleitorado mais reticente os «benefícios» de participar na primeira ampliação daquela organização, a realizar-se em 1999. As reuniões, as conferências e os colóquios multiplicaram-se em todo o país. Inclusivamente, uma popular série televisiva conta entre as suas personagens um defensor da integração.

A decisão que sair do referendo será vinculatória para o Parlamento. O referendo será validado se mais de metade dos eleitores depositar votos válidos, e se pelo menos um quarto de todos os votantes se pronunciar da mesma forma. Existem 7,8 milhões de eleitores na Hungria, o que significa que pelo menos dois milhões de pessoas têm de se pronunciar ou pelo sim ou pelo não. Caso o referendo não seja validado, a decisão final cabe ao Parlamento.

A ideia inicial do referendo foi proposta pelo Partido Húngaro dos Trabalhadores em 1995, que recolheu 180 mil assinaturas (mais 80 mil do que as exigidas pela lei). Só depois da Cimeira de Madrid, em Julho de 1997, é que o governo e o Parlamento húngaros aceitaram a realização da consulta pública.

«Acha que a Hungria deveria assegurar a defesa do país juntando-se à Nato?» Esta é a pergunta que será colocada aos eleitores. Uma sondagem realizada no fim de Outubro revelou que 57 por cento dos entrevistados respondeu sim e 23 por cento não. De acordo com uma outra sondagem, esta promovida já durante o mês de Novembro, apenas 51 por cento dos inquiridos afirma que irá participar no escrutínio.

Entretanto, na passada segunda-feira, o Partido Húngaro dos Trabalhadores pediu ao Governo que se pronuncie antes do referendo sobre diversas questões, entre as quais a entrada de armas nucleares no país e a deslocação de tropas húngaras para fora do país. Estas questões, não incluídas na «lista de benefícios» da adesão, são evitadas pelo partido no poder.

Iraque na mira dos EUA

O Conselho de Segurança da ONU reuniu esta semana para examinar «medidas punitivas» contra o Iraque. Os 15 membros do Conselho de Segurança, após ouvirem o relatório do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, sobre os resultados infrutíferos da missão conduzida a semana passada em Bagdad, pronunciaram-se pela manutenção e reforço do embargo e encararam «todas as possibilidades», incluindo o recurso à força, para fazer cumprir as suas resoluções.

A tensão voltou a subir na região, após a recusa de Bagdad de rever a sua decisão de 29 de Outubro de expulsar do país os peritos americanos que integram a comissão especial da ONU (UNSCOM) encarregada de supervisionar o desarmamento iraquiano, e agravou-se com as ameaças iraquianas de abater o avião de reconhecimento norte-americano que sobrevoa o país.

O vice-primeiro-ministro iraquiano, Tarak Aziz, foi esta semana a Nova Iorque pedir às Nações Unidas a suspensão dos voos dos aviões espões sobre o Iraque, mas sem sucesso.

Enquanto isso, a secretária de Estado americana, Madeleine Albright, afirmou que o Iraque cometerá «um grande erro» se tentar abater algum avião de reconhecimento, sublinhando que tal acção «terá consequências».

Entretanto, a agência oficial iraquiana INA divulgou uma mensagem do Iraque à ONU com uma série de reivindicações, nomeadamente o levantamento imediato do

embargo petrolífero e a substituição do avião de reconhecimento norte-americano U2 por um aparelho de um «país neutro».

Entre as reivindicações, consta ainda a «proibição da

violação, seja de que maneira for, da soberania e suspensão das inspecções de locais que afectem a segurança nacional» do Iraque; «compromisso do Conselho de Segurança e dos países membros em respeitar a soberania do Iraque, de acordo com os princípios da Carta (da ONU) e as resoluções do Conselho de Segurança»; e «participação activa do Iraque nos debates do Conselho de Segurança sempre que este examine os relatórios da UNSCOM ou outras questões submetidas pela UNSCOM ao Conselho, ou qualquer outra questão relativa ao Iraque».

Acaba julgamento do Herri Batasuna

O julgamento da Mesa Nacional do partido basco Herri Batasuna terminou no passado dia 5, um mês depois do seu início. O veredicto seguir-se-á.

Os 25 observadores internacionais provenientes de 11 países, na sua maioria juristas pertencentes a organizações de defesa dos Direitos do Homem dos quais sete têm carácter consultivo na ONU, dizem que «o processo está marcado pela arbitrariedade e possui um carácter político». Os observadores revelaram «surpresa pela falta de actividade provatória demonstrada pelas acusações». Na sua opinião, «difundir ideias entra no campo da liberdade de expressão, cujo exercício inclui o direito dos cidadãos a receber informação e julgar por si mesmos».

Na última sessão, Patxi Zabaleta, um dos advogados de defesa, afirmou que «as ideias não são delito nem exclusivas de nada, pelo que não se pode extrair conclusões penais». «Há ideias que podem não estar reconhecidas pela Constituição, mas em nenhum caso representa delito planejar uma remodelação constitucional. A autodeterminação não faz parte desse texto, mas é absolutamente democrático reclamar que passe a fazer», concluiu.

Alemães desejam novo governo

De acordo com uma sondagem publicada no fim-de-semana, 64 por cento dos alemães querem que seja eleito um novo governo nas eleições de 1998. Os números do descontentamento são ainda maiores: 81 por cento mostram-se insatisfeitos com a acção do governo e 66 por cento não gostam da conduta do chanceler Helmut Kohl à frente do Governo.

Tufão «Linda» atinge Vietname

O tufão Linda, que passou recentemente pelo Vietname, provocou 304 mortes, 1937 desaparecidos, mais de 700 feridos e dezenas de milhares de famílias desalojadas. Os prejuízos materiais são incalculáveis. Várias aldeias ficaram totalmente destruídas e numerosas escolas e hospitais foram fortemente danificados. As autoridades vietnamitas já apelaram à comunidade internacional, precisando de um auxílio imediato de 12 milhões de dólares para as necessidades básicas. A França e a Coreia do Sul ofereceram 100 mil dólares e a Suíça 400 mil dólares.

O processo de paz em Angola

A direcção política da Unita, reunida durante cinco dias na semana passada, decidiu permanecer no processo de paz, apesar de criticar as sanções decretadas contra o partido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas pelo incumprimento dos acordos de Lusaca. Em vésperas do 22.º aniversário da independência de Angola, a data do encontro entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi continua uma incógnita. A Unita defende que a reunião não se deve realizar em Luanda, enquanto o Governo tem uma opinião contrária: «Luanda é a capital do país e é aqui que penso que todos os partidos nacionais virão instalar as suas sedes», afirmou no sábado o presidente angolano.

Violência na Argélia

Entre quinta-feira e domingo, 25 pessoas morreram na Argélia vítimas dos violentos massacres dos grupos fundamentalistas islâmicos, 22 das quais degoladas. Entretanto, a oposição continua a reclamar a anulação das eleições locais de 23 de Outubro por alegada «fraude maciça». Para ontem estava convocada uma greve geral, paralelamente à realização de diversas manifestações.

Embargo à Líbia renovado

O Conselho de Segurança da ONU decidiu renovar por mais dois meses o embargo aéreo contra a Líbia. Esta medida, decretada em 1992, tem como objectivo obrigar as autoridades libias a entregar à justiça norte-americana ou britânica os dois libios alegadamente envolvidos num atentado terrorista perpetrado em 1988. A acção foi levada a cabo contra um avião da companhia Pan Am sobre a localidade escocesa de Lockerbie e provocou 270 mortos. Antes da reunião, o embaixador da Líbia nas Nações Unidas pediu para intervir no plenário. Apesar dos votos favoráveis de seis países membros do Conselho, Abduz Omar Dorda foi impedido de falar devido ao veto dos EUA e do Reino Unido.

Texto
Carlos Pereira
Fotos cedidas por
**Diário
do Alentejo**

Autarcas do Alentejo exigem a declaração do estado de calamidade pública

Depois da tragédia, solidariedade e críticas

Doze mortos, dezenas de feridos, centenas de famílias desalojadas e, numa avaliação ainda incompleta, milhões de contos de prejuízos – tal é o balanço do temporal que assolou o Alentejo na noite de quarta-feira, dia 5. As zonas mais atingidas foram as de Beja, Mértola, Aljustrel, Ourique, Castro Verde e Odemira, no distrito de Beja, e Mourão, no distrito de Évora, mas houve estragos em 28 concelhos de toda a região. Enquanto se socorre as vítimas, se procede às primeiras limpezas e reparações e se inventaria os danos, o País mobiliza-se numa campanha de solidariedade e os autarcas exigem ao Governo maiores e mais céleres apoios e a declaração de estado de calamidade pública nas áreas afectadas.

Chuvas torrenciais e ventos fortes provocaram na quarta-feira, em poucas horas, uma autêntica catástrofe no Alentejo, causando mortes e feridos e deixando um rasto de destruição em vários concelhos. Registaram-se 12 vítimas mortais em Ourique (6, em Garvão, Funcheira e Santana da Serra), em Aljustrel (4, em Carregueiro), em Moura (1, em Sobral d'Adiça) e em Serpa (1, na estrada entre Serpa e Brinches), além de mais de meia centena de feridos.

Mas o temporal, que desabou entre as 18 e as 24 horas – período em que se verificaram elevadas precipitações, como por exemplo em Beja, onde choveu mais de 100 litros por metro quadrado –, causou também inundações, incluindo de muitas habitações, o desmoronamento de casas, o derrube de árvores e postes, o corte de estradas e caminhos, a destruição de pontes e pontões, a interrupção das comunicações telefónicas e do abastecimento de energia eléctrica e de água, o arrastamento de viaturas, o alagamento dos campos de culturas, a morte de centenas de cabeças de gado e outros gravíssimos danos materiais, ainda não calculados.

Trabalho ininterrupto

Desde o primeiro momento da tragédia, autarcas e trabalhadores das câmaras municipais e das juntas de freguesia, bombeiros voluntários, elementos da GNR e da PSP e populares foram incansáveis na luta contra a intempérie, ajudando os feridos, procurando limitar os estragos, salvando o que era possível, realojando provisoriamente os desalojados e, no caso da Funcheira, retirando os passageiros de um comboio inter-cidades, travado pela chuva, e encaminhando-os para os seus destinos. Outros meios, designadamente aéreos, só mais tarde chegaram e alguns círculos – em especial o presidente da Câmara de Ourique – criticaram a (des)coordenação distrital da Protecção Civil, dependente do Governo Civil de Beja, pelo atraso da resposta a uma situação de pluviosidade anormal, aliás prevista pelos técnicos da meteorologia, que resultou em catástrofe.

Logo no dia seguinte à tragédia, quinta-feira, as autarquias iniciaram acções de inventariação e minimização dos estragos, havendo serviços municipais que, em cooperação com os bombeiros locais e outras entidades, têm desde então trabalhado ininterruptamente na limpeza e desobstrução das vias de comunicações e na recolha, selecção e distribuição de alimentos e vestuário.

Uma colaboração frutífera por exemplo no concelho de Beja, onde Município solicitou, no âmbito da Protecção Civil, a intervenção de uma unidade da

Em
Garvão
(Ourique),
nem
o posto
da GNR
escapou

Engenharia Militar no sentido de restabelecer a ligação rodoviária entre a Estrada Nacional 391 e a aldeia de Quintos, estando também no terreno, com homens e máquinas, o Regimento de Infantaria de Beja e a Base Aérea de Beja.

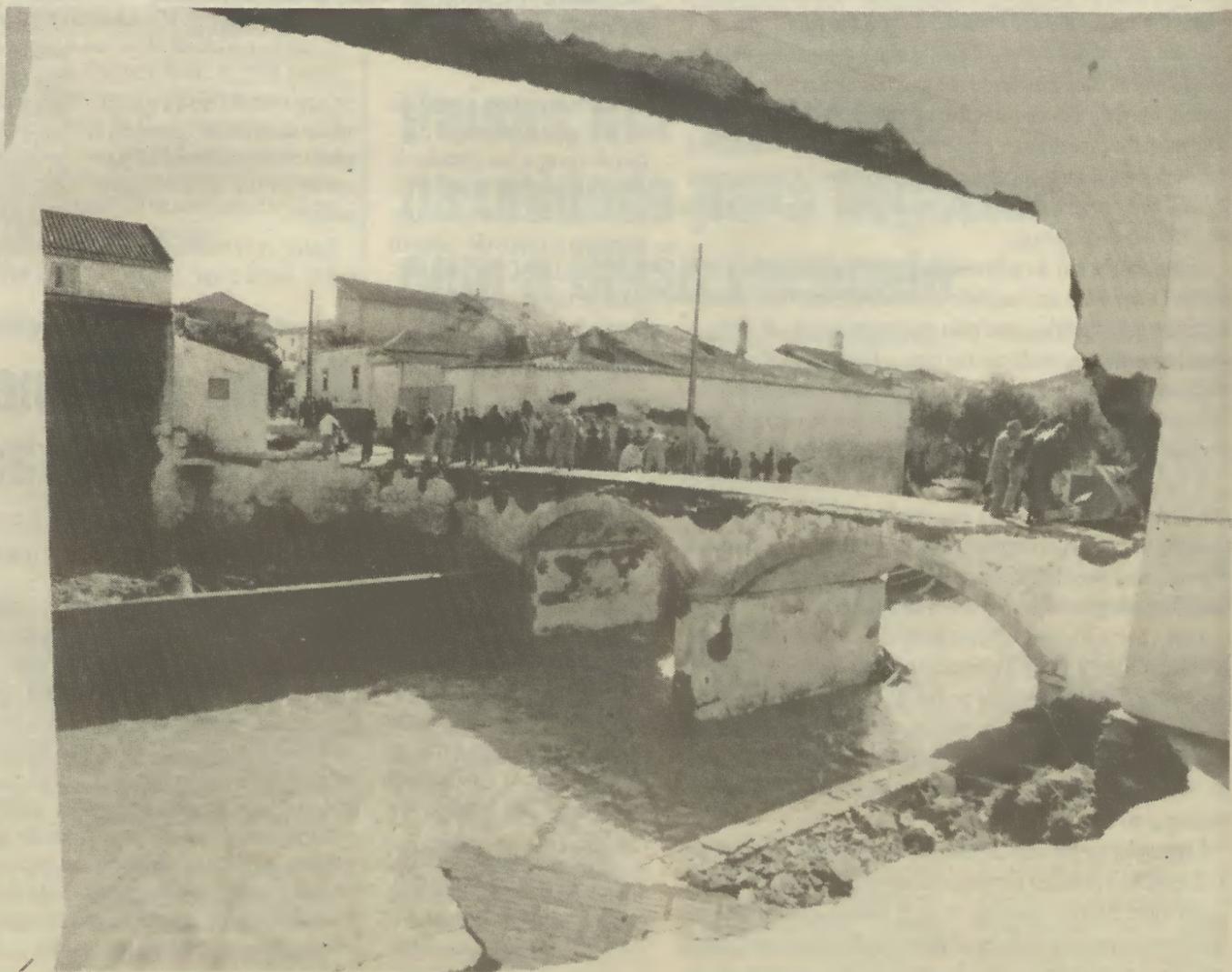
A Câmara Municipal já tinha efectuado, na segunda-feira à tarde, um levantamento, no concelho de Beja, dos estragos registados em propriedades particulares, nomeadamente casas, mobílias, electrodomésticos, roupas, explorações agrícolas, pecuárias e industriais. Segundo o presidente Carreira Marques, só os prejuízos em habitações ascendem a mais de 120 mil contos e em recheios de casas a cerca de 100 mil contos. O balanço provisório dos estragos causados pela tromba de água em infra-estruturas e equipamentos municipais (caminhos, estradas, pontes e pontões, redes pluviais, calçadas, aquedutos, muros, limpezas diversas, etc.)



No Carregueiro, em Aljustrel, morreram quatro pessoas

nas principais zonas afectadas – Quintos, Salvada, Cabeça Gorda, Albernoa, Porto Peles, Baleizão, Trindade e Beja – totaliza mais 150 mil contos.

Assim, e apesar de não estarem quantificados todos os danos, nomeadamente em unidades agro-pecuárias e industriais, nem os que se referem a equipamentos dependentes da Junta Autónoma de Estradas e do Ministério do Ambiente, o primeiro balanço no concelho de Beja aponta para prejuízos superiores a meio milhão de contos. Daí que o presidente da Câmara, Carreira Marques, entenda que «é de todo adequada a declaração de calamidade pública nas zonas afectadas».



AUTÁRQUICAS 97



Distrito
de Lisboa

Confirmar
posições



Alcançar novas maiorias

Com posições maioritárias em cinco municípios, (um dos quais no quadro da Coligação «Com Lisboa») e em 62 freguesias do distrito de Lisboa, os comunistas e seus aliados na CDU são responsáveis por uma obra assinalável ao serviço das populações, e por estas reconhecida em sucessivos mandatos, que tem a marca do trabalho, da honestidade e da competência.

Ao contrário de outras forças políticas, a sua intervenção é igualmente empenhada, construtiva, mas atenta, quando se encontra em minoria nos diferentes órgãos autárquicos, quer sejam municipais ou de freguesia. Demonstrando disponibilidade total para trabalhar no interesse das comunidades, numerosos eleitos da CDU assumiram responsabilidades na gestão de autarquias, independentemente do partido que as governa em maioria. Assim é nas câmaras municipais de Torres Vedras, Sintra, Arruda dos Vinhos

e Oeiras, e em muitas freguesias do distrito.

Com resultados de valor indelmentável, quer quanto à dimensão quer quanto à qualidade do trabalho realizado, a CDU e os seus eleitos são também, e em todas as situações, a força que dá voz aos interesses das populações, que conhece os problemas, que apresenta soluções e propostas e que está em condições para as concretizar.

Assim é em Cascais, na Azambuja, em Alenquer, em Mafra, no Cadaval e na Lourinhã.



O reforço da presença da CDU é a melhor garantia de uma actividade nas autarquias de acordo com as necessidades das populações e do desenvolvimento local.

É com esta certeza que a Coligação parte a batalha eleitoral, confiante de que será possível confirmar posições e alcançar novas maiorias.





Oeiras Uma voz activa

O concelho de Oeiras ocupa uma área de cerca de 45 quilómetros quadrados e tem uma população que ronda os 160 mil habitantes. Integrado na Área Metropolitana de Lisboa, o concelho teve um rápido crescimento urbanístico nos últimos anos. Mas trata-se de um crescimento desequilibrado, que ameaça um património ambiental e paisagístico valioso, e não tem sido acompanhado pela construção das infra-estruturas e equipamentos necessários.



Arnaldo Pereira, candidato à presidência da Câmara de Oeiras

A CDU apresenta-se ao eleitorado como a melhor alternativa à gestão PSD. Desde o 25 de Abril que a CDU tem estado associada à gestão município. Conhece bem as realidades locais e domina os dossiers camarários. Foi responsável ou participou activamente na definição dos princípios estruturantes da política municipal em áreas fundamentais como a habitação social, o saneamento básico, o desporto e a educação. Tem apresentado propostas e alternativas concretas sobre todas as matérias relevantes para a vida do município.

Durante o actual mandato, e em coerência com a sua concepção do poder local, a CDU assumiu a gestão dos pelouros do desporto, centros históricos e transportes, tendo desenvolvido um trabalho positivo e meritório nestas importantes áreas de intervenção. A participação dos vereadores da CDU na gestão da Câmara não impediu o posicionamento crítico relativamente à gestão do PSD. Com efeito, a CDU foi a única voz que discordou e se opôs a todas as medidas e decisões que considerou negativas para a qualidade de vida e direitos dos munícipes, e que tentou imprimir uma efectiva dimensão colegial ao funcionamento da Câmara Municipal.

O Programa da CDU para o próximo mandato aponta para quatro objectivos fundamentais:

volvimento mais integrado e sustentado do concelho;

– Conferir ao programa municipal da habitação a dimensão social que lhe tem faltado e, para além dos residentes nos bairros de barracas, alargá-lo aos jovens, bem como a famílias que vivem em situação precária;

– Reforçar o apoio e cooperação com o movimento associativo.

A CDU irá adoptar uma política que não confunde o desenvolvimento com o mero crescimento económico, porque considera imprescindível promover e conjugar as vertentes social, cultural e ambiental. Com efeito, o desenvolvimento não pode agravar a densidade urbanística até aos limites do intolerável, bem como excluir dos seus benefícios amplas camadas da população. Pelo contrário, deve ter em conta a capacidade de carga do território, a protecção da natureza e da paisagem, as camadas sociais mas desfavorecidas, assim como a preservação e revitalização do património, centros históricos e identidades locais.

– Assegurar uma gestão mais rigorosa, transparente e participada da Câmara Municipal;

– Contribuir para um desen-

Arruda dos Vinhos Estimular novos investimentos

No concelho da Arruda dos Vinhos, as grandes linhas estratégicas da CDU apresentadas para o próximo mandato apontam para a criação de infra-estruturas que estimulem investimentos no sector produtivo, designadamente através de dois parques industriais (um em Arruda/Cardosas e outro em Arranhó/S. Tiago dos Velhos).

Paralelamente, é necessária a rápida progressão da rede viária (A10/IC11) e a criação de novas redes que liguem entre si estes dois itinerários bem como os principais pólos industriais e centros urbanos. A constituição de parcerias locais é ainda outra medida com vista ao desenvolvimento do concelho.

No que diz respeito à Gestão Municipal, destaca-se a proposta de atribuição de 10 por cento do FEF, como subsídio inicial às juntas de freguesias, definindo atribuições e

competências, através de descentralização efectiva, com as respectivas contrapartidas financeiras.

Nas áreas dos Equipamentos Colectivos, a CDU propõe reivindicar a construção de um novo Centro de Saúde; promover a construção de Habitação Social em Arruda dos Vinhos; reivindicar um novo Quartel para a GNR; construir uma Sede para a Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos; criar Centros de Dia nas Freguesias de Arranhó e S. Tiago dos Velhos e construir um Termi-

Cascais Um projecto para cumprir

A presença da CDU no concelho de Cascais faz-se junto dos munícipes, apoiando as suas reivindicações, lutando pela qualidade de vida e colocando os seus eleitos ao serviço da população. Um mandato da CDU é um mandato de todos.

Cascais, apesar de ser considerado um concelho «rico» e de parecer para o conjunto do país como um paraíso turístico, não resiste a um olhar um pouco mais atento que denuncia uma realidade muito diversa da que transparece na propaganda da actual gestão de maioria do PS.

Trata-se, afinal, de um concelho altamente carenciado, onde população de defronta com graves insuficiências que afectam gravemente a sua qualidade de vida. Tomemos por exemplo a situação do saneamento básico: mais de 30 por cento do concelho está privado desta infra-estrutura funda-

mental. A situação na saúde também não é melhor: para além da falta de recursos humanos e técnicos, as duas maiores freguesias do concelho – S. Domingos de Rana e Alcabi-deche – não dispõem de centros de saúde.

A gestão PS não fez mais do que acentuar os desequilíbrios.

A CDU tem outra maneira de ver o poder local e apresenta novas soluções para os problemas do concelho. Luta pela democratização do funcionamento das autarquias, pretendendo assegurar direitos iguais aos eleitos e estabelecimento de uma nova relação com os trabalhadores das autarquias.



Carlos Rabaçal
Candidato à presidência da Câmara de Cascais

Preconiza a participação da população directamente interessada, chamando-a a contribuir para o conteúdo das soluções políticas, juntamente com os agentes sociais, económicos e culturais no sentido de construir um projecto colectivo de desenvolvimento do concelho.

Está decidida a intervir na requalificação do interior em todas as suas vertentes, designadamente nas infra-estruturas básicas procurando, a par de intervenções adequadas na zona litoral, estender a harmonia e o desenvolvimento equilibrado a toda a população do concelho.

Quer investir no desenvolvimento económico do concelho, na habitação e urbanismo, na rede viária, acessibilidades e transportes, na higiene, limpeza e salubridade, no ambiente, na cultura, na juventude, na integração social e na modernização dos serviços municipais.

A CDU é gente de palavra e de trabalho para cumprir um projecto e um programa para criar uma nova maneira de estar nas câmaras e nas freguesias, lutando e trabalhando para que cada munícipe, independentemente da freguesia ou do local onde vive, sinta gosto e orgulho em ser um cidadão de Cascais.



Rogério Correia, candidato à Câmara de Arruda dos Vinhos

nal Rodoviário na Sede do Concelho.

Em relação à Cultura e Desporto, é assumida como prioridade central a construção das Piscinas Municipais; e na área do Ensino - a construção de uma Escola Básica para a área das Freguesias de Arranhó/S. Tiago dos Velhos.

Nas áreas da Habitação e Urbanismo, com o objectivo da Qualificação e Reabilitação Urbana, a CDU pretende a reconversão dos actuais bairros sociais e a promoção da Habitação Social.

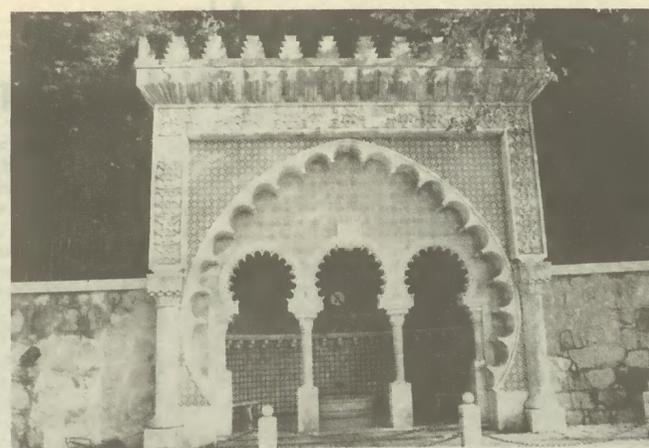
O programa da Coligação consagra ainda construção de um Terminal Rodoviário na sede do concelho.

São também propostas da CDU:

Nas áreas das Águas e Saneamento - a construção de ETARs em Arruda dos Vi-

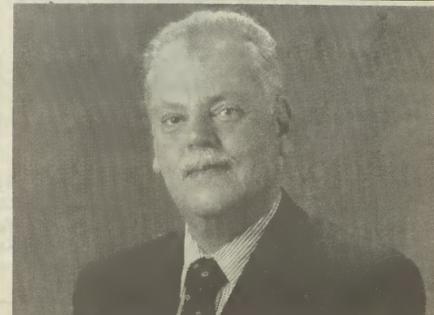
nhos e em Arranhó e o abastecimento de água à totalidade do concelho até ao ano 2000;

Na área do Ambiente, Qualidade de Vida e Espaços Verde - intervenções várias em Arruda dos Vinhos, nomeadamente no Palácio do Morgado, para beneficiar o espaço exterior e preparar a sua abertura ao público; melhorar o perfil de passeios; efectuar drenagens de água e criar espaços verdes nas Urbanizações do Bairro Calouste Gulbenkian, S. Lázaro, Quinta da Ponte e Telheiro. Proceder, em S. Tiago dos Velhos, ao arranjo paisagístico do largo principal de A-dos-Eiros e, em Cardosas, melhorar o perfil de passeios, drenagens de águas e espaços verdes na zona de Palmeiro e Rondulha.



Sintra Uma prática rigorosa

Ao longo de vários mandatos, o trabalho e o comportamento dos eleitos da CDU, nos órgãos autárquicos do concelho de Sintra, têm-se caracterizado pela busca contínua de soluções e apresentação de propostas para a resolução dos problemas com que a população se depara. Com profundo conhecimento da realidade local, os eleitos da CDU têm tentado levar à prática uma política séria e rigorosa.



Lino Paulo, candidato à presidência da Câmara de Sintra

A CDU é uma grande e importante força política ao nível das autarquias de Sintra. Para a Câmara, por exemplo, ela é a segunda força política, a escassa distância da primeira, congregando cerca de 30 por cento do eleitorado, ou seja mais de 36 mil eleitores.

Sintra é um concelho cheio de potencialidades com uma riquíssima diversidade física e natural e uma população jovem e activa. Simultaneamente é concelho carente de espaços verdes, equipamentos e infra-estruturas, com o ambiente degradado e à beira da ruptura do sistema urbano. A CDU é portadora de um projecto avançado, garantindo a mudança de molde a construir uma melhor qualidade de vida, um melhor

ambiente, uma maior coesão e sustentabilidade no final do milénio.

A CDU está pronta para transformar Sintra num concelho aberto à participação, com um município e freguesias funcionais e transparentes, céleres na resolução dos problemas, abertos à participação e à reclamação.

A CDU quer um concelho qualificado urbanisticamente com níveis de infra-estruturação, equipamentos e serviços equiparáveis aos de maior desenvolvimento metropolitano; um concelho saudável, não apenas porque bem servido de equipamentos de saúde mas, especialmente, porque respeita o ambiente, sem lixo e com saneamento, alegre e onde apeteçam o lazer e a prática desportiva.

A Coligação luta por um concelho competitivo, com boas acessibilidade e com as infra-estruturas e equipamentos construídos, com um dinâmico e activo planeamento estratégico;

Um concelho de riqueza, onde o trabalho e o emprego cresçam, onde as novas tecnologias se instalem, onde a formação profissional e a educação tenham primazia; Um concelho jovem, onde a juventude encontre uma resposta eficaz às suas expectativas, onde possa sonhar e construir um futuro melhor, onde exista um forte envolvimento dos jovens nas responsabilidades de toda a vida local;

Um concelho culto, no respeito e na participação dos agentes culturais, na divulgação cultural a todos os níveis da população, no respeito, recuperação e manutenção funcional do riquíssimo património herdado;

Um concelho solidário, onde a solidariedade se afirme no quotidiano, onde a infância e a velhice sejam seguras e dignas, onde a habitação não seja um mero produto de mercado e um concelho seguro, onde se viva sem medo, onde o trabalho, a educação e a solidariedade vençam a marginalidade e a exclusão social.

Torres Vedras Qualidade para as pessoas

O projecto da CDU para Torres Vedras tem como principais vectores o aumento da qualidade de vida, o desenvolvimento e a democracia participada.

A qualidade ambiental é o primeiro objectivo do programa da Coligação que aposta na promoção, preservação e reanimação das zonas verdes; no ordena-

mento do litoral; na conclusão da rede de abastecimento de água; e no alargamento do saneamento básico a todo o concelho. A melhoria da rede viária,

urbana e rural e o reforço da identidade de cada freguesia, reanimando as actividades culturais e desportivas - é outra linha de intervenção que visa a qualidade dos lugares para as pessoas, a que se liga a aposta na qualidade da vivência comunitária, incentivando e apoiando o

associativismo e a participação activa na vida comunitária. A Coligação defende um desenvolvimento integrado para Torres Vedras, resultante do diálogo real e alargado a todos os parceiros sociais e que perspectiva um futuro melhor para todos. Nesse sentido pretende uma melhor articulação entre o poder local e os agentes locais de desenvolvimento para levar a cabo projectos integrados que abrangem os vários sectores económicos. Entre as medidas concretas anunciadas destaca-se a criação de mercados abastecedores, a aquisição de um empreendimento comercial de hortofruticultura e a circulação e divulgação dos produtos locais;

A educação e a cultura são entendidos pela lista da CDU como factores de desenvolvimento pelo que se torna necessária uma maior interacção com as escolas dos vários graus de ensino, assim como a criação de



Caetano Dinis, candidato da CDU à Câmara de Torres Vedras

Serviços Educativos no Museu e na Biblioteca Municipal, e a concessão de apoios a projectos das Associações Culturais.

A vida democrática do concelho será outra área a dinamizar designadamente através da organização de conselhos consultivos para a educação, desenvolvimento económico e da criação de um Gabinete do Cidadão.

A CDU irá ainda concentrar esforços na organização, responsabilização e transparência dos serviços da autarquia, os quais devem ser modernizados, personalizados e humanizados.



Maфра

Desenvolver o concelho

Apostando no desenvolvimento económico e social, através da captação de novas empresas e maior oferta de emprego, a lista da CDU defende o alargamento urgente do saneamento básico, tendo em conta as necessidades das populações e a defesa do meio ambiente.

A revisão do Plano Director Municipal é uma das hipóteses colocadas no sentido de encontrar soluções mais justas. Outras medidas são anunciadas, caso do melhoramento de toda a rede viária do concelho; do alargamento da insuficiente rede de transportes colectivos a mais localidades e com horários mais favoráveis; do reforço do apoio financeiro às escolas do 1º ciclo do Ensino Básico; da criação urgente de um Departamento do Património e Ambiente.

Os candidatos da Coligação querem igualmente definir critérios justos para a atribuição de subsídios aos Grupos Culturais e Desportivos existentes; dar especial atenção às questões rela-

cionadas com a toxicoddependência, Sida, formação profissional e apoio ao desempregados; conceder mais meios aos Centros de Dia e aos Lares da 3ª Idade existentes no concelho; contribuir para a melhoria substancial dos cuidados de saúde a prestar à população.



Olga Pires
Candidata à presidência da Câmara de Maфра

trabalhadores da autarquia.

A CDU quer ainda atribuir um papel mais activo à Assembleia Municipal, na sua acção fiscalizadora, com efectivos poderes de deliberação na defesa dos interesses da população.

Por outro lado, o projecto da CDU passa pela reforma do funcionamento da Câmara, através da criação de um Gabinete para atendimento personalizado às populações; da realização periódica de uma reunião de Câmara aberta ao público; da atribuição de pelouros a todos os vereadores; da descentralização de verbas para todas as juntas de freguesia; de medidas para valorização profissional dos

Alenquer

Objectivos do mandato

No concelho de Alenquer, a CDU definiu um conjunto de prioridades para o próximo mandato, preconizando designadamente em relação ao **Funcionamento dos Órgãos Municipais**, a descentralização das Sessões da Assembleia Municipal e Câmara Municipal pelas freguesias.

A **Modernização Administrativa**, com a criação do Gabinete de Apoio ao Município e a criação de condições para que os funcionários possam com maior dignidade exercer as funções que lhes estão atribuídas com a criação do Refeitório, Balneários e Medidas de Higiene e Segurança no trabalho – são igualmente aspectos considerados prioritários, seguindo-se-lhes:

Na área da **Economia e Emprego** - a criação de mini-zonas industriais nas freguesias do Alto-Concelho, de modo a permitir a fixação de pequenas empresas e população (ramo agroalimentar);

Na área do **Desporto, Cultura e Tempos Livres** - destaca-se a contratação de um Animador Cultural e outro Desportivo para apoio às colectividades;

Em relação aos **Idosos** é defendida a criação de Centros de Dia para a 3ª Idade nas Freguesias e a criação de sistemas de apoio domiciliário à 3ª Idade;

Na área da **Segurança** - exige-se da Administração Central a criação de postos da GNR em Merceana e Carregado;

Na área da **Saúde** - reivindica-se a criação do CATUS em Alenquer e a extensão do Centro de Saúde do Carregado e Abrigada;

Na área do **Turismo/Património** - aponta-se a necessidade de recuperar os centros históricos de Aldeia Galega, de Alenquer e Vila Verde dos Francos;

No **Ambiente** - é proposta a recolha selectiva de lixos e a instalação de papeleiras e vidrões;

Em relação ao **Urbanismo** - sublinha-se a urgência de ampliar a rede de esgotos, alargando a taxa de cobertura, que

hoje é de apenas 42,5% da população;

Nas **Acessibilidades** - exige-se que o Governo Central concretize o projecto da JAE relativo às variantes às Vilas de Alenquer e Carregado e a rápida execução do IC 11, assim como o alcatroamento das Estradas que ligam entre si aldeias próximas;

Finalmente, na área da **Educação, Juventude e Infância** - propõe-se a criação de mais três Jardins de Infância nas freguesias que ainda não possuem estes equipamentos, e a introdução do Ensino Tecnológico na Escola Secundária de Alenquer de forma a responder às necessidades do mundo do trabalho.



José Manuel Catarino
Candidato à presidência da CM de Alenquer

Lourinhã

Gestão participada

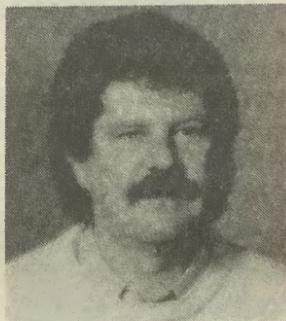
A candidatura da CDU à Câmara Municipal da Lourinhã «é uma forma de contribuir para que cada vez mais cidadãos se disponham a discutir, propor, criticar, ajudar, organizar, enfim: a participar democraticamente na vida do nosso concelho». Este é o entendimento do cabeça de lista, José Carço, que fala na «profunda necessidade de alterar a gestão do Município».

Segundo afirma, «é urgente uma atitude que reforce e torne efectiva a descentralização».

Será então possível a necessária valorização dos órgãos deliberativos, favorecendo o seu activo envolvimento e participação nas decisões principais».

A CDU considera «imprescindível uma política que potencie o papel das freguesias e das organizações populares. Uma política que, em lugar de desperdiçar vontades e capacidades, crie finalmente condições para permitir a sua intervenção própria e autónoma».

Com esta candidatura a CDU propõe-se promover a discussão pública destes assuntos e assim contribuir para a democratização, para a transparência e para a participação dos cidadãos na gestão autárquica do município da Lourinhã.



José Carço
Candidato à presidência da Câmara da Lourinhã

Os exemplos em vários pontos do país mostram que a gestão da CDU é a que mais se tem preocupado com as condições de vida das populações e com os problemas relativos ao desenvolvimento local e regional, como são os da qualidade ambiental, entre outros essenciais à melhoria da qualidade de vida das populações.

Azambuja

Mudar, modernizar

Para a CDU é tempo de mudar o concelho da Azambuja. Mudar o tipo de gestão, procurar a qualidade da vida, modernizar o concelho para o século XXI são as grandes palavras de ordem. Para isso, a Coligação propõe uma equipa experiente e rejuvenescida onde as mulheres e os jovens têm lugar de relevo.

Acautelar e promover os direitos dos munícipes é a base do programa da CDU, que se propõe dar prioridade ao direito à **modernização e ao desenvolvimento** harmonioso da Azambuja, nas suas infra-estruturas, na procura de qualidade de vida numa perspectiva humanista, social e cultural, no respeito pelo meio ambiente.

O direito à **participação** e à **informação** é entendido como a possibilidade de todos poderem e deverem participar no desenvolvimento do concelho, designadamente as juntas de freguesia, muito mal tratadas nos últimos anos.

O direito à **reclamação** e à desburocratização prevê, entre outras medidas a colocação de livros próprios colocados nos locais de atendi-

mento e a simplificação dos serviços, pela transferência de competências para as freguesias, pela descentralização de serviços administrativos e operacionais.

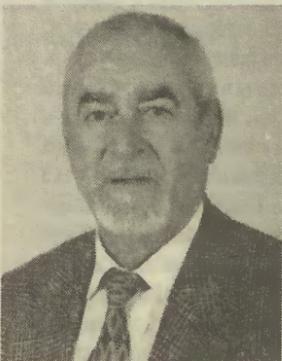
O direito aos **serviços públicos** será concretizado através da criação ou melhoramento das instalações onde são prestados os mais elementares serviços públicos, e reivindicando mais meios junto da Administração Central.

O direito à **habitação** passa, segundo a CDU, pela revisão do PDM, que foi aprovado sem qualquer discussão dos eleitos da oposição, e pela recuperação dos loteamentos ilegais.

O direito à **educação, cultura e desporto** será garantido por uma nova política nesta área que crie melhores condições nos estabelecimentos de

ensino e dê apoio a todas as actividades culturais e recreativas.

O direito a ser **criança, jovem ou idoso** tem de traduzir-se na criação de equipamentos lúdicos, na constituição do Conselho Municipal da Juventude.



António José Rodrigues
Candidato à presidência da Câmara de Azambuja

Cadaval

Despertar as consciências

A gestão PSD e PS no concelho do Cadaval não trouxe o desenvolvimento que as populações anseiam neste final de século. Não há

um verdadeiro planeamento, nem a qualidade de vida dos seus habitantes atinge padrões dignos dos tempos que correm.

Na área do **ambiente** está praticamente tudo por fazer, afirma a CDU que sublinha, entre outros, a ausência de estações de tratamento de águas residuais.

A situação da rede viária é também paupérrima, assumindo especial importância a falta de acessos às vias rápidas e as alternativas ao IC1 que estão em completo estado de degradação.

A Coligação reclama igualmente a construção do Tribunal do Cadaval e de um novo edifício dos Paços do Concelho.

Num concelho agrícola, a lista da CDU propõe a criação de um Museu Rural, ao mesmo tempo que chama a atenção para a necessidade de reparar as ligações entre lugares e freguesias do concelho.

A CDU fala de novo na criação do Parque Natural da Serra de Montejuento, para o qual já



João Vieira
Candidato à presidência da Câmara de Cadaval

houve uma proposta do PCP na Assembleia da República e que, lamentavelmente, o PS se absteve, assim como do reordenamento da freguesia de Lamas.

O flagelo da droga é um problema que também preocupa a população do Cadaval, devendo a autarquia debruçar-se sobre a situação e promover a ocupação dos tempos livres da juventude.

O concelho do Cadaval necessita de uma nova dinâmica, dinâmica essa que só a CDU pode imprimir neste limiar do Século XXI.



CDU

para fazer
o que é preciso



O temporal danificou muitas estradas e pontes

Outros autarcas alentejanos já se pronunciaram no mesmo sentido – mais apoios e medidas mais céleres da parte do Governo – e criticaram o facto de o Governo estar a anunciar «aos bochechos» as ajudas para a região. Primeiro, o ministro da Administração Interna anunciou 100 mil contos para as famílias atingidas e, dois dias depois, o Governo disponibilizou um milhão de contos para a reparação de obras públicas. Mais tarde, na terça-feira, divulgou um pacote de medidas, com mais de 100 mil contos e linhas de crédito bonificado para apoio à construção de habitação.

Poucos apoios e a conta-gotas

Estas verbas e medidas são manifestamente insuficientes, consideram os autarcas alentejanos, que criticam o facto de o Governo se recusar a declarar o estado de calamidade pública e hesitar em fazê-lo no que diz respeito à situação agrícola. Só no concelho de Odemira, fortemente fustigado pelo temporal – embora nestes dias de dor as câmaras de televisão se viem prioritariamente para outras paragens, em busca de espectáculo – a Câmara calcula, se bem que provisoriamente, que haja prejuízos na ordem de 1 milhão e 300 mil contos. Em Mértola, em Ourique, em Aljustrel, só o realojamento das famílias que ficaram sem habitação pode ascender a várias centenas de milhares de contos. Noutros concelhos há igualmente danos elevadíssimos. «O Governo ainda não se apercebeu da dimensão do problema e é por isso que está a dar ajudas aos bochechos», diz Manuel Camacho, vereador da Câmara de Aljustrel e presidente da Associação de Municípios do Distrito de Beja (AMDB). «O Governo deve encarar o problema de forma global e definir apoios proporcionais à gravidade dos prejuízos», defende o autarca.

Além das medidas postas em prática em cada concelho, os autarcas alentejanos estão já a coordenar esforços no sentido de encontrar as respostas mais eficazes para a situação de autêntica calamidade existente em várias zonas. Já depois do fecho desta edição, estava prevista para Aljustrel, na quarta-feira, uma reunião de municípios convocada pela AMDB, que convidou também as suas congéneres de Évora, do Litoral Alentejano e do Algarve. O ministro do Equipamento e da Administração do Território, João

Cravinho, manifestou interesse em que dois secretários de Estado e representantes da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo e da Direcção de Estradas participassem na reunião.

Entretanto, logo a partir de quinta-feira passada e nos dias seguintes, uma delegação do Partido Comunista Português – constituída por José Soeiro, da Comissão Política, António Vitória, do Comité Central e coordenador da DORBE, e Rodeia Machado, da DORBE e deputado – visitou as áreas mais atingidas pelo temporal, inteirando-se da situação junto dos autarcas locais e das populações.

Poucas horas após a catástrofe, o Organismo Inter-Regional do Alentejo (OIRA) do PCP, que suspendeu todas

PCP solidário com vítimas dos temporais

A gravidade dos acontecimentos ocorridos na sequência do violento temporal que assolou a região, causando 11 vítimas mortais e avultado prejuízo materiais, levaram o PCP a suspender as iniciativas de campanha eleitoral que tinha previstas para o dia 6 em toda a região do Alentejo.

Em nota de imprensa, o Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP manifesta ainda o seu mais sentido e profundo pesar às famílias enlutadas e a sua total solidariedade a quantos viram os haveres destruídos. Ao mesmo tempo, reclama das entidades responsáveis, do Governo e protecção civil, as medidas necessárias e urgentes para minimizar, sem burocracias, os prejuízos sofridos pelas vítimas do temporal e a disponibilização para as autarquias locais de meios extraordinários que lhes permitam responder rapidamente às solicitações que a situação coloca.

as iniciativas da campanha eleitoral previstas para esse dia, emitiu um comunicado manifestando o pesar e a solidariedade dos comunistas às famílias enlutadas e a todos os que viram destruídos os seus haveres. Desde logo o OIRA reclamou das entidades responsáveis – Governo e Protecção Civil – «as medidas necessárias e urgentes que permitam minimizar, sem burocracias paralisantes, os avultados prejuízos sofridos por todas as vítimas do temporal, bem como disponibilizar de imediato para as autarquias locais meios extraordinários por forma a que estas possam responder às solicitações que a situação criada lhes cloca».



Em Mértola, dezenas de casas foram inundadas



Onda de solidariedade

Por iniciativa da Casa do Alentejo, em Lisboa, e da Associação de Municípios do Distrito de Beja, estão a ser recolhidos e distribuídos nas áreas sinistradas, às vítimas do temporal da noite de 5 de Novembro, donativos. De todo o País chegam a Beja, ao Quartel dos Bombeiros Voluntários, vestuário, outras roupas, alimentos, pequenos electrodomésticos, mobiliário e brinquedos, que a AMDB se encarrega depois de fazer chegar às câmaras municipais e às juntas de freguesia.

Até terça-feira à tarde, já tinham seguido de Lisboa para o distrito de Beja 27 camiões com roupa, três dos quais directamente para Garvão, três para Serpa e um para Aljustrel. Várias empresas privadas contribuíram com águas minerais, produtos de limpeza e higiene, leite, azeite e óleo e colchões, entre outros produtos.

Estão também em curso mais iniciativas de solidariedade para com as vítimas das fortes chuvadas e inundações no Alentejo, iniciativas essas da responsabilidade da Cruz Vermelha Portuguesa, do Episcopado de Beja, da Santa Casa de Misericórdia de Beja, do Lions Clube de Beja, de clubes desportivos e de grupos de cidadãos.

Toda esta onda de solidariedade, importantíssima para minimizar os efeitos da catástrofe, não pode fazer esquecer que cabe ao Governo a principal responsabilidade no apoio às famílias das vítimas, aos desalojados e aos que perderam os seus haveres, bem como no apoio às autarquias alentejanas, as quais estão por enquanto a suportar a resolução dos problemas.

A União Europeia e a crise /identidade nacional/

Intervenção inicial de ÁLVARO CUNHAL no colóquio

O tema proposto para este debate - com a interrogação final: «o fim da pátria?» - envolve tantos, tão variados e complexos problemas que o escasso tempo disponível não dá mais do que para aforar aspectos que se considerem essenciais. Assim farei, dividindo a exposição em cinco pontos.

1º

A divisão internacional de trabalho, a internacionalização dos processos produtivos e a criação de zonas de integração económica constituem o sentido e uma necessidade objectiva do desenvolvimento económico na época que vivemos. O desenvolvimento económico não se pode encontrar em soluções autárquicas, mas em sistemas de cooperação internacional.

Entretanto, a tendência verificada nos processos de integração entre países com níveis de desenvolvimento muito diferenciados é para a hegemonização das decisões pelos países mais desenvolvidos e poderosos em defesa dos interesses próprios com sacrifício dos interesses e com obstáculos ao desenvolvimento económico dos países mais atrasados.

A efectiva dependência destes em relação àqueles tem sido a realidade da proclamada interdependência.

A experiência torna indispensável a luta de cada povo para assegurar a defesa dos seus interesses nacionais, do seu direito de definir a própria política, da sua independência e soberania nacionais.

2º

A adesão de Portugal à CEE estava já na ordem do dia no tempo da ditadura fascista. Um cuidadoso estudo do PCP feito nos

anos 60 concluiu, por um lado, em termos gerais, que a CEE era um instrumento dos grandes grupos económicos e dos países mais desenvolvidos e de submissão e absorção económica dos países menos desenvolvidos. E que, para Portugal, dado o atraso relativo da sua economia e a consequente falta de capacidade de concorrência num mercado único, a integração teria consequências desastrosas para o aparelho produtivo e graves limitações à independência e soberania nacionais.

Dai a oposição a tal hipótese e a advertência das suas consequências.

Após o 25 de Abril, um novo e aprofundado estudo realizado em 1980 confirmou as conclusões dos estudos anteriores.

Pelo seu atraso relativo, Portugal não estava em condições de aderir à CEE. As consequências da adesão seriam ruinosas para a economia portuguesa, nomeadamente para a indústria, a agricultura e as pescas.

Como razão para contrariar a adesão, acresciam as profundas transformações democráticas resultantes da Revolução de Abril.

Com a nacionalização da banca e de sectores básicos da economia e uma reforma agrária na principal zona do latifúndio e com outras conquistas democráticas, extinguíram-se os grandes grupos monopolísticos dominantes e realizou-se uma radical mudança da estrutura socioeconómica do país.

Essa nova realidade foi consagrada, aliás, como princípios insusceptíveis de revisão, na Constituição da República elaborada e aprovada em 1976 pela Assembleia Constituinte eleita por sufrágio universal. A nova estrutura económica abria possibilidades de desenvolvimento económico e melhoria das condições de vida do povo português.

A integração de Portugal na CEE passou a ser defendida pelos governos anos depois, inseparavelmente ligada ao objectivo de destruir as novas estruturas económicas resultantes da revolução de

Abril e de adaptar Portugal às estruturas dos outros países da Comunidade. Ou seja, de restaurar em Portugal o capitalismo monopolista.

3º

A análise e as previsões das consequências desastrosas que teria a integração confirmaram-se inteiramente.

Com a adesão de Portugal à CEE em 1986, acompanhando a reconstituição e restauração dos grandes grupos monopolistas e sacrificando os interesses nacionais aos interesses, decisões e imposições dos países mais ricos e poderosos, o aparelho produtivo nacional foi sendo desorganizado e destruído e a dependência externa tornou-se quase universal.

Na indústria, a resultante da integração pode caracterizar-se como um processo de **desindustrialização**.

Indústrias básicas e estratégicas foram sacrificadas à imposição hegemónica (na divisão internacional do trabalho) dos países mais desenvolvidos.

Siderurgia e metalomecânica praticamente liquidadas. Construções navais gravemente reduzidas em quantidade e qualidade.

Indústrias tradicionais, como têxteis e conservas de peixe, condenadas a uma crise profunda.

Milhares de empresas industriais reduziram drasticamente a produção, muitas faliram, encerraram as portas, atiraram os trabalhadores para o desemprego.

Ao mesmo tempo, mesmo antes das privatizações da EDP, Telecom e transportes, já o capital estrangeiro toma importantes posições, não só em grandes bancos privatizados, como em empresas básicas e estratégicas do sector público, entretanto privatizadas ou em vias de privatização.

O debate e as ideias

A par das cheias, da pré-campanha autárquica e dos novos valores das reformas, a atenção da opinião pública foi focada, no final da semana passada, no debate sobre «A União Europeia e a crise da independência/identidade nacional/soberania: "finis Patriae"», que teve por oradores Álvaro Cunhal e Mário Soares. A iniciativa teve lugar no Instituto de Defesa Nacional, na quinta-feira, integrada no colóquio internacional «Portugal na Transição do Milénio», levado a cabo pelo Pavilhão de Portugal na Expo'98, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pelo instituto anfitrião. A lotação no IDN esgotou, a TSF transmitiu em directo, a SIC passou à noite uma parte do debate, o «Diário de Notícias» publi-

cou um relato quase total no dia seguinte.

Aclamado o furor festivo que assinalava o facto de este debate ter lugar exactamente 22 anos depois da primeira contenda televisiva dos, então, secretários-gerais do PCP e do PS, do debate sobre a UE e a crise da independência, na memória do jornalista, que assistiu por inteiro ao confronto de posições, resta agora uma sensação de que o grande debate que o tema requer ainda está incompleto.

No auditório do IDN não abundaram as novidades nos discursos. Até o próprio Mário Soares, certamente, sabia há muito que, e por que motivos, o PCP e Álvaro Cunhal se opuseram à integração de Portugal na CEE e como, consumada esta opção fundamentalmente política, passaram a exi-

gir dos governos uma actuação firme em defesa dos interesses nacionais; a surpresa do ex-PR, neste ponto, foi um claro exagero e não pareceu colher o esperado efeito numa sala onde predominavam os conhecedores da temática europeia.

Poderia ter causado algum espanto ouvir Mário Soares clamar contra o «monstro da economia financeira», que ameaça os alicerces da democracia, ou contra o «neo-hegemonismo americano» a que se deverá opor uma União Europeia com onze governos socialistas, num total de quinze países. Mas os risos da esclarecida e condescendente plateia mostraram, várias vezes, que é difícil o ex-dirigente socialista surpreender, pelas suas declarações, aqueles que lhe têm acompanhado o percurso e lhe conhe-

cem a agilidade de verbo. Mesmo o presidente Clinton não se mostrará estupefacto por Mário Soares lhe ter chamado «um puro oportunista».

Mais do que surpreendido, Soares mostrou-se quase indignado por os promotores do debate se terem dado ao atrevimento de colocar em discussão a crise da independência e o fim das pátrias. Na resposta que deu aos argumentos de Fernando Rosas em defesa do direito à interrogação, Mário Soares transformou-se num verdadeiro «Dícono Remédios» e apanhou de surpresa quem ainda não lhe conhecia tal faceta.

À medida que cada vez mais se alargava o tema em discussão, no auditório deve ter ganho novos adeptos a noção de que os limites do debate acabariam por não comportar um

tão vasto leque de questões. Talvez por isso, que não por imposição do moderador, o professor Gomes Canotilho, apenas seis vozes se ergueram para colocar perguntas aos oradores.

No final, o próprio Canotilho reafirmou a pertinência do debate e da forma como os organizadores apontaram o tema. No ar ficou o desafio de Álvaro Cunhal no que toca à necessidade de uma discussão muito mais alargada sobre a integração europeia e suas consequências para Portugal.

Insistindo neste caminho, é possível que o debate político acabe por ser uma forma elevada de esclarecimento e discussão de ideias, posições e plataformas e de intervenção de um muito amplo número de portugueses nas decisões sobre o futuro do País.

■ DM



da independência/soberania: «finis Patriae»?

ternacional «Portugal na Transição do Milénio»

O apossamento da produção industrial por empresas estrangeiras tornou-se avassalador na metalurgia e metalomecânica, nas indústrias químicas, nas bebidas e tabaco, nas indústrias de alimentação. É significativo que caiba a empresas estrangeiras parte significativa das exportações de produtos industriais.

No sector mineiro, em vez do aproveitamento dos recursos nacionais e da firme invocação do princípio da «preferência comunitária», entregam-se as reservas às grandes transnacionais, encerram-se minas, atiram-se milhares de trabalhadores para o desemprego.

No comércio, grupos estrangeiros e nacionais da grande distribuição de bens de consumo e de bens industriais ganham posições dominantes, com a falência e liquidação de numerosas pequenas e médias empresas comerciais e o agravamento da situação de sectores produtivos (agrícolas e industriais) aos quais esses grupos, em posições quase monopolistas, impõem condições leoninas de preços, de prazos e de pagamentos.

A agricultura portuguesa foi forçada a um retrocesso e a uma crise permanente.

A integração significou: a redução importante da produção, com o estabelecimento de quotas, subsídios para não se produzir e multas para casos de se excederem as quotas; com a invasão do mercado nacional por produtos importados, tanto dos outros países da UE como de países terceiros, impedindo o escoamento e forçando à destruição dos produtos nacionais, que nuns casos nem sequer são colhidos, noutros condenados à lixeira, noutros a receberem miseráveis indemnizações para que sejam enterrados.

A integração vertical internacional dos hiper e supermercados é um instrumento poderoso deste desastroso processo.

Daqui resultou a queda vertical da quota de auto-abastecimento, que anteriormente era quase total em relação a alguns produtos (caso dos hortícolas) e determinante ou considerável noutros (frutos, cereais, carnes).

Pôs-se assim em causa o nível de segurança alimentar do país, elemento do próprio conceito de segurança nacional.

Isto significou o veloz agravamento da balança agro-alimentar e a correspondente quebra vertical da taxa de cobertura.

A nova reforma da PAC, pretendendo impor a baixa dos preços dos cereais, de leite, da carne de bovino, representa para Portugal a perda de muitas dezenas de milhões de contos.

A imposição de novas regras para a Organização Comum do Mercado (OCM) do vinho, azeite, produtos hortícolas e frutícolas penaliza fortemente Portugal.

Em consequência, de 1986 a 1995, foram liquidadas mais de 100 mil das 500 mil pequenas e médias explorações agrícolas anteriormente existentes.

Neste processo, as assimetrias regionais sofreram rápido agravamento.

Nas pescas, aí estão também os resultados: quebra acentuada da descarga do peixe em lota; subida em flecha das importações de peixe e seus derivados; abate de centenas de embarcações, sem se efectuar a renovação da frota; distribuição de quotas penalizadoras para Portugal; insuficiente aproveitamento das águas territoriais e pesca ilegal por embarcações estrangeiras; diminuição do número de trabalhadores, não abrangidos, aliás, por direitos gerais dos trabalhadores portugueses; e ainda acordos da UE com países terceiros, nomeadamente no Atlântico Norte (bacalhau e palmeira) com quotas discriminatórias e lesivas para Portugal.

A destruição de importantes sectores e subsectores do aparelho produtivo teve como elemento e consequência o agravamento das condições de trabalho e de vida, a liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores, a generalização da precarização e a revelação de que o desemprego atinge mais dia menos dia, se é que não atingiu já, meio milhão de portugueses.

Não se trata de opiniões. Trata-se de dados e factos incontestáveis da real situação. De tal forma evidentes e sentidos, que muitos, que tinham só certezas, adiantam agora interrogações, dúvidas e discordâncias; e onde se anunciava a harmonia e conciliação de interesses, surgem crescentes contradições, divergências e conflitos.

4º

A situação agravou-se e agrava-se com o Tratado de Maastricht e sua precipitada ratificação.

À «cooperação» dos países membros, conforme formulação anterior da Comunidade Europeia, sucedem-se, como elementos

formativos de uma federação europeia, as «políticas comuns» em todos os sectores fundamentais da acção própria dos Estados. Políticas comuns na área económica (agricultura, indústria, pescas); políticas comuns na área financeira (monetária, cambial, fiscal, orçamental); política externa comum; política de defesa e segurança comum.

As políticas comuns, decididas por órgãos supranacionais dominados pelos países mais desenvolvidos e poderosos, se devem submeter às respectivas políticas dos países membros.

Trata-se de uma renúncia a que se chamou **transferência de soberania** dos Estados menos desenvolvidos.

Trata-se da tentativa de instaurar uma Europa concebida como um bloco político-militar, com um poder político central (estabelecido de facto ou institucionalizado) nas mãos dos países mais poderosos.

A União Económica e Monetária (UEM) (moeda única, banco central) e a integração militar (UEO) representam importante papel neste processo de natureza federalista.

Ao objectivo de alcançar a Moeda Única - que aliás é uma miragem armadilhada de consequências ainda imprevisíveis e incalculáveis - já o Governo, sem ter em conta a actual situação específica da economia portuguesa e a rigidez das imposições externas, submete Portugal a graves limitações do défice orçamental, da dívida pública e das taxas de inflação e de juros (convergência nominal).

Com a aprovação e institucionalização no Tratado de Maastricht do Pacto de Estabilidade, Portugal poderá ficar amarrado de futuro a tais orientações impostas do exterior pelo Banco Alemão, impeditivas do seu desenvolvimento económico e geradoras de desemprego, da liquidação de direitos sociais e do descartar de obrigações do Estado nos domínios da saúde, da educação e da segurança social.

Por sua vez, a integração militar (UEO), que nenhum preceito dos tratados tornava obrigatória, significa renunciar Portugal a ter a sua própria política de defesa nacional e integrem-se as forças armadas portuguesas (incluindo a orgânica, as armas, as missões) na estratégia militar e objectivos militares específicos dos países mais poderosos.

Portugal perde, neste quadro, aspectos fundamentais da sua independência e soberania nacionais e torna-se um Estado **apendicular e periférico submetido ao estrangeiro**.

Não é este, certamente, nem o presente nem o futuro que Portugal possa aceitar.

Nem tão-pouco a Europa assim concebida é um sistema final. Mais que ilusão, é perigosa aventura querer construir uma Europa federativa, com um efectivo poder político central, chame-se ou não governo, dominado pelos países mais ricos e poderosos.

Perigosa ilusão e aventura é também conceber uma Europa, potência económica, política e militar, com uma Moeda Única e forte, uma política externa e forças armadas comuns para afrontar os Estados Unidos.

Um tal projecto, a ir por diante, tem como perspectiva não a paz social e a fusão numa imaginária nação europeia, mas o desencadear de grandes lutas sociais, de explosões violentas de nacionalismos, de intervenções militares, conflitos e guerras.

O bom caminho para a Europa é o de cooperação internacional e não de um bloco político-militar.

5º

Por tudo quanto se acaba de referir, o tema proposto para este debate - «A União Europeia e a crise da independência/identidade



nacional/soberania: finis Patriae?» - tem rigorosa formulação e é de extrema importância e actualidade para Portugal.

Porque, na União Europeia, a independência e a soberania de Portugal, valores inalienáveis da nação e do Estado, estão a ser tão gravemente comprometidas que se convertem em **laços de dependência e submissão**.

Porque uma Europa política, com órgãos supranacionais, dominados pelos países mais desenvolvidos e pelos interesses dos grandes grupos económicos e das transnacionais, atinge profundamente os interesses de Portugal, trava o seu real desenvolvimento, agrava o desemprego e as condições de trabalho e de vida do povo.

Porque, por muito que insistam algumas teorizações, a União Europeia não apaga nem pode apagar a identidade das nações, antes cria novos motivos para reforçar, particularmente nos países cujos interesses são sacrificados, o amor do povo pela sua nação, pela sua pátria, e a consciência da sua identidade e dos seus direitos.

No que respeita à organização política da Europa, é imperativo lutar contra soluções que não só mantenham mas reforcem ainda mais o real e quase absoluto poder político dos países mais ricos e poderosos. Concretamente, que Portugal diga não às novas imposições supranacionais que o Tratado de Maastricht comporta.

Imperativo também lutar para que venham a prevalecer na Europa ideias e soluções de cooperação e efectiva solidariedade de Estados independentes e soberanos.

É necessário lutar no concreto para que os objectivos de **coesão económica e coesão social** não sejam letra morta desmentida pelo aumento das distâncias e por diferentes velocidades de desenvolvimento.

É necessário insistir em invocar os **interesses vitais e as situações específicas**, bem como a regra da unanimidade em questões fundamentais, princípios da livre associação e cooperação, que estão desde já a ser comprometidos e correm o perigo de perder qualquer sentido, dadas conhecidas propostas de aumento de número de votos a favor da Alemanha, França e Reino Unido em órgãos supranacionais.

Isto não basta, porém. Para assegurar o futuro de Portugal na complexa situação criada como membro da União Europeia - e (importa sublinhá-lo) é neste quadro que actualmente se impõe considerar soluções -, é um imperativo a definição e adopção de uma política que sirva os interesses e direitos nacionais, uma política de desenvolvimento económico com a sua vertente social, política de mobilização de recursos e potencialidades, de defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo em geral, de solução dos graves problemas sociais e de fortalecimento da democracia política e que Governo e Povo, reagindo contra imposições externas lesivas dos interesses portugueses, se unam na luta pela sua realização.

Conclusão referente ao tema proposto para este debate. A União Europeia não põe termo às pátrias nem ao patriotismo, antes pelo contrário, nomeadamente no que respeita a Portugal, coloca a necessidade imperativa para os portugueses de afirmarem o seu patriotismo e lutarem na defesa dos interesses nacionais, para garantir a independência e a soberania do nosso Estado-nação, da nossa pátria, da pátria portuguesa.

PIDDAC eleitoral a preços de ocasião

A inscrição em PIDDAC de largas dezenas de equipamentos sociais com verbas irrisórias é bem reveladora do propósito governamental de instrumentalizar a proposta de Orçamento de Estado com objectivos eleitoralistas.

A divulgação da proposta de PIDDAC (programa de investimentos da Administração Central) é aguardada anualmente com grande expectativa por muitos cidadãos que aí esperam encontrar dotações orçamentais que correspondam às suas reivindicações quanto a equipamentos sociais fundamentais, que concretizem muitas aspirações populares, ou que satisfaçam o cumprimento de promessas feitas às populações. Os exemplos são múltiplos: desde os bombeiros que solicitam apoios para a construção de novos quartéis, aos dirigentes associativos que reivindicam apoios à construção de instalações culturais ou desportivas para servir as populações, passando pelas populações que lutam pela construção de hospitais ou centros de saúde, de melhores acessibilidades, de mais e melhores instalações para forças de segurança.

Não admira, pois, que, sendo o PIDDAC para 98 o terceiro do Governo PS, muitos cidadãos procurem encontrar nesta proposta a inscrição de equipamentos que lhes foram prometidos para a presente legislatura, sobretudo no que se refere a áreas especialmente caren-

ciadas como os equipamentos de saúde, as instalações para forças de segurança, ou o parque judiciário. Acontece, porém, que, para além do sucessivo adiamento dos prazos de conclusão de muitos projectos inscritos em anos anteriores e do falta de inscrição de muitos outros, é bem visível no PIDDAC proposto pelo Governo o número imenso de projectos que são dotados de verbas absolutamente irrisórias, como que a demonstrar a falta de vontade política real de os concretizar no próximo ano, a par do objectivo de os inscrever como promessas que, por enquanto, não passarão disso mesmo.

É assim que, por exemplo, o PIDDAC do Ministério da Administração Interna conta com a inscrição de 92 projectos relativos a instalações para forças de segurança (esquadras da PSP e quartéis da GNR) com verbas não superiores a 5 mil contos, sendo a dotação média destes projectos da ordem dos 3 380 contos. Retirando 28 novos projectos, cuja conclusão se encontra prevista para as calendas gregas, verificamos que 64 projectos já vêm de 1997. Nestes, foram inscritos 948 322 contos para 1997, mas só foram executados 697 315. No PIDDAC para 97 previa-se que esses 64 projectos viessem a afectar em 1988 uma verba de 2 798 345 contos. Ora, a verba efectivamente inscrita é tão-só de 214 mil contos.

É assim que, para os comandos das divisões da PSP na Guarda, em Portalegre e em Vila Real estava previsto um investimento de 150 mil contos em cada

e estão apenas inscritos 5 mil contos para Portalegre, outro tanto para Vila Real e 2 mil contos para a Guarda. Para os quartéis da GNR em Aljezur, no Porto Santo, em S. Vicente, em Ponte de Lima, em Portimão e em Vila do Bispo estavam previstos 70 mil contos para cada e estão apenas inscritos 5 mil contos para os de Ponte de Lima, de Portimão e de Vila do Bispo e 3 mil contos para os de Aljezur, do Porto Santo e de S. Vicente. Ainda assim um tanto melhor que as esquadras da Brandoa, da Damaia e de Alfragide que se encontram dotadas com mil contos para cada uma.

No PIDDAC do Ministério da Justiça também há números que impressionam: o caso do tribunal de Vila Franca do Campo que, dos 156 300 contos previstos, só tem 840. Ou o caso do tribunal da Amadora, há tantos anos prometido, que dos 251 963 contos previstos, só tem 9 300.

Caso acima de todos sintomático é porém o do Ministério da Saúde. Neste, estão inscritos 105 projectos de sedes ou extensões de centros de saúde com verbas até 5 mil contos. E de entre estes, 53 têm inscrições de 2 500 contos. Será porventura importante referir que de entre os centros de saúde que estão inscritos em PIDDAC com 5 mil contos, as previsões para 1998 eram, no caso do centro de saúde de Condeixa-a-Nova, de 110 mil contos; no de Eiras, em Coimbra, de 190 mil contos; no de Esgueira, 100 mil contos; no de Lamego, 145 mil contos; no de Pampilhosa

da Serra, 80 mil contos; no de Penela, 110 mil contos; no de Pinhel, 192 mil contos; no de Resende, 115 mil contos; ou no de S. João da Madeira, 120 mil contos.

A esta lógica não escapam os hospitais distritais, nem sequer os centrais: o hospital de Cascais/Sintra, que tinha uma previsão de 200 mil contos, tem uma inscrição de 25 mil. O hospital distrital de Lamego que tinha uma previsão de 500 mil contos, tem uma inscrição de 50 mil. E até o hospital central de Todos-os-Santos que tinha uma previsão de um milhão e trezentos mil contos, conta com uma inscrição de 25 mil.

O objectivo destas inscrições é mais que evidente: perante justas reivindicações das populações, que exigem melhores condições de acesso aos cuidados de saúde, que exigem mais segurança e tranquilidade, que reivindicam equipamentos que possam satisfazer necessidades sociais básicas, o Governo não dá resposta, mas inscreve no PIDDAC meras simulações para consumo eleitoral.

Não faltarão assim candidatos do PS às próximas eleições autárquicas, de braço dado com membros do Governo e governadores civis, a atestar o cumprimento de promessas com base em inscrições em PIDDAC, cujos montantes terão o cuidado de omitir. Por isso, caro leitor, se ouviu dizer que o Governo vai construir esquadra da PSP, quartel da GNR ou centro de saúde perto de si, à cautela, consulte a lista.



■ António Filipe

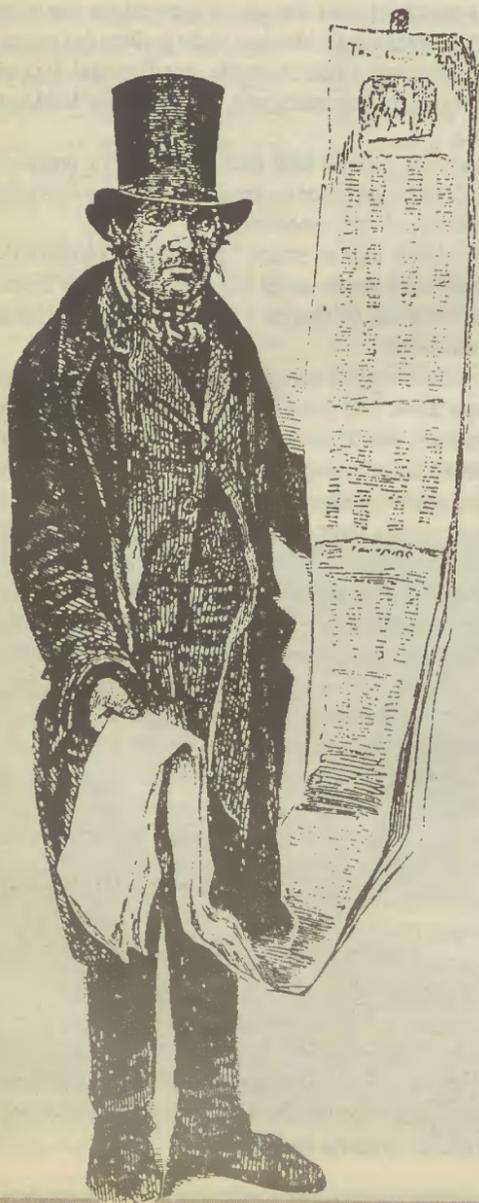
Saúde e segurança em promoção

Lista das localidades contempladas em PIDDAC com equipamentos de saúde ou de forças de segurança cuja inscrição é de montante igual ou inferior a 5 000 contos

Esquadras da PSP - Braga, Guarda, Lagos, Portalegre, Setúbal, Vila Real, Ponta Delgada, Horta, Alto do Lumiar, Benfica, Aldoar, Bela Vista, Vila do Conde, Alfragide, Caldas da Rainha, Caniço, Costa de Caparica, Covilhã, Damaia, Estreito de Câmara de Lobos, Lagoa, Nordeste, Olaias, Porto Santo, Ribeira Grande, Torres Vedras, Valadares, Vila Franca do Campo e Brandoa.

Quartéis da GNR - Aveiro, Cinfães, Ança, Covilhã, Aljezur, Aljustrel, Almansil, Alvor, Amares, Arcozelo, Armação de Pêra, Arruda dos Vinhos, Atouguia da Baleia, Bragança, Bustos, Chamusca, Charneca de Caparica, Condeixa-a-Nova, Eriçeira, Esmoriz, Estremoz, Ferreira do Zêzere, Figueira dos Cavaleiros, Gafanha da Nazaré, Gerês, Gonçalo, Joane, Juncal, Lordelo, Loulé, Mafra, Malveira, Mangualde, Mogadouro, Pampilhosa da Serra, Penalva do Castelo, Pernes, Pinhel, Ponte de Lima, Portimão, Porto Santo, Reguengos de Monsaraz, S. Domingos de Rana, S. Vicente, Santa Iria de Azóia, Santa Maria da Feira, Silvares, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Soure, Souselas, S. Manços, Taveiro, Tocha, Vale de Cambra, Viana do Alentejo, Vieira de Leiria, Vila do Bispo, Vila do Conde, Vila Real de Santo António, Vila Verde, Vilamoura e Vouzela.

Centros de Saúde ou extensões - Castro Marim, Monchique, S. Brás de Alportel, Alferce (Monchique), Almansil (Loulé), Alte (Loulé), Altura (Castro Marim), Azinhal (Castro Marim), Boliquireme (Loulé), Cabanas (Tavira), Cardosas (Portimão), Conceição (Faro), Guia (Albufeira), Moncarapacho (Olhão), Montenegro (Faro), Odeceixe (Aljezur), Pechão (Olhão), Salir (Loulé), Santa Luzia (Tavira), Tunes (Silves), Amieira (Portel), Azaruja (Évora), Alpalhão (Niza), Alqueva (Portel), Fortios (Portalegre), Vimieiro (Arraiolos), Praia de Mira, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Eiras (Coimbra), Esgueira, Lamego, Mantegais, Oliveira de Azeméis, Pampilhosa da Serra, Penalva do Castelo, Penela, Pinhel, Resende, S. João da Madeira, S. Pedro do Sul, Sever do Vouga, Vagos, Figueira de Castelo Rodrigo, Pombal, Dr. Arnaldo Sampaio - Leiria, Vila de Rei, Viseu Norte, Bunheiro (Murtosa), Caramulo (Tondela), Martingança (Alcobaça), Pardilhó (Estarreja), Salreu (Estarreja), Vila Carvalho (Covilhã), Coja (Arganil), Paião (Figueira da Foz), Chamusca, Golegã, Lourinhã, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Póvoa de Santa Iria, Cadaval, Miratejo, Vale de Amoreira, Alcabideche (Cascais), Alferrarede (Abrantes), Alverca (Vila Franca), Alviobeira, Casais (Tomar), Charneca, Couço (Coruche), Moinho (Almada), Olalhas (Tomar), Sabacheira (Tomar), Santa Maria, Tramagal (Abrantes), Boticas, Mondim de Basto, Amares, Alijó, Delães (V.N. Famalicão), Leça da Palmeira, Miranda do Douro, Montalegre, Ponte de Lima, Vila do Conde, Vila Pouca, Vila Real II, Vimioso, Vizela, Arões-S. Romão (Fafe), Campeã (Vila Real), Forgães (Esposende), Paço de Sousa (Penafiel), Pinhão (Alijó), Prado (Vila Verde), Rossas (Vieira do Minho), Ruivães (Vieira do Minho), Silvares-Regadas (Fafe), Tangil (Monção), Travassós (Fafe), Urgezes (Guimarães), Vila Franca (Darque) e Vila Meã (Amarante).



Somos jovens e vimos dizer-te que o mundo se transforma e a vida muda

JCP
18
anos

O lembrar de histórias, percursos, factos de uma vida, é uma forma também de assinalar aniversários, (re)pensando caminhos percorridos.

Num momento em que a JCP comemora, por todo país, a sua criação, há 18 anos, aqui alinhamos alguns dados, momentos da vida da organização dos jovens comunistas.

Dados que, mesmo numa muito rápida e superficial abordagem, reflectem quer uma evolução de preocupações e lutas em função da mudança das realidades sociais e políticas quer uma interligação entre actividades que se desdobram em várias áreas. Com algumas preocupações centrais - intervenção e luta, reforço da organização, empenhamento também no plano internacional e de solidariedade

"Portugal de Abril, no trabalho na escola e na vida" é o lema do Encontro Nacional em que nasce a Juventude Comunista Portuguesa, em 1979. Um encontro que reuniu delegados da União da Juventude Comunista (UJC) e União dos Estudantes Comunistas e levou à fusão das duas organizações.

O Manifesto à juventude, então divulgado, traduzia simultaneamente o empenhamento na luta dos jovens comunistas e, naturalmente, a realidade histórica da altura. Uma ligação que percorre a vida e acção da JCP. Com um fundo sempre comum - bem presente neste primeiro manifesto - *somos jovens e vimos dizer-te que o mundo se transforma e a vida muda. Que a luta e a unidade, removem barreiras que há partida muitos dizem intranponíveis.*

Esta a linha que irá percorrer o desdobrar das diversas - e interligadas - frentes da actividade da JCP, ao ritmo da história do nosso país.

Quando do primeiro Congresso, em Maio de 1980, a Carta à Juventude referia quer preocupações bem actuais, como o desemprego, discriminações salariais, os problemas no ensino e saúde, a "cultura ser mercadoria", quer a "fúria destruidora da Reforma Agrária", que então se vivia, e que na verdade levou à sua prática liquidação.

Em 1986, enquanto se preparava o encontro nacional sobre o ensino secundário, as prioridades da JCP aliavam, a questões como o desemprego, a necessidade de dignificação do ensino, o direito à saúde, exigências de efectivo apoio aos jovens agricultores, a defesa do ambiente e da paz.

Vivia-se então uma fase de iniciativas múltiplas pela paz e de solidariedade, com destaque para o festival "Amar o Tejo, Viver a Paz" e o XIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes.

O Manifesto lançado em 1996 - "Vivemos a transformar a vida" - em que se defende uma "atitude transformadora", é o reafirmar das ideias iniciais, numa situação bem diversa, quer no plano nacional quer internacional. Uma luta que se desenvolve de par de muitas outras e para a qual se apela à participação dos jovens, numa acção revolucionária denunciadora da incapacidade de soluções do sistema capitalista.

Por uma educação de qualidade Pelo direito ao trabalho

Uma educação de qualidade para todos e os direitos dos jovens trabalhadores são exigências sempre presentes na luta e nas iniciativas promovidas pela juventude comunista.

À denúncia de uma política educativa degradante ao longo dos anos 80 viriam suceder-se manifestações de massas, em particular contra o sistema de *numerus clausus* e contra as propinas.

Em Outubro de 1986, o Encontro Nacional do Ensino Secundário sublinha a necessidade de se pôr termo à "superlotação das escolas, à falta de equipamento escolar, ao alto custo do ensino, à ausência de um apoio social escolar justo, a um 12º ano desnecessário e

selectivo, à falta de professores e pessoal auxiliar e à extensão exagerada dos programas". Problemas que, no fundamental, se mantêm.

Em Fevereiro de 1992, a JCP propõe um amplo debate nacional sobre o acesso ao ensino superior. Ganha, entretanto, particular expressão e força a luta contra o aumento das propinas. O Dia Nacional do Estudante de 1994 é assinalado com acções de protesto e luta por todo o país, contra a política educativa do governo, por uma reforma do sistema educativo.

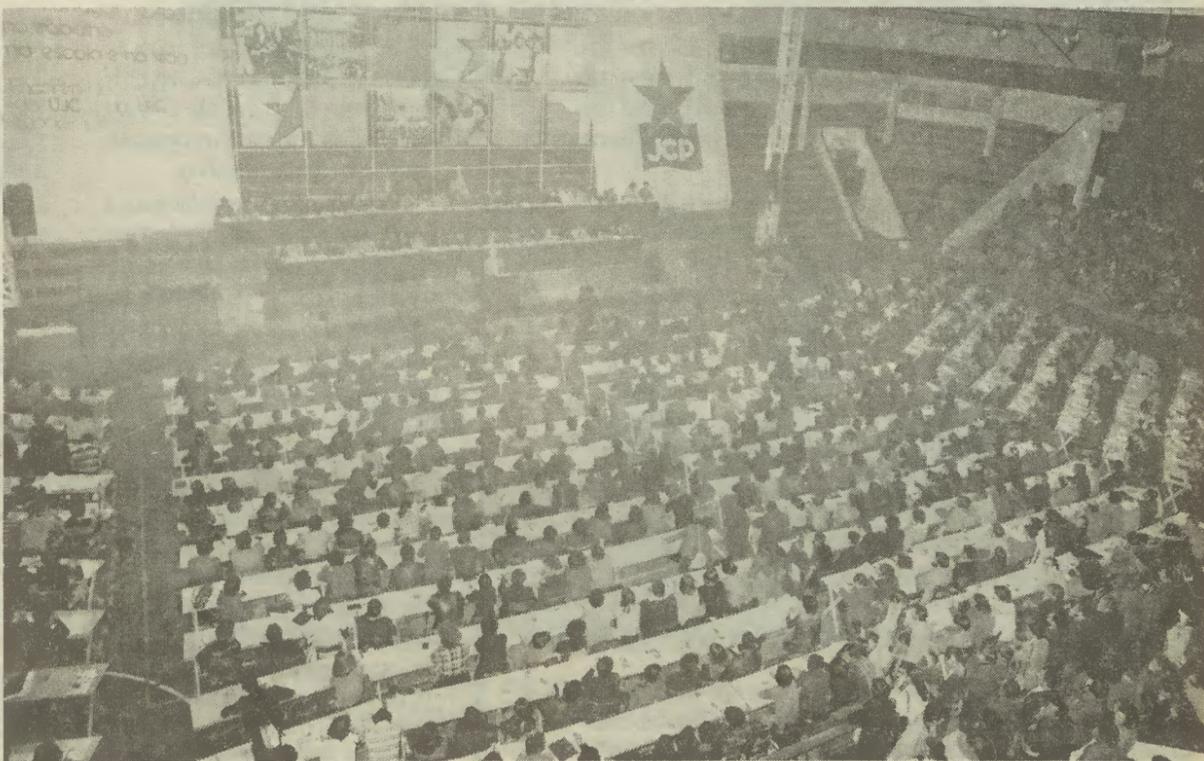
Em 1996, desenvolve-se a Campanha da JCP, *Por uma Educação Pública, Gratuita e*

de Qualidade, em que nomeadamente se defende a eliminação gradual do *numerus clausus*, atribuição das necessárias capacidades ao ensino técnico e superior, avaliação e melhoria das formações, gratuidade de todos os graus de ensino. A "paixão" do PS pela educação não o tinha chegado a ser.

O direito ao trabalho surge como a grande reivindicação dos jovens trabalhadores.

Em 1981, numa iniciativa conjunta com a Federação Mundial da Juventude Democrática (FNJD), realiza-se em Portugal o seminário internacional "A Juventude pelo Direito ao Trabalho". Os números do desemprego tinham então disparado (na OCDE - 7 milhões de desempregados em 1973 e 25 milhões em 1980).

Hoje, esta reivindicação mantém toda a sua actualidade. Em 1994, na Festa do "Avante!", a juventude comunista lança a campanha "Sem emprego nada feito" e põe o dedo numa ferida particularmen-



te sensível - o trabalho infantil, "mais um sintoma da sociedade desequilibrada e injusta em que vivemos - um oásis para os exploradores e oportunistas".

Paz, solidariedade, convívio e festa

O Festival "Dêem uma oportunidade à paz", realizado em Julho de 1983, e que juntou em Tróia, ao longo de uma semana de animação e convívio, milhares de jovens de todos os pontos do país, surge como um dos momentos significativos de jornadas unitárias pela paz, em que a JCP teve decisiva participação.

Um projecto que se inseriu em todo um conjunto de iniciativas de convívio e amizade, dos festivais de canção juvenil aos acampamentos "pela paz e a amizade", passando pelo festival "Amar o Tejo, Viver a Paz", que mobilizaram milhares de jovens na área de Lisboa.

Encontros juvenis muitas vezes articulados com acções de solidariedade, com destaque, de par de Cuba, das iniciativas de apoio à luta e divulgação da situação em Timor-Leste.

Na Festa do "Avante!" de 1995, a JCP coloca Timor na Rede, criando na Internet uma *home page* bilingue dedicada à situação do povo maubere. Uma iniciativa que se vem somar a múltiplas outras formas de solidariedade.



O seminário internacional "A Juventude pelo Direito ao Trabalho", foi uma das iniciativas promovidas, em Portugal, com a FMJD. Em 1995, realiza-se no nosso país a Assembleia Geral desta organização, organizada pela JCP. Em 1982, a JCP é eleita para a vice-presidência da FMJD

EM FOCO

Saleiro, a honra e o silêncio

Na semana que passou, a assumida passeata de Guterres em apoio de Saleiro (e de Judas) foi um passo de gigante na clonagem de Cavaco - uma cópia fatela do essencial das políticas, do estilo e dos vícios do timoneiro de Boliqueime; mas pergunta-se: dados os factos e previstas as consequências, que outra coisa seria de esperar?

Guterres optou decididamente por vir em socorro dos seus dois correlegionários, e particularmente em apoio do comissário político do Governo e do PS no Distrito de Beja, e tal facto não é imputável, como tentaram fazer constar alguns escribas da rosa, a quaisquer desagradáveis circunstâncias de agenda. Reconheça-se à direcção "guterrista" a agilidade politiquêira de não estar presa a semelhantes "miudezas".

O "comando" integrado PS/Governo decidiu fazer constar, gerindo entretanto uma certa incomodidade de fachada, que Saleiro "jurou por sua honra" estar inocente da matéria em que está a ser investigado pelas autoridades judiciais por "indícios de corrupção passiva, abuso de poder e simulação de documento autêntico" e decidiu que semelhante jura lhe basta para que o referido senhor não seja demitido ou sequer suspenso das suas funções até ao apuramento da verdade.

Não parece ser necessário argumentar que já à mulher de César se exigia que parecesse séria, o que não é obviamente o caso, mas parece óbvio que, mantendo-se Saleiro em funções, resulta legítimo suspeitar de todas as conivências, de todos os "links" Governo/PS/interesses, resulta a perplexidade pela eventualidade de alguém no Governo poder tentar condicionar o caminho da justiça e resulta uma inaceitável opacidade que atinge não apenas o PS e o seu Governo mas o próprio regime democrático.

Mas então porquê? Por que raio esta decisão de Guterres em conflito frontal com o que disse do "cavaquismo" e rasgando uma das suas promessas mais propaladas - a da "transparência"?

Solidariedade e lealdade não são qualidades, nem comuns nem profícuas, nesta Direcção do PS, mas é significativo que Saleiro acompanhe Guterres nas listas para a Comissão Nacional e Comissão Política desde Fevereiro de 1992, quando Jorge Sampaio foi afastado da liderança em resultado da convergência de dirigentes e interesses próximos de Guterres e da "Opus Dei", com outros mais próximos de Soares, de Macau e da "Maçonaria".

Saleiro, um confesso "Soarista", estava então à beira (Público 10.10.97) de se envolver com a "Semblana Golfe", projecto opaco de uma mirífica "China Town" em Almodôvar, investimento turístico de luxo, incluindo um casino, e com ligações ao *offshore* da Ilha de Guernsey e a Macau, praças fortes do branqueamento de capitais e de operações financeiras de licitude duvidosa.

Tinham já passado uns anos desde que em Macau - por onde passou uma boa parte do actual Governo, incluindo Jorge Coelho - António Vitorino (Só Visto 11.09.97) teria sido o operacional do desvio de 200 000 contos pelo tempo suficiente para ajudar o cerco de Mário Soares à direcção Vítor Constâncio do PS, que se rendeu pela fome.

Em 1992, já Vitorino teria adquirido um terreno em Almodôvar e já Xavier Xufre era proprietário de um caríssimo apartamento em Quarteira (Público 30.10.97), já Roque Lino aparecera citado no negócio de armas (Diário de Lisboa 27.06.84), ainda o PS, de Soares para Guterres, alimentava uma relação de grande intimidade com a UNITA, mas ainda não estariam compradas as propriedades no traçado previsto da auto-estrada do Sul (Tal e Qual 24.10.97), nem consumados mais uns tantos negócios com estes e outros antigos e actuais dirigentes do PS.

Nem João Cravinho era ministro, para poder reter no seu gabinete 14 meses o inquérito do IGAT, carregadinho de gravíssimas ilegalidades cometidas pela gestão Saleiro no Município de Almodôvar.

Nem Saleiro era procurador do arrendamento da sigla do seu Partido em Mértola, para que Champalimaud concorresse à Câmara por interposto agente.

Nem se punha à Direcção "guterrista" do PS a questão de segurar até às eleições todas as clientelas, para poder depois recauchutar o Governo e afins, em busca da famigerada "maioria absoluta".

Quando hoje o Governo da República persiste em Saleiro como seu representante em Beja em conflito com a mais elementar ética democrática, quando mesmo perante a incredulidade de muitos socialistas se assiste ao corrupto de conivências e beija-mãos de tantos dirigentes do PS, com o Primeiro-Ministro à cabeça, quando algumas das coisas que se escrevem nos jornais sobre Saleiro, nas entrelinhas ou nem tanto, configuram actividades próximas da associação criminosa, coloca-se a questão de dar um nome a estes códigos de honra e de silêncio.

E ainda há quem duvide da utilidade duma "operação mãos limpas".

■ Carlos Gonçalves

Crónica do Nordeste

■ José Brinquete

Um cristão que foi abade Um homem progressista...

Francisco Manuel Alves zurziu forte e cheio na igreja que serviu até ao fim. Em 16 de Novembro, assinala-se o 50º Aniversário da sua morte. O Abade de Baçal, figura de relevo da nossa cultura, teve um percurso e deixou uma obra que merece ser referida.

Um dia falaremos da geografia humana desta região. Hoje, pretendemos abordar traços de quem soube, através da recolha e do estudo, dar a conhecer aspectos históricos e etnográficos deste Nordeste Transmontano.

Os fariseus que continuam a existir em abundância, tentam, com as comemorações programadas, apanhar boleia duma figura que não tolerava atitudes conservadoras e retrógradas e cultivava o espírito científico.

Referimo-nos nomeadamente à Câmara Municipal de Bragança e por consequência à força política que a suportava, o PS. Nos 8 anos de mandato, nunca foi atribuído o pelouro da cultura. Só por si, este facto, diz bem da sensibilidade cultural destes autarcas e do seu Partido.

Esta maioria não conseguiu ter opinião, em devido tempo, acerca da polémica intervenção no Museu Abade de Baçal, nem tomou qualquer iniciativa, digna desse nome, no sentido de valorizar, divulgar e projectar a obra do Abade: a não ser, colocar, de forma desgarrada, uma placa em 10/06/94, na parede exterior da casa onde viveu, trabalhou e morreu o Abade, na aldeia de Baçal. Esta placa encontra-se, hoje, completamente tapada por plantas que cobrem boa parte do edifício, estando este em adiantado estado de abandono e degradação.

Ainda em relação às comemorações que irão decorrer este mês, vale a pena referir que, logo no início do ano, o Forum Nordeste tentou organizar as comemorações com a participação das forças vivas, com vista à projecção da figura e da obra do Abade, no distrito e no país.

Estes esforços não tiveram êxito dado a intervenção do Governador Civil que chamou a si, duma forma pouco ética, a liderança do processo.

As comemorações programadas estão à partida feridas de isenção e vão certamente ter o aproveitamento partidário, tão ao gosto do Partido Socialista (não esquecer que estamos em período pré-eleitoral).

Estas referências às limitadas ambições que os organizadores sujeitaram esta importante efeméride de cunho vincadamente cultural e científico servem, tão-somente, para situar o contexto das políticas culturais existentes na nossa região.



O propósito desta crónica era e é falar da importância da figura do Abade de Baçal daí e sem mais delongas devemos retomar o fio à meada.

O Abade de Baçal é, sem dúvida, a grande figura cultural de Nordeste, que urge ser conhecido pelas novas gerações.

Francisco Manuel Alves criticou duramente os membros da sua igreja.

Por várias vezes, quer em cartas dirigidas a amigos como as publicadas com prefácio de Hírdino Fernandes, e dirigidas a José Montanha, ele aponta o dedo a muitos dos responsáveis da Igreja, nomeadamente, quando relativamente à publicação do Volume V afirma «ao falar na inquisição tenho fatalmente de azorregar, não a Igreja... mas uns tantos bispos que foram inquisidores, homens fanáticos e perversos que com um falso zelo comprometeram tudo. Esses, esses malandros é que foram os da culpa. Informo que seguramente fico a mal com alguns fanáticos actuais e com alguns parvos bispos».

Quer, ainda, no prólogo ao volume V, onde faz uma análise extremamente lúcida às várias igrejas e religiões, deixando claro que sendo membro da igreja é ao mesmo tempo altamente crítico em relação aos elementos mais conservadores que a dominam.

Mas, o Abade de Baçal foi também crítico de Salazar e do seu regime. Numa carta enviada a José Montanha, de 22/10/41, diz a certa altura: «El tiu Salazar tem cada lembradura! Esta de pôr a dançar o povo cansado de dançar, há tanto tempo, o fado da fome...» ou ainda quando mais à fren-

te afirma: «qual será o dia que o povo, cansado de dançar o crónico fado da fome, pega de dançar a CARMAG-NOLA (!)».

O Abade de Baçal estabeleceu fecunda amizade com Abel Salazar

cientista de relevo e figura da República.

Para a amizade com Abel Salazar contribuiu Raul Teixeira, como fica expresso no estudo, da correspondência de Raul Teixeira para Abel Salazar, elaborado por José Rodrigues Monteiro, publicado em separata do Boletim «Amigos de Bragança»; de Abril de 1985.

Essa relação aprofundou-se tanto na recolha de peças para o «seu» Museu Regional como na oferta de obras do próprio Abel Salazar, nomeadamente pinturas que estando expostas até muito recentemente, hoje encontram-se guardadas, esperando, ao que nos dizem, pela conclusão da 2ª fase das obras do Museu para voltarem a ser novamente expostas. Aguardamos para verificar se é verdade.

Homens como os professores José Leite de Vasconcelos, Jorge Dias, Abel Salazar (já aqui tratado), Egas Moniz e tantos outros deixaram dos seus encontros com o Abade relatos impressionantes da sua profunda surpresa e admiração que lhes causou aquele homem simples, de uma humildade natural, mas que irradiava uma personalidade fortíssima e um carácter de homem bom.

Francisco Manuel Alves é, sem dúvida, um homem progressista, inconformado e preocupado com as grandes questões da sua época.

Lutador incansável na defesa do regionalismo, não com os contornos actuais da regionalização, mas ainda com uma visão estratégica da necessidade de afirmação da identidade cultural da Nordeste Transmontano.

O problema da terra e uma perspectiva cristã

■ F. Dias da Costa

Por obsequiosa atenção de um dos seus membros, foi-nos possível a leitura do documento da Comissão Diocesana Justiça e Paz (Arquidiocese de Évora) produzido já em meados do ano corrente e no qual é encarado, nas suas correlativas implicações sociais, *O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e A Componente Agrícola e o Desenvolvimento Regional a partir de Uma Perspectiva Cristã*.

O referido documento, dada a sua origem e sobretudo por isso, revela-se simpático. E a sua publicação e difusão, se bem entendemos, reveste-se de um intencional mérito: o de claramente deixar sentir, dentro dos actuais condicionalismos da Sociedade Portuguesa, a necessidade de um novo estatuto jurídico para a terra; para o *fundus* português. E para que dúvidas não houvesse, a referida comissão, confortando a posição tomada, socorreu-se mesmo da encíclica de Paulo VI *Octogésima Adveniens*, nº 43 onde se diz: «Tem de ser instaurada uma maior justiça pelo que se refere à repartição de bens. E, defendendo a necessidade de um Programa de Desenvolvimento Integrado, a d e r t e : « T e n h a m porém o cuidado de associar as iniciativas privadas e os organismos intermédios. Assim, evitarão o perigo de uma colectivização integral ou de uma planificação arbitrária que, privando os homens da liber-

dade, poriam de parte o exercício dos direitos humanos». (*Populorum Progressio*, nº 3).

Porém e como resultante da perspectiva já atrás concretizada e a partir da qual os ilustres comissionados entenderam cumprir a sua comissão, expressa logo na capa do folheto, verificamos que um documento de onze páginas e texto nada denso, não fica por aí e recorre variadíssimas vezes (vinte?) a citações parciais de encíclicas e escritos sagrados. Quer dizer, todo o documento gravita à roda das cartas papais que em tempo nenhum se mostraram concludentes e muito menos fecundas, a obter as soluções dos problemas sociais levantados pela posse e uso da terra. Não passam de recomendações. Muitas vezes de textos discretos, dúbios mesmo, e de concelhos sem consequências práticas. O capítulo 7 do Doc., que é o último e avulta em importância e actualidade, visa precisamente o *Reordenamento Fundiário* – talvez o mais grave problema em que se debate o País, e sobretudo, o Alentejo – e é quase todo ele preenchido com textos das encíclicas *Gaudium et Spes*, *Laborem Exercens*, *Mater et Magistra*, *Pacem in Terris*, *Sollicitudo Rei Socialis* e *Octogésima Adveniens*.

Não vamos esconder que nos referidos textos há afirmações que qualquer pessoa bem formada e amante de Justiça e da Paz não enjeitaria subscrever. Mas, digamo-lo também, pecam por defeito. À Igreja exige-se muito mais, ela deve muito mais. É preciso não esquecer que a Igreja católica está desde há longos, longos séculos, acorrentada aos interesses materiais dos poderosos. E, especialmente, aos interesses dos latifundiários – aqueles de quem depende a maior

massa, e a mais fraca e desprotegida, da população do Globo. E foi com vista a esta que a Comissão Diocesana J. e P. se pronunciou e invocou os textos papais. Mas as boas palavras das encíclicas em nada alteraram nunca a injusta condição dos camponeses pobres. Nelas não são apontadas soluções frontais, bem definidas, incontornáveis. Nas quais ela própria, Igreja, se empenhe e ponha em jogo toda a sua autoridade e poder. Certo que a Comissão Diocesana Justiça e Paz, a quem contemplamos, não é propria-

mente sempre árduo e perigoso? Não vão eles perante o texto da C. D. Justiça e Paz, sentir-se gravemente ofendidos, vexados e injustiçados? Também e C. D. J. e P. não atendeu a que, sem dúvidas para ninguém, é entre os 85% de baptizados em Jesus Cristo que se contam os donos da terra. Não se compreende assim que não cumpram os mandamentos cristãos e deixem por resolver o grave problema de que são os causadores e cuja injustiça parece lamentarem. Choca-nos por outro lado que, na sua intervenção, a C. D. J. e P. não nos tenha dito o que pensa das escandalosas indemnizações que imoralmente vão ser oferecidas a quem a seu bel-prazer, com gravíssimo prejuízo e afronta para todo o Povo Português, dispõe do agro-pátrio. Sujeitando a propriedade a um regime muito mais gravoso e absoluto que o praticado na Idade Média.



A sua obra, constituída por 11 volumes, aí está para provar o profundo e vasto trabalho realizado pelo Abade de Baçal.

Nem mesmo a crítica de alguns de que a sua obra não tem suficiente sistematização desvaloriza a sua reconhecida importância e mesmo a sua originalidade, no contexto da nossa região.

Aliás, se nos recordarmos nas condições que realizou todo este trabalho de recolha e investigação, numa pequena aldeia do concelho de Bragança sem meios de comunicação incluindo o telefone que só chegou em 1956, nove anos depois da sua morte, e a estrada de asfalto só depois do 25 de Abril de 1974 e, por outro lado, sem apoios para uma investigação aplicada, então teremos de valorizar ainda mais toda a sua obra.

Neste momento, as obras completas encontram-se esgotadas, daí que o anúncio da sua reedição ser uma agradável notícia destas comemorações.

Finalmente, devemos acrescentar que esta crónica não pretende tratar de forma exaustiva e com toda a dignidade que o Abade merece toda a dimensão da sua obra. Ela pretende tão-somente chamar a atenção de alguns aspectos centrais do percurso e da figura do Abade. Gostaríamos, sinceramente, de ver o tema abordado com maior profundidade, por outros que o farão melhor que nós.

Entretanto, aproveitamos para referir, porque oportuno, a edição, recente, de um livro de Adérito Branco sobre «Abade de Baçal Vida e Obra» pois este título poderá ser um apoio, útil, aos que quiserem fazer uma primeira aproximação à obra do Abade.

O PCP, na sua 2ª Conferência Democrática sobre Trás-os-Montes e Alto Douro, realizada em Mirandela, em 16 de Junho de 1996, refere como vultos culturais transmontanos, nomeadamente, Miguel Torga e o Abade de Baçal, precisamente porque só podemos perspectivar o futuro conhecendo o passado e quem dele deixou marcas indeléveis para o porvir.

(1) Dança Revolucionária. De CARMAGNOLA, cidade de Piemonte, designa ainda certo tipo de vestuário usado pelo povo durante a Revolução Francesa, bem como um cântico revolucionário anónimo muito em voga durante o terror e proibido por Bonaparte.

mente a Igreja. Mas é uma emanção dela. Um órgão oficioso da Igreja. Um canal que dela deriva. Um braço e uma voz, se quisermos.

Não deixaremos, para maior clareza, de transcrever, da última página do sempre referido Doc., algumas linhas ingénuas e confusas: «E porque o que está em causa é uma noção de desenvolvimento que, conservando a acentuação do aspecto socioeconómico, «aparece também como expressão moderna de uma dimensão essencial da vocação do homem» (*Sollicitudo Rei Socialis*, nº 30) cuidar que estes problemas sejam resolvidos é uma obrigação particular dos baptizados em Jesus Cristo que somos cerca de 85% da população da região» (entenda-se, Alentejo). Perdoem-nos o à-parte: há algum destes 85% de alentejanos que tenha sido consultado sobre a sua vontade de ser ou não baptizado? Há ao menos algum que tivesse consciência do acto de ser baptizado? Há, por acaso, algum que se lembre da cerimónia? Que idade tinha e o que fazia quando ela aconteceu?

Não podemos compreender, nem aceitar, que a respeitabilíssima Comissão Diocesana reserva somente para os alentejanos baptizados em Jesus Cristo o privilégio de constituir-se na obrigação de cuidar que os problemas dimanantes da posse e uso da terra se resolvam. E os alentejanos não baptizados? E aqueles, alentejanos ou não, famintos ou não, que foram até ao estoicismo de entregar as suas vidas, na luta tremendamente desigual, pela solução desses problemas, o que diriam se pudessem ler o «nosso» Doc.? E os que lhes continuam dignamente o

De *Uma Palavra Final*, fecho do documento a que nos reportamos, transcrevemos o seguinte parágrafo: «Um dia Jesus foi à cidade de Nazaré, entrou na Sinagoga e preparou-se para fazer a leitura. Deram-lhe o livro do profeta Isaías que ele abriu na passagem onde está escrito «O Espírito do Senhor Javé está sobre mim porque Javé me ungiu. Ele enviou-me para dar a boa notícia aos pobres, para curar os corações feridos, para proclamar a libertação dos escravos e pôr em liberdade os prisioneiros, para proclamar o ano da graça de Javé...» (S. Lucas 4, 18-20)». Vê-se que Deus (Javé) foi generoso e justo e que Isaías cumpriu o mandamento. Mas já lá vão dois mil anos e o resultado do mandamento divino «a boa notícia aos pobres» ainda não chegou. Por culpa de quem? Certamente de todos os alheados do que se passa no mundo. Incluída a Igreja de Javé que se fica pela ostentação e pelas boas palavras. Mas finalizemos e, sem celebrar Mani, lembrando à respeitável Comissão D. Justiça e Paz (de Évora) que, perante o problema por ela tão tibiamente considerado, só há duas posições. A do Bem e a do Mal. De um lado os que querem o bem comum, do outro os que se satisfazem com o seu bem individual e individualista. E foi por isso que S. Jerónimo acusou um dia: o opulento é criminoso ou filho de criminoso. Parecerá excesso. Mas, na boca de um Santo, é perdoável e convence. E foi talvez nesse dia que estalou a guerra entre pobres e ricos. Que só terminará, segundo os doutos em profecias, com a chegada do Fim dos Tempos (maus Tempos). Com a instauração, que estará para breve, do reino da Igualdade e da Fraternidade.

PONTOS CARDEAIS

As preocupações do FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) está «preocupado» com os gastos na Saúde em Portugal, considerando que o regime de reformas dos trabalhadores do Estado é muito «despesista», pelo que deve aproximar-se do regime privado (com reformas mais baixas). Para além disso, o FMI considera que Portugal «deve» garantir uma «flexibilidade maior no mercado de trabalho». Estas novidades vieram a público pela primeira vez graças à autorização expressa do Governo de António Guterres, que parece assim apostado em mostrar como é um ouvinte atento dos ditames do FMI. Curiosamente, este não se mostra tão reverente para com o actual Governo português, ao acrescentar que o crescimento real do PIB para 1998 está «inflacionado» pelo Executivo do PS - que o situa em 3,8 por cento -, advertindo que não passará dos 3,5%... Ora toma.

Entretanto fica a pergunta: Por que decidiu o Governo mostrar «pela primeira vez» estes relatórios do FMI? Será para caucionar a execução destas «vontades» dos senhores do dinheiro mundial?

Jardim e os pedófilos

É sabido que se a coisa mete Alberto João Jardim, não há improbabilidade que valha. Num discurso «às massas» da sua chafarica, o homem agora descobriu que as denúncias recentemente surgidas e desencadeadas por uma deputada belga, Nelly Maes, e transmitidas pela RTP, sobre a actuação de uma rede de pedófilos na Madeira «é uma cabala». Apesar dos vídeos mostrando os crimes em flagrante, das crianças madeirenses identificadas nesses filmes e da prostituição infantil que há anos se pratica às claras no Funchal, João Jardim não sabe de nada, não vê nada e só acha que não passa tudo de uma cabala em

época pré-eleitoral. O delírio vai ao ponto de identificar Nelly Maes como uma «deputada de esquerda» - quando a senhora até pertence a um agrupamento nacionalista, claramente de direita - e de acusar os jornalistas de terem «sonogado» as cassetes denunciadoras às autoridades policiais e judiciais. Mas não são apenas os jornalistas que vão na onda de Jardim: para ele, «a Bélgica e a Holanda não são capazes de exigir às suas autoridades que prendam os delinquentes e estão a deixá-los vir para outras zonas». Não há nada a fazer, o homem não tem conserto.

As «primas-donas»

Numa repolhuda entrevista ao *Diário de Notícias*, o ex-ministro cavaquista da Administração do Território, Valente de Oliveira, tem, às tantas, umas afirmações

curiosas. Falando do seu passado de governante, afirmou que «numa equipa, as pessoas têm de entender que a própria vida da equipa pode ser perturbada por manifestações de excessivo protagonismo pessoal. Na gíria política, isso costuma chamar-se comportamento de prima-dona. Só que na política as primas-donas são fatais, na ópera são óptimas. Espero ter tido sempre um sentido de responsabilidade dentro da equipa e nunca me escusei a dizer as minhas opiniões, mas nunca AS IMPUS». Perante isto, o jornalista perguntou se «alguma dessas primas-donas de que se queixa esteve no governo de Cavaco e é hoje candidata autárquica em Lisboa, ao que Valente de Oliveira respondeu com um significativo «Não interessa». Pois não. Sobretudo não interessa candidatos autárquicos que olham à volta e só vêem espelhos.

Modéstia bancária

Pela boca do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, Portugal anunciou em Bruxelas que não tenciona apresentar candidato à presidência do futuro Banco Central Europeu (BCE), o tal que, quando vier o euro (se vier...), vai mandar no dinheiro de toda a Comunidade Europeia. Acha o ministro que «não vamos correr atrás do falso tema (portanto estar presente na direcção do BCE é um «falso tema»), quando o que está em causa são outras questões». Provavelmente relacionadas com a subserviência. A mesma que levou Jaime Gama, na mesma ocasião, a considerar «apropriado» que a Grã-Bretanha esteja presente, com lugar cativo, no tal directório do Banco Central Europeu, mesmo não integrando a moeda única... Isto porque, ainda segundo este compreensivo ministro dos Negócios Estrangeiros, «o Reino

Unido é um país muito importante e nós queremos que a libra tenha uma relação cooperativa com o euro»... Claro: o que é preciso é salvaguardar os interesses britânicos. Quanto a Portugal, não há que «correr atrás de falsos temas»...

Droga nos EUA

Segundo o próprio departamento da Casa Branca de política nacional sobre o controlo de drogas, os norte-americanos gastaram em 1995 cerca de 57300 milhões de dólares na compra de drogas ilegais: cerca de 38 mil milhões de dólares foram gastos na compra de cocaína, 9600 milhões em heroína e 7000 milhões em marijuana, «sobrando» 2700 milhões de dólares para outras drogas ilegais. Com um volume de negócios desta envergadura, como é admissível acreditar que o governo dos EUA está interessado em combater este flagelo planetário?

PONTOS NATURAIS

Mário Castro

Clarões

Viagem

Agência de viagens: tentação do mais fundo de nós para ir até onde os astros são lá na distância fria a matéria mais íntima da voz da poesia.

Mas nem isso me atrai. Nem Himalaias. Nem aqueles azuis das Caraíbas ou Hawai. Olhem que nem Seychelles!

Uma viagem só me chama aqui: a viagem para ti.

Mas em nenhuma agência vi um programa já feito. Lá tenho de ir por mim de qualquer jeito.

Armadilha

Penúmbrias dançam de punhal na mão em volta do nosso coração.

Dançam na música que vem da falésia rosto arranhado das arestas.

Trazem as unhas pintadas de rosa incriminadas de pólen.

É um espectáculo!, dizem. E logo até convidam ao jogo (e às vezes jogamos)

E às vezes jogamos.

Sessão solene

Palavras. Escondem. Biombos. Ou pétalas de uma flor onde as abelhas não pousam.

Os dedos fazem sombras chinesas que logo logo se evaporam.

Aplausos na sala onde as palavras já ninguém lembra.

Há uma cicatriz na boca do orador.

Actualidade

O senhor Primeiro-Ministro foi ver os campos e as águas de helicóptero.

Levava no helicóptero a sua equipa de televisão que o mostrou de vários ângulos a olhar as águas e os campos.

Ele a olhar os campos e as águas esse foi o espectáculo. As águas e os campos tão longe, tão longe...

O senhor Primeiro-Ministro a olhar, a olhar. E a gente a olhar o Senhor Primeiro-Ministro.

O largo

O largo de Manuel da Fonseca ficou de repente coberto de lama.

São os quatro mortos velhos e pobres.

A lama quer matar a memória do largo de Manuel da Fonseca.



AGENDA

HORTA

Sessões públicas com a participação de Decq Mota: quinta-feira, 13, em Capelo (no Polivalente); sexta-feira, 14, na Ribeirinha (na Filarmonia); sábado, 15, na freguesia de Castelo Branco (no Castelo Branco Sport Clube) - todas às 21h.

ALENQUER

Almada - Apresentação dos candidatos: sábado, 15, às 13h, na Romeira, com a participação de Luís Sá.

ALMADA

Cova da Piedade - Reunião de candidatos à AF: quinta-feira, 13, às 21h, no CT Concelhio (Pombal); Apresentação dos candidatos à freguesia, com a participação de Maria Emília de Sousa: quinta-feira, dia 20, às 21h, na SFUAP.

AMADORA

Mina - Sessão em Carenque: sábado, 15, às 15h. Espectáculo com o grupo «3 de Abril»; sessão sobre as propostas da CDU para o concelho da Amadora na área da Saúde: sábado, 15, às 15h, na JF da Mina.

Damaia - Sessão CDU: sábado, 15, às 16h, no Centro Cultural na Damaia de Baixo

Venteira - Sessão CDU: sábado, 15, às 15h, na Ass. de Moradores do Bairro Janeiro

S. Brás - Visita de candidatos às colectividades/Mov. Associativo: sábado, 15, a partir das 15h

Venda Nova - Sessão CDU na Quinta de S. Miguel: sábado, 15, às 15h.

Falagueira - Visita de candidatos às colectividades/Mov. Associativo: sábado, 15, a partir das 15h

AVEIRO

Esmoriz - Magusto: sábado, 15, às 16h, na Praia de Esmoriz

Murtosa - Magusto: domingo, 16, às 15h, no «Bico»

Aveiro - Reunião de candidatos e activistas para discussão e aprovação do Programa da CDU para o concelho de Aveiro: sábado, 15, às 21h30, no CT do PCP.

AZAMBUJA

Aveiras de Cima - Apresentação dos candidatos à AM, CM e Assembleia de Freguesia: sábado, 15, às 21h, no Mercado diário, com a participação de Júlio Vintém. Convívio-magusto e espectáculo com o grupo «The Foll's».

CASTELO BRANCO

Lardosa - Jantar de apresentação dos candidatos às freguesias de Alcains e Lardosa: sábado, 15, às 19h, no restaurante «Leão», antecedido por contactos dos candidatos de cada uma das freguesias com as populações respectivas.

COIMBRA

Mira - Jantar-convívio de apoio à candidatura da CDU: sábado, 15, às 19h30, no Restaurante «Lareira» (Ria), em Cabeças Verdes/Seixo, com a participação de Sérgio Teixeira.

CONSTÂNCIA

Apresentação dos candidatos aos órgãos do concelho: domingo, 16, às 15h, na Galeria de Arte, com a participação de Luís Sá.

LAGOA

Almoço de apresentação dos candidatos às autarquias do concelho: domingo, 16, às 13h, no Restaurante «A Paleta» (no início da estrada para o Carvoeiro).

LEIRIA

Jantar de apresentação dos candidatos e Programa Eleitoral, com a participação de Lino de Carvalho: sábado, 15, às 20h, no restaurante «O Casarão». Arruada e contacto com a população na Baixa de Leiria, de manhã, e com a população de Marrazes e Marinheiros a partir das 15h. Domingo, 16, a partir das 14h30: contactos com a população em Maringá, Marquês de Pombal e N.S. Fátima.

LISBOA

Apresentação de candidatos da Coligação Mais Lisboa às freguesias de Castelo, Santiago, S. Miguel, S.º Estevão: sábado, 15, a partir das 15h, na Subseção do G.S. Adicense (R. de S. Pedro)

Bancários com a CDU - Jantar-convívio no CT Vitória, sexta-feira, 14, a partir das 19h30. Animação cultural. Intervenções de Caleia Rodrigues e Vítor Dias.

LOURES

Famões - Debate sobre ambiente com Sérgio Pinheiro e Carlos Simões. Hoje, quinta-feira, dia 13, às 21h30, na sala da Ass. de Freguesia



Santa Iria - Sessão pública: sexta-feira, 14, às 21h30, no Ateliê do da Via Rara

Pontinha - Inauguração do Quiosque CDU: sexta-feira, 14, às 17h30, com a participação de Carlos Brito; Encontro com o CAC (Clube Atlético Cultural da Pontinha): sexta-feira, 14, às 21h30, com Carlos Luz e Fátima Amaral; Encontro com UDRSM (União Desp. e Recr. de Sta. Maria): domingo, 16, às 14h30, na sede da UDRSM

S. Julião do Tojal - Jantar de apresentação dos candidatos, com a participação de Jerónimo de Sousa e Francisco Pereira: sábado, 15, às 20h30, nos Bombeiros do Zambujal.

Sacavém - Apresentação do Programa Eleitoral para a freguesia: sábado, 15, às 15h, na Academia Recreativa e Musical de Sacavém

Santo António dos Cavaleiros -

Olival Basto - Inauguração da Sede de Campanha: sexta-feira, 15, às 16h. Magusto.

Caneças - Magusto CDU no Mercado Velho: sábado, 15, às 16h.

S. João da Talha - Magusto e apresentação do Programa: sábado, 15, às 17h, na Sede da CDU

PONTE DE SÔR

Apresentação dos candidatos em Farinha Branca (às 18h, na Cooperativa) e Vale de Vilão (às 19h30, na Cooperativa): domingo, dia 16.

PORTO

Sessões de apresentação dos candidatos às freguesias, com a participação de Ilda Figueiredo: de Ramalde - sexta, 14, às 21h30; de Bonfim - sábado, 15, às 17h (ambas nas respectivas Juntas de Freguesia); de Campanhã (com jantar-convívio): sábado, 15, às 20h, no Restaurante «Abanyco».

Apresentação dos candidatos à freguesia de Cedofeita - sábado, 15, às 17h, na JF, com Rui Sá.

Colóquio - «O Porto e a Cultura»: na Coop. Árvore, segunda-feira, 17, às 21h30, com a participação de Isabel Pires de Lima, João Teixeira Lopes, Jorge Pinto, José Luís Borges Coelho, Mário Cláudio, Viale Moutinho e Ilda Figueiredo.

SETÚBAL

Debate sobre Habitação: sábado, 15, às 15h, na Junta de Freguesia de S. Sebastião; Sessão CDU no Praiense: sábado, 15, às 21h, com Ruben de Carvalho.

TAVIRA

Apresentação dos candidatos à freguesia: sábado, às 15h30, na Esc. Primária.

SINTRA

Belas - Apresentação dos candidatos à freguesia: sábado, 15, às 16h, nos Bombeiros Voluntários de Belas.

Casal de Cambra - Apresentação dos candidatos à freguesia: domingo, 16, às 16h, na Esc. Primária nº 2.

S. João das Lampas - Inauguração de um Centro de Idosos: domingo, 16, às 15h30.

Mira-Sintra - Inauguração da Expo-Sintra 2001, com a presença de Lino Paulo.

VENDAS NOVAS

Festa de apresentação dos candidatos: sábado, 15, às 15h30, no Centro Sócio-Cultural, com a participação de Agostinho Lopes. Jantar volante e espectáculo.

Carlos Carvalhas esta semana em iniciativas da CDU

• Hoje, quinta-feira, dia 13:

CRATO - Visita, com recepção nos Paços do Concelho - às 16h

• Sexta-feira, 14:

LOURES - Jantar de candidatos e apoiantes - às 20h, Centro de Actividades Económicas

QUELUZ - COMÍCIO-FESTA - às 22h30, Sala dos Bombeiros Voluntários. Espectáculo com o grupo «Real Companhia»

• Sábado, 15:

BARREIRO - Almoço-convívio CDU - às 13h, Edifício Nicola

CORROIOS - Encontro com Reformados - às 15h, Assoc. de Reform. de Corroios

CONCELHO DE ALMADA, acompanhado por Maria Emília de Sousa e outros

candidatos: SOBREDA - Encontro com a população - 15h30, Clube Rec. de Instr.

Sobredense • CHARNECA - Encontro com a população - 16h, Lg. do Mário Casimiro •

MONTE DA CAPARICA - encontro com a população - às 16h45, Lg. do Monte •

TRAFARIA - Encontro com a população - às 17h30, no Musical Trafariense • COSTA

DA CAPARICA - inauguração da sede da Campanha CDU, às 18h30, e jantar-

convívio - às 19h, Rest. «Dia-a-dia» • ALMADA - COMÍCIO - às 21h30, Academia

Almadense

• Domingo, 16:

CASCAIS - Almoço-convívio - às 13h, na Quinta de Santo António (Estrada da

Malveira)

AMADORA - Magusto-convívio - às 16h, Refeitório da CM em Moinhos da Funcheira

STº ANTÓNIO DOS CAVALEIROS - Encontro-convívio - 18h, sede da Ass. de

Moradores

CAMARATE - COMÍCIO-FESTA - 22h, no Águias de Camarate

• Segunda-feira, 17

LISBOA - Visita ao Espaço da Juventude CDU para o Ensino Superior - 10h30,

Cidade Universitária (junto à Cantina)

• Terça-feira, 18

CONCELHO DE SERPA:

PIAS - Encontro com Reformados - 10h30, Centro de Convívio dos Reformados, e visita

à Barragem de Enxoé • VALE DE VARGO - Encontro com a população - 11h30 •

VILA NOVA DE S. BENTO - Visita à JF, à escola e a outros equipamentos colectivos -

12h15 • SERPA - Almoço-convívio - 13h, Casa do Povo, e visita ao Parque Industrial e

Pavilhão Gimnodesportivo - 14h

GARVÃO - Reunião com o presidente da Junta de Freguesia, para se inteirar da

situação resultante da calamidade que atingiu a área - 16h30

ALMODÔVAR - Sessão de apresentação das listas CDU - 18h30, Restaurante «A

Canga»

MÉRTOLA - Encontro com a população nas Minas de S. Domingos - 20h30

• Quarta-feira, 19

DISTRITO DE ÉVORA:

VILA VIÇOSA - Visita ao Mercado - 10h30 • BENCATEL - Encontro com a

população - 12h, Centro de Dia • BORBA - Almoço-convívio de apoiantes e activistas -

13h, e visita à CM e à Coop. de Olivicultores - a partir das 15h • ESTREMOZ -

Encontro com candidatos e activistas - 17h30, Restaurante «O Ramalho» • ÉVORA -

Encontro com jovens e candidatos, promovido pela Juventude CDU - 20h30, Palácio

D. Manuel.

Sexta-feira, 14, em SETÚBAL
Sociedade Musical Capricho Setubalense
- 21h30

Debate com
ÁLVARO CUNHAL
Significado actual
da Revolução de Outubro

80º Aniversário
da Revolução de Outubro

Jantar de confraternização
promovido pelo

Sector Intelectual de Lisboa,

«aberto a todos os que queiram juntar-se a propósito desta data,
empenhados num esforço e numa esperança comum»
Sexta-feira, 14, às 19h30, no Pátio Alfacinha (Lisboa)

(Inscrições: CT Vitória)

FESTAS



Juventude Comunista Portuguesa
1979-1997

15 de Novembro
a partir das 22h.

Com a participação de
Carlos Carvalhas
Secretário Geral do PCP



E ainda...

Sexta-feira, dia 14:

BARREIRO - Festa no Espaço CDU - 21h30

Sábado, dia 15:

ALJUSTREL - Lanche no CT, com música ao vivo - 16h - ALMADA - Lanche-convívio no CT Concelhio do PCP - 15h30 - ARRAIÓLOS - Almoço-convívio no CT do PCP - 13h - AVEIRO - Jantar-convívio no CT do PCP - 20h - COIMBRA - Jantar-convívio no CT do PCP. Debate. «Noite ao Rubro» - A partir das 20h - CUBA - Almoço-convívio - 13h - ENTRADAS - Almoço - 13h - ESPINHO - Convívio - 21h30 - ÉVORA - Almoço-convívio no CT do PCP - 13h - MONTIJO - Lanche no CT do PCP - 15h - PIAS - Torneio de futebol no Campo de Jogos 1º de Maio e almoço-convívio - a partir das 11h - PORTEL - Almoço-convívio no CT do PCP - 13h - PORTO - Festa no Bar «Upstairs» na Ribeira. Animação de rua - A partir das 22h - S.º M.º DA FEIRA - Debate com Bernardino Soares e convívio - 21h30 - TORTOSENDO - Jogo de futebol e magusto - VIANA DO CASTELO - Magusto-convívio no CT do PCP. Música ao vivo - a partir das 22h - VIANO DO ALENTEJO - Almoço-convívio no CT do PCP - 13h.

No Centro de Trabalho da Boavista, no Porto, continua patente ao público até Segunda-feira, 17, uma exposição sobre a história da JCP.

TELEVISÃO

Quinta, 13

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Isto Só Vídeo
15.05 Força de Mulher
16.00 Na Paz dos Anjos
17.05 Antenas no Ar
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 As Lições do Tonecas
21.25 A Grande Aposta
22.25 Autárquicas 97 - Região de Lisboa (para a Grande Lisboa)
22.25 Maria Elisa (para o resto do País)
01.20 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.55 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Caderno Diário
18.50 Um, Dó, Li, Tá
19.25 Basquetebol: Porto-Treviso
21.00 Acontece
21.30 Olho Vivo
22.00 Jornal 2
22.30 Terra de Ambições (de Elia Kazan, EUA/1947, com Katherine Hepburn, Spencer Tracy, Robert Walker, Melvyn Douglas. «Werstern»)
00.30 Falatório
01.25 Magazine

SIC

09.10 Buérré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Sonho Meu
12.00 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 O Cliente
15.45 Buérré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Indomada / Anjo Mau
22.30 Agora ou Nunca



Filmagem de «Aristides Sousa Mendes - O Cônsul Injustiçado» de Diana Andringa (RTP 1, Terça 18)

23.30 Esta Semana
00.30 Último Jornal
00.55 Delfins
02.40 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Mulher Perigosa
14.50 Caprichos
15.40 O Jogo da Vida
16.30 O Barco do Amor
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.20 Animação
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Batalha pelo Planeta dos Macacos (de J. Lee Thompson, EUA/1973, com Roddy McDowell, Claude Akins, Natalie Trundy. Ficção Científica)
00.50 Doido por Ti
01.30 Fora de Jogo
01.50 A Balada de Hill Street

Sexta, 14

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Reformado e Mal Pago
15.05 Força de Mulher
16.20 Na Paz dos Anjos
17.35 Riso, Mentiras e Vídeo
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 A Grande Aposta
22.00 Model Look 1997
23.45 24 Horas
00.35 Agente da Morte (de David Mitchell e Damian Lee, Can./1994, com Jeff Wincott, Terri Hawkes, Michael Ironside. «Thriller»)
02.25 Motores

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.55 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Guerras no Jornal
22.00 Jornal 2
22.30 A Mulher que Sabe Tudo (de Walter Lang, EUA/1957, com Spencer Tracy, Katharine Hepburn, Joan Blondell, Gig Young. Comédia)
00.10 Recordações de uma Sobrevivente
00.40 Estranhas Circunstâncias
01.40 Música Maestro - Ciclo Bernstein / 9ª Sinfonia de Bruckner

SIC

09.10 Buérré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Sonho Meu
12.00 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 O Cliente

Sábado, 15

RTP 1

08.00 Espaço Infantil
12.20 Isto Só Vídeo
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top+
15.00 3000 Segundos
16.00 Antenas no Ar
18.20 Jet 7
18.55 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.50 Riscos
21.25 Riso, Mentiras e Vídeo
22.50 Nikita
23.50 24 Horas
00.30 Segredos Escaldantes (de Ben Verborg, Hol./1994, com Renee Soutendijk, Victor Low, Hans Hoeks, Jaimy Siebel. «Thriller»)
02.35 Anjos no Inferno (de Larry Buchanan, EUA/1977, com Victor Holchak, Lindsay Bloom, Adam Roarke. Comédia Romântica)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.05 Vida por Vida
12.20 Maravilhas do Mundo Moderno
13.00 Ellen IV
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Crianças Recordam o Holocausto (Documentário)
20.00 2001
20.30 Onda Curta (Gagarin, Rússia/1994, Curta-Metragem de Alexej Kharitidj; O Rio Poderoso, Can./1993, Curta-Metragem de Frédéric Back; Surpresa, Alem./1995, Curta-Metragem de Veit Helmer; Uma História das Mães e Uma Noites, Fr./1996, Curta-Metragem de Florence Miaille)
21.30 Semana ao Sábado
22.20 O Lugar da História
23.10 Luzes da Ribalta (de Charles Chaplin, EUA/1951, com Charles Chaplin, Claire Bloom, Buster Keaton, Nigel Bruce, Sydney Chaplin. Ver Destaque)
01.45 Sinais do Tempo
02.30 O Guia do Sexo

SIC

08.00 Buérré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.50 A Sentinela
16.00 Marshall
16.40 Disponível para Tudo (de James L. Brooks, EUA/1994, com Nick Nolte, Albert Brooks, Julie Kavner, Tracey Ullman. Comédia Dramática)
18.40 Aventuras Selvagens
19.30 S.O.S. Sic
20.00 Jornal da Noite
20.50 Mundo VIP
21.50 Salsa e Merengue
22.45 Big Show Sic
01.40 Último Jornal
01.55 O Cowboy da Noite (de James Bridges, EUA/1980, com John Travolta, Debra Winger, Scott Glenn, Madolyn Smith. Drama)

TVI

09.30 Animação
13.00 Caloiros
13.30 Contra-Ataque
15.15 Uma Família às Direitas
15.45 Competente e Descarada
16.45 Ciclone Tracy
18.30 FX: Efeitos Mortais
19.30 Futebol: Real Sociedad - Atlético de Madrid



Bárbara Guimarães, apresentadora de «Chuva de Estrelas»

21.20 Directo XXI
22.25 Edição Especial
23.20 Picket Fences
00.20 O Protector (de James Glickenhaus, EUA/1985, com Jackie Chang, Danny Aiello, Roy Chiao, Victor Arnold. Acção / Comédia)

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.10 O Mundo Natural
15.00 Adultos à Força
16.00 Feed Back
17.00 O Castelo de Maldorais (de Sydney Pollack, EUA/1969, com Burt Lancaster, Peter Falk, Patrick O'Neal, Jean-Pierre Aumont. Ver Destaque)
19.15 Desafios
19.30 Futebol: Barcelona-Celta de Vigo
21.25 Directo XXI
22.20 Africando
23.15 Futebol: Valência-Bétis

Domingo, 16

RTP 1

08.00 Infantil
11.40 Último Nível
12.20 Superbebês
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Kung Fu
16.00 Os Andrades
16.35 Bullit (de Peter Yates, EUA/1968, com Steve McQueen, Robert Vaughn, Jacqueline Bisset, Don Gordon, Robert Duvall, Simon Oakland. Ver Destaque)
19.00 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.45 Riscos
21.20 Reis do Estúdio
22.45 Domingo Desportivo
00.35 24 Horas
01.15 Polícias em Acção

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Mistérios do Espaço
12.05 Máquinas
12.30 Jornal Jovem
13.00 Sem Limites
13.30 Jornal d'África
14.10 Desporto 2
18.05 Longe Daqui (de João Guerra, Port./1993, com Canto e Castro, Filipe Cochofel, António Pedro Figueiredo, Maysa Maria, Luís Santos. Ver Destaque)
19.45 Bom Bordo
20.15 Artes e Letras - «Shoei Imamura, o Livre Pensador»
21.05 Ela Voltou
22.30 Horizontes da Memória
22.45 Teatro: «A Vida de Galileu»
00.40 Vidas do Século - «Schindler»

SIC

08.30 Buérré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Dragon Ball Z
14.40 Hércules
16.00 Cidade Escaldante
17.00 Como Agarrar um Marido (de Frank Oz, EUA/1992, com Steve Martin, Goldie Hawn, Donald Moffat, Julie Harris. Comédia Romântica)
19.00 Aventuras Selvagens
20.00 Jornal da Noite
20.45 Chuva de Estrelas
21.45 Salsa e Merengue
22.45 Chucky, o Boneco Diabólico (III) (de Jack Bender, EUA/1991, com Justin Whalin, Perrey Reeves, Jeremy Sylvers. Terror)
00.30 Último Jornal
00.55 João Soares

SIC

09.10 Buérré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Sonho Meu
12.00 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 O Cliente
15.45 Buérré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Ponto de Encontro
21.55 A Indomada / Anjo Mau
23.20 Mar de Chamas (de Ron Howard, EUA/1990, com Kurt Russell, William Baldwin, Jennifer Jason Leigh, Robert De Niro. Ver Destaque)
01.45 Último Jornal
02.10 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Mulher Perigosa
14.50 Caprichos
15.40 O Jogo da Vida
16.30 O Barco do Amor
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.20 Animação
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Um Homem Sem Passado
23.00 Linha de Fundo
00.30 Doido por Ti
01.10 A Balada de Hill Street

Segunda, 17

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Nico d'Obra
15.05 Força de Mulher
16.00 Na Paz dos Anjos
17.15 Jogos sem Fronteiras
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Nós, os Ricos
21.35 A Grande Aposta
22.40 Concurso 1, 2, 3
00.50 24 Horas
01.40 Horizontes de Memória

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.50 As Teias da Lei
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Sarilhos com Elas
22.00 Jornal 2
22.35 Uma Mulher da Rua (de Martin Scorsese, EUA/1972, com Barbara Hershey, David



Debate sobre a Grande Lisboa, Autárquicas (RTP 1, 5ª feira)

Carradine, Barry
Primus, Bernie Casey.
Ver Destaque)
00.15 Falatório



Continua na TVI a telenovela «As Pupilas do Senhor Reitor»

Keanu Reeves apresenta o documentário sobre o Holocausto (RTP 2, Sábado 15)

(de Martin Scorsese, EUA/1976, com Robert De Niro, Cybill Shepherd, Jodie Foster, Peter Boyle, Harvey Keitel, Albert Brooks. Ver Destaque)
00.35 Falatório

SIC

09.10 Buérré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Sonho Meu
12.00 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 O Cliente
15.45 Buérré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Indomada / Sonho Mau
22.30 Paródia Nacional
24.00 Filhos da Nação
01.00 Último Jornal
01.25 A Guerra das Notícias
02.45 Vibrações

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Mulher Perigosa
14.50 Caprichos
15.45 O Jogo da Vida
16.30 O Barco do Amor
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.20 Animação
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 Savannah
23.00 Doce Tentação (de Ron Lagomarsino, EUA/1996, com Beverly D'Angelo, Rob Estes, Ted Shackelford. Drama)
01.00 Doido por Ti
01.50 A Balada de Hill Street

Quarta, 19

RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá
10.10 Uma Estranha Dama
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.30 Nós, os Ricos
15.05 Força de Mulher
16.15 Na Paz dos Anjos
17.30 Casa de Artistas
19.00 País País
19.30 Vamos Jogar no Totobola
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.50 A Grande Aposta
21.50 A Lista de Schindler (de Steven Spielberg, EUA/1993, com Liam Neeson, Ben Kingsley, Ralph Fiennes, Caroline Goodall. Ver Destaque)
01.20 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Companheiros
22.00 Jornal 2
22.30 Taxi Driver

RTP 2

15.00 Informação Gestual
16.00 Falatório
17.00 A Família Bellamy
18.00 Informação Religiosa
18.35 Rotações
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2

22.30 Alice Já Não Mora Aqui (de Martin Scorsese, EUA/1974, com Ellen Burstyn, Kris Kristofferson, Alfred Lutter. Ver Destaque)
00.35 Falatório

SIC

09.10 Buérré
10.30 Receitas do Dia
11.00 Sonho Meu
12.00 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Hércules
15.45 Buérré
17.30 Mulheres de Areia
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Indomada / Anjo Mau
22.20 Casos de Polícia
23.30 O Século do Povo
00.30 Último Jornal
00.55 Noites Longas da SIC (Noite de Música Contemporânea: As Bacantes, The Bacchae - Telefilme de Ingmar Bergman, Suécia/1992; Quarteto de Cordas em Helicópteros, Helicopter Streichquartet - Filme de Frank Scheffer, Alem./1995; Do Zero, o Documentário, From Zero, the Documentary - Curtas-Metragens de Frank Scheffer e Andrew Culver, EUA/1994. Ver Destaque)

TVI

10.10 Animação
11.30 Vamos ao Circo
12.40 Cassandra
13.30 TVI Jornal
14.20 Mulher Perigosa
14.50 Caprichos
15.45 O Jogo da Vida
16.30 O Barco do Amor
17.30 Quase Modelo, Quase Detective
18.20 Animação
19.15 Primeira Mão
20.00 As Pupilas do Sr. Reitor
21.00 Directo XXI
22.00 O Rei Pescador (de Terry Gilliam, EUA/1991, com Jeff Bridges, Mercedes Ruehl, Robin Williams, Amanda Plummer. Comédia)
00.30 Doido por Ti
01.10 Desporto
02.00 A Balada de Hill Street

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

A Mulher que Sabe Tudo (Sexta, 22.35, RTP2)

Último dos oito filmes que Katharine Hepburn e Spencer Tracy rodaram em conjunto, trata-se de uma comédia que não faz justiça aos prodígios histriónicos destes dois intérpretes, aqui algo «idosos» de mais para as personagens que interpretam: ele um engenheiro electrónico e ela responsável por um departamento de pesquisas de uma cadeia de televisão e que desconfia que ele vai provocar o despedimento do grupo por ela chefiado através da introdução de um cérebro electrónico. Interessante, mas sofrível.

Luzes da Ribalta (Sábado, 23.10, RTP2)

Luzes da Ribalta pertence àquela fase da filmografia de Charlie Chaplin em que algumas das obras pecavam pelo exacerbado sentimentalismo e por uma tendência para o melodrama, tanto prejudicando, afinal, a acutilância da sua mensagem. Este filme, naturalmente famoso e nunca de mais exaltado, constitui assim o início da curva descendente de um grande criador do Cinema - aqui com Buster Keaton a roubar-lhe ironicamente os louros, na curtíssima e impagável cena em que faz de pianista.



Claire Bloom e Charlie Chaplin, no filme deste último «Luzes da Ribalta»



Um fotograma de «Mar de Chamas», um filme de Ron Howard



Harvey Keitel e Roberto De Niro, numa cena de «Taxi Driver» de Martin Scorsese

Bullitt (Domingo, 16.35, RTP1)

Num tempo em que as vertiginosas perseguições de carros são já um *climax* tradicional e milhentas vezes filmado de qualquer filme de acção policial que se preze, a perseguição que neste filme é encenada, varrendo de alto a baixo as ruas de S. Francisco, ficou consagrada, certamente, como uma das mais inesquecíveis de sempre. Mas não só: também a interpretação do malgrado Steve McQueen, neste detective anti-herói sujeito aos humanos falhanços, marcou uma composição de grande firmeza, contenção e rigor. O argumento é engenhoso, já que o tal detective, que deixara escapar por entre as mãos a importante testemunha de um crime, descobre que esta era afinal uma falsa testemunha, acabando por matar a verdadeira. Uma suprema ironia, neste primeiro filme americano de Peter Yates, um consagrado realizador inglês radicado nos EUA.

Longe Daqui (Domingo, 18.05, RTP2)

«Manuel e Artur, dois jovens amigos, atravessam o Alentejo num Ford Fairlane de 1957 que devem entregar a um novo dono. O carro tem um problema mecânico que os dois amigos não conseguem resolver. Vítor, um mecânico aposentado que se dedica agora à apicultura, resolve o problema do carro e pede a Artur que o leve de moto até casa de um amigo. Vítor tem problemas cardíacos e a sua sobrinha Maria João parte no seu encalço com Manuel.» Assim resume o Boletim de Programas da RTP o argumento do filme de estreia de João Guerra no cinema, que foi apresentado na secção de competição do Festival do Jovem Cinema de Turim. A descobrir.

Uma Mulher da Rua (Segunda, 22.35, RTP2)

Situada na época da Grande Depressão, esta é a história de uns quantos desesperados - Bertha Thompson, que queria vingar-se da morte accidental do seu pai provocada por um patrão desumano, «Big Bill» Shelley, um sindicalista revoltado, Von Norton, um negro que escapou ao ódio racista do patrão, e Rake Brown, um intelectual judeu desenraizado - cujas incidências da vida levam a formar um bando para atacar os interesses de uma companhia de camións-de-ferro, até que tudo acaba num banho de sangue. Como se vê, trata-se da enésima versão da temática *Bonnie e Clyde* mas, desta vez, com a particular curiosidade de se tratar do segundo filme realizado por Martin Scorsese e ainda produzido por Roger Corman. Diz-se que o choque entre estas duas personalidades (com perspectivas nem sempre sintonizadas) provocaram as

desigualdades de que o filme ainda padece - mas há quem considere que ele já faz adivinhar, sobretudo na violenta denúncia de uma sociedade dura e cruel, a afirmação posterior das temáticas caras ao talento de Scorsese.

Mar de Chamas (Segunda, 23.20, SIC)

Num filme que se revela altamente eficaz e atraente do ponto de vista visual - havendo quem diga que nunca o fogo foi filmado com tal voluptuosidade - cruzam-se três histórias bem diversas e concorrentes entre si: de dois irmãos que são terríveis rivais, de dois casais separados que tentam encontrar de novo o amor e a união e de um político corrupto que aparentemente está por detrás de uma série de crimes. Esta amálgama de histórias cruzadas transforma o argumento numa encruzilhada de sinais e de pontos de atracção que não contribuem para um evoluir linear e escorreito do filme que aqui se destaca pelo seu lado visual e espectacular e, ainda, pelas interpretações de Ken Russell, William Baldwin e Jennifer Jason Leigh.

Taxi Driver (Terça, 22.35, RTP2)

Eis um filme que não é, naturalmente, desconhecido dos telespectadores. Uma história extremamente violenta, poderosamente encenada por Scorsese, de um «veterano» da guerra do Vietname, simples motorista de táxi em Nova Iorque, que, levando uma vida dramaticamente vazia, se acolhe à violência para sair do «anonimato». Uma obra que retrata com um realismo brutal e um profundo pessimismo a tragédia da sociedade americana, mãe de todas as «democracias de sucesso». Pontos altos em todo o filme são o seu início, com a rigorosa *découpage* do táxi amarelo, a complexa figura composta por Jodie Foster, a patética conversa entre os motoristas de táxi na noite de Nova Iorque ou a transformação milimétrica e rigorosa que Robert De Niro, perante a câmara de Scorsese, opera na sua fisionomia e postura - uma esmagadora lição de como se vai construindo e compondo uma personagem - em particular na impressionante cena do diálogo com o espelho.

A Lista de Schindler (Quarta, 21.50, RTP1)

Obra maior de um realizador altamente brilhante e talentoso - e que aqui se afasta da atmosfera do «maravilhoso» e espectacular que costuma marcar os seus filmes mais conhecidos - *A Lista de Schindler*, evoluindo sob o pano de fundo da II Grande Guerra e do holocausto a que foram submetidos milhões de homens e mulheres, conta-nos a história de Oscar Schindler, um rico capi-

talista católico que, na Alemanha nazi, acaba por se revoltar contra este estado de coisas e salvar cerca de um milhar de judeus polacos, dando-lhes emprego nas suas fábricas. Uma realização marcada pela intensa emoção, com uma fabulosa fotografia a preto-e-branco de Janusz Kaminski e três inesquecíveis interpretações: Liam Neeson, na personagem de Oscar Schindler, Ben Kingsley no papel do Itzhak Stern seu contabilista, e Ralph Fiennes como Amon Goeth, o desprezível comandante nazi. Uma estreia em televisão, a não perder.

Alice Já Não Mora Aqui (Quarta, 22.35, RTP2)

Alice é viúva, mãe de um garoto insuportável, que, após a morte do marido, procura refazer a vida e trabalhar como cantora, mas acaba como empregada de um *snack bar*, falha que está de voz e talento. É aqui que um fazendeiro, também ele divorciado, a encontra ambos partindo para o rancho de que é proprietário. A linearidade com que vos demos conta da história desta odisseia feminina é, no entanto, insuficiente para abarcar a sensibilidade e elegância da encenação de Scorsese de mais esta frustração de «um sonho americano», filme no qual Ellen Burstyn foi premiada com um Óscar. Justamente.

Noites Longas da SIC (2)

Esta é a segunda edição de «Noites Longas da SIC», uma interessante quanto inútil iniciativa relativa à programação cinematográfica da estação, uma vez que, se por um lado nos apresenta algumas obras de ficção e documentais merecedoras de relevo quanto à sua qualidade, por outro lado, mais parece que se trata de uma iniciativa destinada a constituir mero álibi estatístico para disfarçar o «lixo» que a circunda, já que a transmissão destas obras começa muito depois da meia-noite e se prolonga madrugada fora, na véspera de um dia de trabalho. Neste caso, o tema é «Noite de



O grande realizador sueco Ingmar Bergman

Música Contemporânea» e serão apresentados, por esta ordem, «As Bacantes» registo televisivo realizado por Ingmar Bergman da peça homónima de Eurípides numa versão musical do compositor sueco Daniel Börtz; «Quarteto de Cordas em Helicópteros», um documentário realizado por Frank Scheffer no qual quatro instrumentistas (cada um em seu helicóptero) interpretam um quarteto do grande compositor contemporâneo Karlheinz Stockhausen; e «Do Zero, o Documentário», um conjunto de cinco pequenos filmes sobre a personalidade e a obra de outro compositor contemporâneo (este americano) John Cage, com realização de Andrew Culver. A gravar.



Liam Neeson e Ben Kingsley, intérpretes principais de «A Lista de Schindler», de Steven Spielberg



Ellen Burstyn em «Alice Já Não Mora Aqui», outro grande filme de Martin Scorsese

■ Correia
da Fonseca

O saque e o escorpião

Dir-se-ia a Semana Soares no PAP – Panorama Audiovisual Português e, entenda-se, contra isso não há nada a objectar. Até no «70X7», programa da Igreja Católica na RTP, esteve o ex-presidente Mário Soares, e ali confirmou a sua condição de agnóstico e a «fé» que continua a depositar no Homem e no progresso sob as suas várias formas. Porém, foi no debate com Álvaro Cunhal, espécie de «remake» do havido há vinte e dois anos, que Soares teve permanência mais prolongada nas antenas da RTP e da SIC.

De passagem, é curioso notar que a permanência desse debate na memória colectiva do País parece ter ficado a dever-se muito mais a um irónico à-parté do então secretário-geral do PCP que ao eventual brilho das razões avançadas pelo futuro PR, contudo agora consensualmente reconhecido como vencedor do processo político que então e nos anos imediatamente seguintes se desenrolou. Por isso mesmo, talvez não tenha sido muito feliz a devolução que Soares agora quis fazer da mesmíssima ironia, sinal óbvio de que não a tinha digerido e ficara com ela atravessada na garganta, ou nos ouvidos, durante mais de duas décadas, o que é de mais para um líder político cuja carreira foi atapetada de êxitos. Mas o pormenor não tem importância nenhuma, acentue-se, e Mário Soares até foi uma presença bonacheirona e simpática, como aliás é inevitável nos tempos que lhe vão correndo. Simpatia que, a meus olhos e não apenas aos meus, se reforçou com um antiamericanismo muito de maravilhar no velho amigo e colaborador de Frank Carlucci que, aliás, como todos decerto recordam, ainda há pouco tempo galgou o oceano para lhe entregar um precioso troféu atribuído ao ex-presidente pela SIC, esse relevante

lógicos que o planeta enfrenta; e de todas as emissões em que Soares participou recentemente essa foi, a meu ver, a mais importante. Podia ter sido ainda mais firmemente acusador, se tivesse querido ou sabido sê-lo; podia, designadamente, ter-nos dito que os Estados Unidos se recusam agora a cumprir a promessa feita em 92, na Conferência do Rio, no tocante à redução da emissão de óxido de carbono e outros gases para a atmosfera. Mas é claro que nem Mário Soares pode saber tudo nem, agora como ao longo da sua carreira, lhe sobra tempo para conhecer bem os «dossiers» de que lhe cabe ocupar-se. Além de que a sua carreira de objectar do mundo *made in USA* mesmo agora começou, se é que começou, pelo que não pode evidentemente estar já em pleno.

De qualquer modo, é certo que Mário Soares assacou aos Estados Unidos, explícita ou implicitamente, diversas responsabilidades na área ecológica, por acções e omissões, ainda que não ultrapassando as informações que seriam dadas pelo telefilme que a seguir foi transmitido. Soares falou em «catástrofe», palavra forte, que amplamente se justificava e que ele não evitou. Ainda assim, contudo, evitou outras, de resto também ausentes no trabalho da BBC, e, por pouca sorte minha, essas ausências correspondem ao que entendo ser o cerne da questão. Não o digo para diminuir os méritos da intervenção do ex-presidente, até porque se trata de um dado geralmente silenciado: digo-o porque se trata do fundamental. E o fundamental é, segundo creio, não que o apocalipse ambiental que se desenha resulte do chamado progresso, tal como ele tem sido aceite, mas sim do modo de produção, distribuição e consumo

anual de quinze mil espécies animais e vegetais por ano e a destruição diária de quatro mil hectares de floresta só no Brasil. Tudo, sem a menoríssima dúvida, em consequência do saque selvagem do planeta ditado pela insaciável voracidade da lógica capitalista de sobrevivência e expansão. É por isto, de resto, que a manutenção do domínio capitalista/imperialista à escala mundial é, a médio se não a curto prazo, incompatível com a mera subsistência das sociedades humanas no planeta, isto é, que a incontornável escolha será, a dado momento, entre socialismo e subsistência da vida tal como hoje a conhecemos.

Mercador não tem ouvidos

Objectar-se-á talvez que também nos países onde durante décadas foi tentada uma experiência de «socialismo real» se cometeram terríveis erros e agressões contra a preservação ecológica, e é verdade. Contudo, é fundamental que não se escamoteie que esse processo de construção socialista decorreu sempre em condições de forçosa concorrência com o capitalismo e de agressivo assédio, com a necessidade imperativa de adoptar cuidados, em matéria ecológica e outra, que a concorrência não adoptava. O triste desenlace da competição veio confirmar as extremas dificuldades que o projecto enfrentou e só uma inescrupulosa má-fé pode alhear-se do condicionalismo havido para extrair conclusões «convenientes».

Parece certo, aliás, que releva de pouco mais que do mero bom senso o apuramento de responsabilidades nesta questão. São inúmeros e muito sólidos os dados que apontam para um

sombrio ponto da situação: o planeta está como que à beira de um naufrágio no que diz respeito à manutenção das condições que garantem a sobrevivência da espécie humana. Desde a Conferência de Estocolmo em 72 até à Conferência do Rio e à actualidade, acumularam-se múltiplos dados rigorosamente científicos que consubstanciam não já apenas um sinal de alerta mas sim um sinal de alarme. Significativamente, porém, os Estados Unidos fazem-lhes ouvidos de mercador (e neste caso a expressão tem uma justeza sinistramente literal): quartel-general do capitalismo transnacional, o país de Bill Clinton mostra-se decidido a esticar a corda do perigo até para lá da insustentabilidade. É por isso que até Mário Soares, cujo currículo pessoal é suficientemente eloquente, fala de catástrofe e aponta o dedo a Washington. Ele lá sabe porquê, mas eu, que sou ingénuo e, não desfazendo, homem de boa vontade, arrisco uma explicação: porque tem netos.

Entretanto, o saque do planeta vai continuar porque saquear está na própria natureza do saqueador, que muito lembra o escorpião que na fábula tentou atravessar um rio no dorso da rã. Como resistência ao perigo, Soares evocou o

aparecimento de diversas organizações de defesa ambientalista, no estrangeiro e no nosso país, mas está à vista de quem não queira ser cego a indispensabilidade de linhas de defesa mais amplas, mais sólidas, mais fortes. O próprio Mário Soares disse que o contraveneno se situaria «só no quadro de uma nova ordem jurídica e constitucional», o que evidentemente aponta para mutações políticas. Por isto é que um partido ecológico como «Os Verdes» surge naturalmente ao lado de um partido que desde sempre trabalha para a substituição do capitalismo por um sistema mais humano. Neste caso, com um sentido mais estrito e mais nítido: que permita aos homens a sobrevivência num verdadeiro desenvolvimento.



exemplo da acção da *media* privados ao serviço do povo. Com ç cedilhado inicial, se a revisão do jornal o consentir, para que fique bem marcada a opção cultural do canal do dr. Rangel.

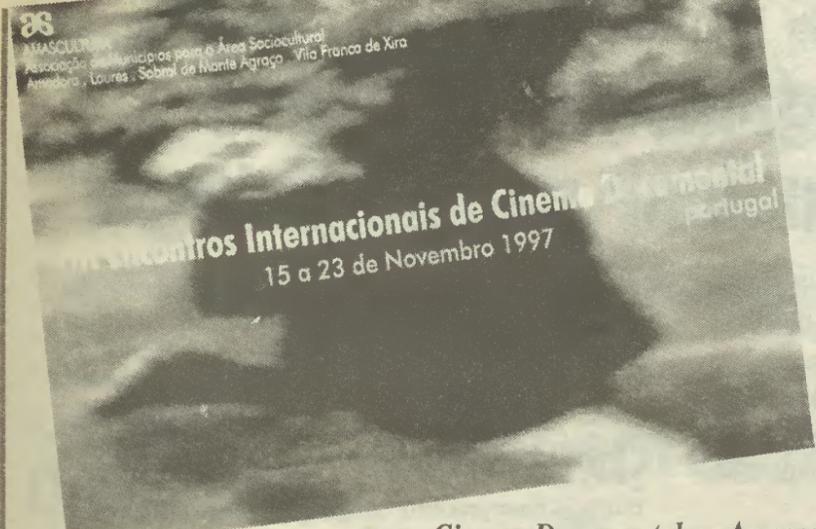
Catástrofe, disse ele

Tanto quanto pude dar-me conta, o pendor crítico do presidente Soares em relação aos Estados Unidos começou, na semana finda, no comentário que produziu ao episódio de «O Século do Povo» consagrado aos gravíssimos problemas eco-

imposto hoje a todo o mundo, isto é, do capitalismo que domina as cinco partes do mundo com área de vencedor e contudo, irremediavelmente autofágico, corrói as suas próprias entranhas.

Não vou repetir aqui todas as informações que este episódio de «O Século do Povo» acolheu e que, de resto, são praticamente do domínio público embora sem que para elas seja chamada a atenção urgente e prioritária que merecem: dados sobre o «efeito de estufa» e o buraco do ozono, o tendencial esgotamento de matérias-primas (acompanhado da pauperização dos países que as produzem em resultado da sobreexploração que sobre eles exercem os países mais ricos), a extinção

DESCAPARATE



Cinema Documental na Amascultura

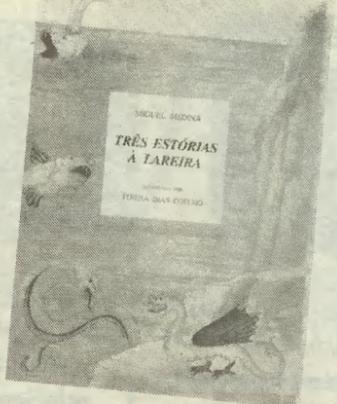
Depois de algumas semanas de justificada expectativa é já depois de amanhã, sábado 15, que se inauguram os VIII Encontros Internacionais de Cinema Documental, uma realização anual já prestigiada neste domínio do cinema a cargo da AMASCULTURA, Associação de Municípios para a Área Sociocultural. Este certame, que se prolongará até domingo 23, será descentralizado pelos concelhos de Loures, Amadora, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira e a ele concorrerão mais de 50 filmes e vídeos (31 em competição internacional e 25 em competição nacional), sendo a representação portuguesa, este ano, a mais ampla de sempre. Entre os realizadores homenageados, contam-se a antropóloga portuguesa Margot Dias e o realizador polaco Kazimierz Karabasz e, entre as obras projectadas, contam-se filmes de conhecidos realizadores como Barbara e Winfried Junge, Fernando Birri, Frederick Wiseman, Chris Marker, Patricio Guzman, Johan Van der Keuken e Ken Loach. Especial relevo vai ainda para retrospectivas do INA (Instituto Nacional do Audiovisual, de França), do Cinema Documental Peruano e do conhecido realizador polaco Krzysztof Kieslowski. Outros pontos altos destes Encontros serão uma Homenagem a Che Guevara, a primeira apresentação entre nós do documentário «Esta Televisão É Vossa», o polémico documentário sobre a SIC de Mariana Otero, e a exibição de cerca de 50 obras oriundas de Escolas de Cinema. Informações no Centro Cultural Malaposta (Olival Basto, Loures), tel.: 938 84 07 / 938 85 70.



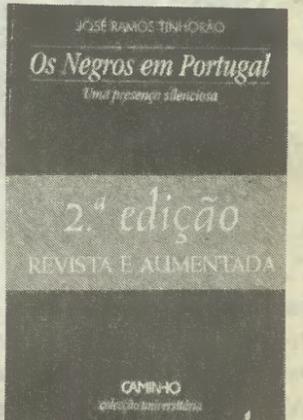
«Breathing Lessons», Jessica Yu

Três Estórias à Lareira

Agora que se aproximam os frios de Inverno, nada melhor do que uma lareira. Mas muita gente sabe que o lume não aquece o espírito e que muito do calor humano passa pela palavra. Sabe-o Miguel Medina, que escreveu estas «Três Histórias à Lareira», agora lançadas pelo Pelouro da Educação e Juventude da Câmara Municipal de Lisboa, em edição dedicada às escolas básicas da cidade, no sentido de suscitar trabalhos às crianças para serem apresentados no final do ano. Mas falemos um pouco da obra lançada agora. Trata-se, simultaneamente, do livro de Miguel Medina e de um duplo CD. No livro, ilustrado por Teresa Dias Coelho, um avô conta aos três netos histórias sobre os Descobrimentos. *O Oceano das Trevas*, a *Índia Maravilhosa*, a *Volta ao Mundo*. São histórias acompanhadas de poemas, que glosam os temas variados que os Descobrimentos contêm. No CD, as histórias são contadas através das vozes de Jorge Palma, de São José Lapa, de Inês Sousa e de Francisco Medina. Os temas, por sua vez, são cantados por Dany Silva, Janita Salomé, Minela, Paulo Gonzo, Katila Mingas e Zé Nabo, com músicas compostas e gravadas por numerosos outros artistas, o que faz desta iniciativa uma interessante obra colectiva a que o Pelouro da Educação e Cultura da CML dá corpo, na continuação da sua actividade ao serviço da população lisboeta.



LIVROS



Os Negros em Portugal

É raro assinalarmos aqui uma segunda edição, mas o livro que hoje propomos à atenção dos nossos leitores é interessantíssimo. Da autoria de José Ramos Tinhorão, de quem a Caminho já publicou *Fado, Dança do Brasil* - obra polémica mas defendendo bem os seus argumentos -, *Os Negros em Portugal, Uma Presença Silenciosa* é uma reedição revista e aumentada do livro que o autor publicou no Brasil em 1988. Recheado de referências históricas, a obra traça-nos a história complexa da convivência entre os portugueses e os negros que aqui chegaram, desde as primeiras fornadas de cativos, na sequência da política que conduziu aos Descobrimentos e ao colonialismo português em África.

BAILADO

Homenagem a José Limón

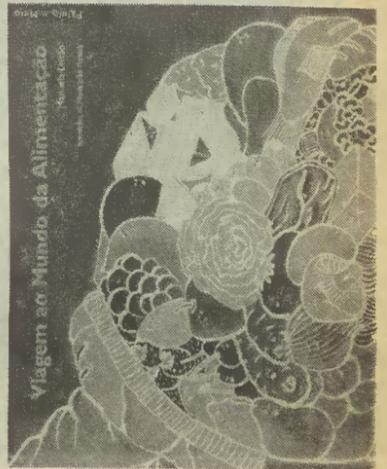
Prosseguindo o ciclo de espectáculos de homenagem a grandes coreógrafos deste século, a Culturgest apresenta em 21, 22 e 23, no palco do Grande Auditório, uma série de solos de Maria Voortman, Javier de Frutos, Paulo Ribeiro (dançado por Leonor Keil) e David Hernandez, em homenagem a José Limón que foi, conjuntamente com Martha Graham, o inventor da Dança Moderna Americana. Um espectáculo que os amantes do bailado não devem perder, já que (segundo o programa de apresentação) as produções anteriores destes bailarinos constituíram «excelentes surpresas» e «estes solos vão com certeza expor o que há de combinatório ou de tensional entre a obra do homenageado e os criadores actuais». Horários: 21, às 22 horas; 22, às 17 e 22 horas; 23, às 17 horas.



Frutos, Paulo Ribeiro (dançado por Leonor Keil) e David Hernandez, em homenagem a José Limón que foi, conjuntamente com Martha Graham, o inventor da Dança Moderna Americana. Um espectáculo que os amantes do bailado não devem perder, já que (segundo o programa de apresentação) as produções anteriores destes bailarinos constituíram «excelentes surpresas» e «estes solos vão com certeza expor o que há de combinatório ou de tensional entre a obra do homenageado e os criadores actuais». Horários: 21, às 22 horas; 22, às 17 e 22 horas; 23, às 17 horas.

Viagem ao Mundo da Alimentação

De pequenino se torce o pepino, diz-se. E não há melhor altura para promover as boas ideias do que a infância. É assim que, numa agra-



dável edição da *Campo das Letras*, na sua colecção *Palmo e Meio*, se propõe algumas boas ideias sobre a alimentação, em livro dedicado aos mais pequenos, numa *Viagem* da autoria de Manuela Leitão, com ilustrações de Maria João Pereira. Já sabemos que livros sobre alimentação podem não ser uma seca. Agora também as crianças podem aprender com gosto que o gosto também se educa.

EXPOSIÇÕES

Obras de Finalistas da SNBA

Continua patente ao público até 24 deste mês uma exposição de trabalhos criados por alunos finalistas da Sociedade Nacional de Belas-Artes, numa demonstração clara dos resultados provenientes do investimento pedagógico que tem sido realizado no Curso de Pintura daquela instituição. As obras apresentadas pertencem a Acácio Malhador, Francisco Condessa, Ana Cassiano, Maria José Pontes, Ana Botelho, Ana Viana, Alexandra Toscano, Luís Santos, Elizabete Lopes e Beatriz Katchi. O local desta exposição é a Galeria Municipal Gymnásio (no Espaço Chiado, R. da Misericórdia, Lisboa) e o horário vai de segunda a sexta das 13 às 20 horas e aos sábados das 14 às 19 horas.

Pintura de José Narciso no Seixal e Gravura de Rogério Ribeiro em Mora

«As pinturas que apresento estão ligadas à temática do rosto-máscara. Este trabalho surgiu instintivamente. No entanto, a sua pesquisa parte também da observação do real-físico, decorrendo a criação por vezes da espontaneidade que aproveita esse imaginário.» É com estas palavras que o pintor José Narciso nos apresenta as suas obras que estão em exposição até 22 do corrente na Galeria de Exposições da Câmara Municipal do Seixal (Biblioteca Municipal desta cidade).

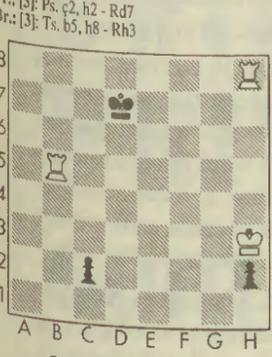
Uma chamada especial de atenção vai, ainda, para a importante exposição de gravura da autoria de um dos maiores artistas plásticos portugueses contemporâneos - Rogério Ribeiro - que presentemente apresenta gravuras de sua autoria na Galeria da Casa da Cultura de Mora, até 24 deste mês.



Gravura de Rogério Ribeiro

XADREZ

DCXXXI - 13 DE NOVEMBRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997X40
Por: Ladislav Prokeš
3º Prémio Tijdschrift v. d. KNSB, 1947

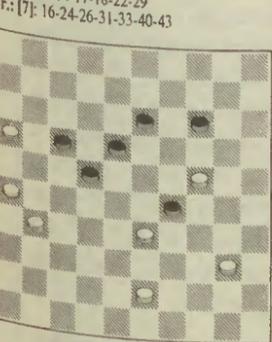


Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1997X40 [L. P.]
1. Rg3!! e1=D; 2. Tb7+, R66; 3. Th6+, Rf5; 4. Tb5+, R64; 5. Th4, Rd3; 6. Tb3+, R62; 7. Th2+ e ganha.
A. de M. M.

DAMAS

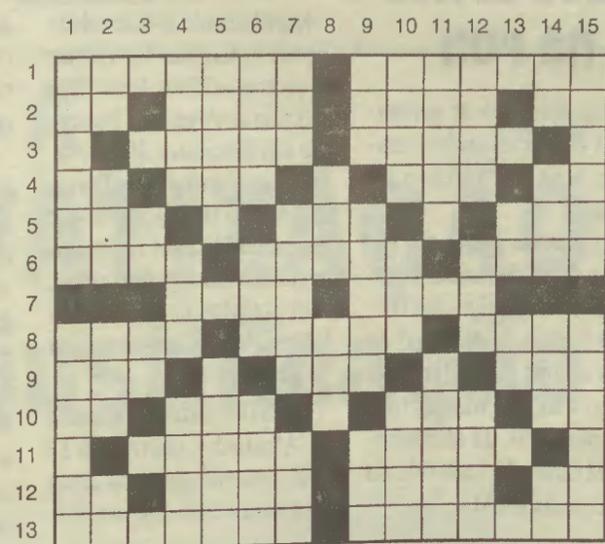
DCXXXI - 13 DE NOVEMBRO DE 1997
PROPOSIÇÃO Nº 1997D40
Por: A. A. Polman
NL - 1923



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1997D40 [A. A. P.]
1. 31-27!, (26x49)=(D); 2. 26-21!; (49x19); 3. 21x23; (19x21); 4. 16x20+
A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Diz-se da substância que se difunde com dificuldade, como a cola; inflamação no cólon (pl.). 2 - Ósmio (s.q.); acreditar; relativo à boca; Ruténio (s.q.). 3 - Dança; humor mais ou menos viscoso, segregado pelas mucosas nasais. 4 - Satélite de Júpiter; nome de mulher; eleva; observei. 5 - Cintura; altar de sacrifícios; decifrar. 6 - Campeões; líquido que é excretado pelo aparelho urinário, constituído por água com substâncias minerais e orgânicas; estrofe de cinco versos, o segundo de rimas consoantes. 7 - Nome vulgar de um pequeno batráquio anuro, arborícola, da fam. dos hiliídeos, de cor normalmente verde e com a extremidade de cada dedo em forma de disco; remate superior de uma abertura arquitectónica. 8 - Instrumento de aço com asperezas, para desbastar ou polir metais; não menciona; fama (fig.). 9 - Aperto com nó; ave corredora; possuir. 10 - Rádio (s.q.); relação; a minha pessoa; apelido. 11 - Projétil de arma de fogo (pl.); flechas. 12 - Compaixão; mamífero carnívoro, da fam. dos felídeos, existente no estado selvagem, mas representado também por muitas espécies domesticadas; encolorizar; base. 13 - Colocar em ordem; pedra preciosa de duas cores sobrepostas em que se esculpiu uma figura em alto relevo.

VERTICAIS: 1 - Dor violenta no cólon ou em qualquer parte da cavidade abdominal; nódoa larga produzida por um líquido entornado. 2 - Aqueles; o sono dos meninos (pl.); rochedo (bras.); suf. de agentes. 3 - Igreja episcopal; pedra de moíno. 4 - Escavai; senhora (abrev.); guisado de carne (bras.). 5 - Matiza; rebolam. 6 - Contr. da prep. de com o pron. pess. ela; gemido (bras.); descaramento (pop.). 7 - Época; ferro distendido; ribeira portuguesa. 8 - Apelido de poeta português; profundo. 9 - O rubor das faces; cobre com nata; textualmente. 10 - Discursai; cem metros quadrados; simples. 11 - Arma ofensiva de arremetimento. 12 - Porção de terra emersa rodeada de água, nos oceanos, mares e lagos; discurso laudatório; lebre-das-pampas. 13 - Lítio (s.q.); antiga nota dó. 14 - Também (arc.); olhar; rasteiro; planta completa. 15 - Escalara; indivíduo pertencente ao povo dos Arameus, que habitava a Síria antiga.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Colóide; colites. 2 - Os; cren; orah; Ru; 3 - Bailia; ranho; 4 - Ior; Iza; 5 - Cos; ara; ler; 6 - Aves; unta; lra; 7 - Relaz; arco; 8 - Lima; omie; aua; 9 - Ato; cna; 10 - Rá; rd; mru; Sd; 11 - Balas; seas; 12 - Dc; gao; tar; p; 13 - Armar; calafra.
VERTICAIS: 1 - Colica; larada. 2 - Os; oos; tar; or; 3 - S6; m6; 4 - Oca; sra; ragu. 5 - Art; im; 6 - Dela; uio; lara. 7 - Era; aram; Sor; 8 - Art; im; 9 - Cor; anata; sic. 10 - Oca; ara; nera. 11 - Langa; riam. 12 - Iha; loz; mar; 13 - Li; ul; 14 - Er; ver; res; 15 - Subira; aramcu.

ÚLTIMAS

ATALHE
DE FOICE

O grupo da terapia

Após a apresentação parcial do debate com Álvaro Cunhal e Mário Soares ocorrido quinta-feira passada, a SIC pôs à volta da sua actual superestrela Margarida Marante três astros jornalísticos de envergadura - Maria João Avelaz (cronista de As Décadas do Mário), Mário Bettencourt Resendes (um Mário sem Décadas mas com muitas crónicas) e Vicente Jorge Silva (um crónico tout court, como diria o Mário).

Estava criada a constelação para analisar o debate transmitido minutos antes onde, como frisou Margarida Marante, «não estava ninguém na qualidade de militante de nada». Obviamente.

Os astros não militam, gravitam.

Mas o facto é que levaram a sua não militância tão a peito, que nem no jornalismo militaram.

Foi assim que o share do País para ali ligado (que, na SIC, nunca anda abaixo dos 150%) cedo verificou que a anunciada análise do debate era, afinal, um debate de psicanálise.

Daí que todos os presumíveis jornalistas presentes se entregassem, com entusiasmo, não a comentar as afirmações concretas do debate, mas a debater-se para afirmar o que imaginam... sobre o Dr. Álvaro Cunhal.

A coisa era tão esquisita que um desprevenido, que por ali acidentalmente zapasse, ficaria pendurado à espera de perceber por que carga de água a SIC juntara aquela nata toda para fazer um batido sobre Álvaro Cunhal.

Introduzindo cada intervenção com um inevitável «eu acho que», os comentadores, manifestamente, não conseguiam despegar do dirigente comunista. Começaram como convinha - todos em uníssono a reconhecer «a lealdade, a coerência, a integridade, a coragem e a inteligência» do Dr. Álvaro Cunhal -, posto o que iniciaram a terapia de grupo.

Ou, dizendo por outras palavras, colocaram-se na posição que seria de esperar de quem, incapaz de enxergar a própria menoridade, não consegue vislumbrar nos outros nada mais do que o reflexo da sua mesquinhez.

Pretendendo escalpelizar o que Álvaro Cunhal sente, pensa, acredita; aduzindo razões para o que faz, diz ou cala, os analistas de serviço pintaram um auto-retrato que pôs a nu a pobreza de espírito que se acoberta sob as suas mediáticas aparências.

Pode parecer incrível, mas nem por um momento, nem por um minuto sequer, algum deles se questionou sobre a sua capacidade - para já não dizer legitimidade - de assim tão despudoradamente se arrogarem o direito de julgar uma figura que, quer queiram quer não, é uma das maiores do nosso século.

Quem são Margarida Marante, Maria João Avelaz, Mário Bettencourt Resende e Vicente Jorge Silva, para ajuizarem, não as ideias, mas a pessoa de Álvaro Cunhal? Que pensamento político produziram, que intervenção social tiveram, que causas superiores defenderam, que autoridade intelectual possuem, que superioridade moral têm, para falar de um homem incontornável na História contemporânea?

Como já alguém disse, quem não é capaz de discutir ideias, discute coisas; quem não é capaz de discutir coisas, discute pessoas. Foi este o nível do «debate». A inconsciência da nulidade traduzida em arrogância só podia dar no que deu: um insulto para os telespectadores, um atestado de menoridade aos portugueses, uma fantochada pseudo-intelectual bem à medida da SIC. Nada de novo para as bandas do canal de Carnaxide.

■ HF

Jornadas de estudo da Esquerda Unitária Europeia

Alargamento não pode prejudicar países pobres

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu (GUE/EVL) divulgou ontem, em conferência de imprensa, as principais conclusões das jornadas de estudo que decorreram segunda e terça-feira em Sesimbra, e tiveram como tema central a análise da Agenda 2000.

Nesta iniciativa, usaram da palavra o eurodeputado Joaquim Miranda e Alonso Puerta, presidente do GUE/EVL, estando ainda presentes Honório Novo e

Sérgio Ribeiro ambos deputados do PCP no Parlamento Europeu.

Os trabalhos foram abertos pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas (ver pág. 12), e

abordaram entre outras questões o financiamento do alargamento da União Europeia, a reforma da PAC e a política regional.

Entre as preocupações manifestadas pelos deputados portugueses destaca-se o facto de as exigências financeiras decorrentes do futuro alargamento da UE não poderem pôr em causa actual esforço de coesão económica e social. Desta forma, exigem a continuação e consolidação do

ajustamento estrutural e consideram inaceitável a redução proposta de meios até 2006. Pelo contrário, afirmam que Portugal será o país que menos beneficiará com o alargamento, pelo que devia ser compensado com apoios específicos.

Esquerda Europeia pelo emprego

Entretanto, o Grupo da Esquerda Unitária vai participar activamente na manifestação, organizada pela Confederação Europeia de Sindicatos, que terá lugar em Amsterdão, coincidindo com a realização da reunião extraordinária do Conselho da Europa, nos próximos dias 20 e 21.

O Grupo GUE/EVL destaca o carácter unitário da acção, à qual aderiram todas as forças e movimentos políticos e sociais que lutam contra o desemprego, anunciando que estará presente com uma faixa exigindo a «redução do tempo de trabalho sem diminuição de salários»

Propinas

O regresso à política do «cacete»

O PCP alerta para a gravidade do Decreto-Lei nº 304/97, publicado no Diário da República de sábado passado, através do qual o Governo pretende impor às instituições do ensino superior os prazos e os termos da cobrança das propinas aumentadas.

Num comunicado divulgado na segunda-feira, o Gabinete de Imprensa do PCP classifica o diploma como «uma imposição que viola de modo flagrante os princípios constitucionais e legais que asseguram a autonomia das universidades e politécnicos e cuja realidade,

por isso, não pode deixar de ser reclamada. E representa, por parte do Ministério da Educação, face às crescentes dificuldades que enfrenta na aplicação de uma «lei das propinas» iníqua, o regresso à política do «cacete» que caracterizou de forma tão negativa a acção do anterior executivo».

O PCP chama ainda a atenção para «o insólito facto de constar do referido Decreto-Lei 304/97 o ter sido aprovado na reunião do Conselho de Ministros de 3 de Outubro,

mas dessa aprovação não constar do extenso comunicado oficial saído dessa reunião informativo das deliberações então adoptadas pelo Governo».

Entretanto, o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, decidiu chamar à ratificação por parte da AR do referido Decreto-Lei do Governo, com vista à sua revogação.

Acidente ferroviário
Sindicatos denunciam sistema obsoleto

Manifestando solidariedade e pesar às famílias das vítimas do recente acidente ferroviário ocorrido no Algarve, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (CGTP-IN) afirma que o sistema de cantonamento telefónico está obsoleto, o que, sem prejuízo de conclusões futuras, terá estado na origem do desastre.

A FSTFP recorda o acidente de Alcaface, ocorrido à 12 anos, notando que já na altura chamou a atenção para a neces-

sidade de se criar um meio de comunicação entre os maquinistas e as estações (um sistema de rádio, por exemplo).

Contudo, esta medida nunca foi concretizada na sequência de o anterior e actual governos terem votado praticamente ao abandono as linhas consideradas secundárias, onde se insere o ramal de Lagos.

Por outro lado, a Federação sindical critica «a redução cega do número de trabalhadores», designadamente nas áreas ligadas ao movimento das circulações, e a introdução da polivalência de funções, afirmando que «são factores que contribuem também para que os acidentes possam acontecer».

Exigindo a adopção de medidas que modernizem os actuais sistemas de exploração e aumentem a segurança dos utentes, a Federação apela aos responsáveis da CP, Governo e empresas, para que reflectam sobre as causas do acidente e tenham em conta os diversos contributos avançados pelas estruturas de trabalhadores e por vários quadros técnicos da companhia.

Trabalhadores dos EFA's protestam hoje na rua

Cansados das promessas do Governo, que continua sem dar resposta efectiva às reivindicações apresentadas, os trabalhadores dos EFA's saem hoje para a rua numa acção de protesto que tem início pelas 10 horas, junto à Presidência do Conselho de Ministros.

Os trabalhadores recebem o silêncio do Governo tenha como objectivo legiti-

mar um processo de privatização de uns estabelecimentos e o encerramento de outros.

Recorde-se que estão em causa os trabalhadores do Arsenal do Alfeite, das Oficinas Gerais de Material de Engenharia, das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, da Manutenção Militar, do Laboratório Militar e da OGMA, SA.

CGTP quer compromisso europeu para solucionar desemprego

A CGTP quer que o governo português defenda, na Cimeira do Luxemburgo sobre emprego, uma solução global para o desemprego que resulte de um compromisso a nível da União Europeia.

O coordenador da central sindical, Manuel Carvalho da Silva, disse em conferência de imprensa que Portugal deve afirmar na cimeira europeia sobre o emprego, que se realiza no Luxemburgo nos dias 20 e 21, que não existem soluções para o problema do desemprego enquanto vigorar

uma política económica e financeira que não valorize o emprego.

De acordo com o sindicalista, citado pela Agência Lusa, Portugal deve reclamar a redução do tempo de trabalho como forma de criar mais postos de trabalho e a disponibilização de fundos comunitários para melhorar a qualificação do emprego.

A CGTP reafirmou as acusações ao Governo e à Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) relativamente à aplicação da Lei

das 40 horas. Segundo Carvalho da Silva, esta questão só não se resolve porque existe um compromisso político entre a CIP e o Governo que impede a negociação directa entre os empresários e os sindicatos.

Na próxima segunda-feira, os sindicatos da CGTP iniciam uma quinzena de luta em defesa da aplicação das 40 horas de trabalho semanal que incluirá iniciativas por todo o país, sobretudo a nível de empresas (ver págs. 8 e 9).



5 603199 000445